



Gracinda Maria Ferreira Guedes

Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, orientada pela Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e coorientada pelo Doutor Saul António Gomes, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Identificação, Organização e Comunicação da informação em Arquivos:

O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	“Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra”
Autora	Gracinda Maria Ferreira Guedes
Orientadora	Maria Cristina Vieira de Freitas
Coorientador	Saul António Gomes
Júri	Presidente: Doutora Maria Manuel Lopes Figueiredo Costa Marques Borges Vogais: 1º - Doutor Carlos Guardado da Silva 2º - Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas
Identificação do Curso	2º Ciclo em Informação, Comunicação e Novos Media
Área científica	Ciência da Informação
Especialidade/Ramo	Arquivística
Data da defesa	15-1-2015
Classificação	19 Valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sumário

Agradecimentos	V
Resumo	VI
Abstract	VII
Listas de abreviaturas e acrónimos	VIII
Introdução	I
1. A Arquivística no contexto da Ciência da Informação	9
1.1. A evolução da Arquivística	9
1.2. Os aspetos terminológicos	11
1.3. O objeto de estudo	14
1.4. Os princípios e os métodos	19
2. A organização da informação arquivística	22
2.1. A contextualização do fundo	22
2.2. A identificação da documentação	23
2.2.1. A análise diplomática arquivística	24
2.3. A organização da documentação	27
2.3.1. A classificação	28
2.3.2. A ordenação e a cotação	31
3. A descrição e a comunicação da informação	36
3.1. A descrição normalizada na comunicação e na recuperação de informação	38
3.2. As ODA como instrumentos de descrição normalizada	40
4. A organização do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro, existente no AUC	43
4.1. A entidade detentora: o Arquivo da Universidade de Coimbra	43
4.2. O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro	44
4.2.1. A contextualização da produção documental	46
4.2.2. A história administrativa do Mosteiro de Jesus de Aveiro	51
4.2.2.1. A fundação	51
4.2.2.2. A princesa Santa Joana	56
4.2.2.3. A estabilização da instituição	60
4.2.2.4. O fim do Mosteiro dominicano de Jesus	65
4.2.3. O “governo” do Mosteiro	69
4.2.4. O cartório, a biblioteca e o <i>scriptorium</i>	72

4.3. Metodologia e proposta de organização da informação do fundo do MJA	79
4.3.1. A identificação da documentação	79
4.3.2. A organização: classificação e ordenação	91
4.3.2.1. A classificação	91
4.3.2.2. A ordenação e a cotação	94
4.3.2.3. A proposta do quadro de classificação	96
Conclusão	100
Fontes documentais e bibliográficas	103
Índice de figuras e quadros	112
Anexos	113

"Contemplar e dar aos outros o que foi contemplado"
(Ordo Fratrum Praedicatorum)

Agradecimentos

Antes de mais, à Diretora do curso Informação, Comunicação e Novos Media, Prof. Doutora Maria Manuel Borges, pelo caloroso alento com que incentiva os discentes;

À orientadora da dissertação, Prof. Doutora Cristina Vieira de Freitas, docente da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela total disponibilidade, constante dedicação e sábia orientação, apontando caminhos pelos meandros da investigação arquivística. E ao coorientador, Prof. Doutor Saul António Gomes, docente da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que aceitou guiar o enquadramento histórico indispensável à compreensão do contexto de produção documental e nos transmitiu uma ínfima parte do seu muito saber e paixão sobre a vida nos mosteiros;

Ao M. I. Diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor José Pedro Matos Paiva, pela compreensão, apoio e incentivos que recebemos e por nos franquear as portas da instituição que superiormente dirige;

Aos nossos professores, de agora e de antes, que nos ajudaram a ampliar o sempre incompleto edifício do nosso conhecimento nesta área;

À Doutora Zulmira Gonçalves, diretora do Museu de Aveiro (MA), e ao Doutor José António Rebocho (Téc. Sup. do MA), pela disponibilidade e pelas informações preciosíssimas que gentilmente nos prestaram;

À Dr.^a Ana Maria Bandeira, pela generosa partilha de conhecimentos e de fontes de informação;

Ao Dr. João Guedes, querido amigo, irmão e o mais exigente revisor, sempre presente com pertinentes e sábias achegas;

Aos amigos de sempre e a todos os que (re) conhecemos no devir do(s) curso(s), particularmente às Dr.^{as} Ana Caldeira, Cláudia Carvalho e Susana Martins e ao Dr. António Fresco pela disponibilidade no auxílio;

Aos colegas de trabalho, pelo alento e incentivo, e de curso, solidários companheiros de caminhada;

Ao António, pelo apoio e toda a compreensão;

À Clara e Cati Guedes, por tanta disponibilidade e estímulo;

À família, pelo conforto, carinho e contínuo incitamento;

Aos pais, pela vida, pelo incentivo e compreensão, especialmente nas ausências;

À Maria Miguel, pelo amor, por tantas alegrias e por dar o sentido último ao nosso esforço;

A Deus, pela fé que nunca me permitiu desistir.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta tarefa...

este trabalho é-vos dedicado.

Com sentida gratidão, a cada um o nosso Bem-haja.

Resumo

A presente dissertação insere-se no âmbito da organização da informação arquivística em Arquivos definitivos, situando a sua problematização nos fundos incorporados aos Arquivos especializados sem um critério aparente de classificação e sem acompanhamento de instrumento de descrição fidedigno e elaborado à luz dos princípios da Arquivística. Partindo da abordagem teórica dos princípios e métodos adotados nesta área do saber, analisamos o processo de identificação dos fundos e dos documentos, a classificação, a ordenação e a comunicação da informação, com vista a avaliar a sua aplicabilidade e reconhecer as vicissitudes inerentes ao processo de organização de parte do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro existente no Arquivo da Universidade de Coimbra. Para o estudo do referido fundo recorremos a uma metodologia de estudo de caso qualitativo. As recolhas de dados incidiram sobre: o contexto de produção da documentação; a análise diplomática arquivística da documentação; as funções e as atividades desenvolvidas; a organização original da documentação. A análise dos dados permitiu: reconstituir fases da estrutura orgânico-funcional do produtor, espelhando-a na estrutura do fundo; propor um quadro de classificação que servirá como instrumento de suporte à descrição desta fração do fundo em questão; alertar para as vicissitudes que desafiam o investigador e o arquivista, ao longo do processo, bem como para a importância capital que o rigor teórico e metodológico, bem como a normalização adquirem nas decisões que vão sendo tomadas em todas as fases. Deste estudo concluímos que a observância dos princípios basilares da Arquivística e a adoção da sua rigorosa metodologia contribuem de forma cabal para a “quase natural” (re)organização de fundos outrora desorganizados, trazendo à luz o seu contexto e a sua estrutura de produção. A presente investigação levou-nos, ainda, à formulação das seguintes recomendações, que vão ao encontro das necessidades dos utilizadores desta classe de Arquivos: a pertinência de seguir as normas internacionais e os dispositivos normativos emanados das autoridades arquivísticas nacionais, de modo a criar instrumentos fiéis e autoexplicativos de descrição da informação; a necessidade de criar registos normalizados e disponíveis na Web, destinados a “reunir” virtualmente parcelas de um mesmo fundo dispersas por diversos Arquivos; a necessidade de fazer prevalecer o rigor metodológico, assente nos princípios científicos da Arquivística, sobre o empirismo, patente muitas vezes na atividade quotidiana do arquivista.

Palavras-chave: Arquivística; Organização de arquivos definitivos; Diplomática arquivística; Mosteiro de Jesus de Aveiro (Portugal).

Abstract

This study is placed in the field of information organization in archives, focusing the analysis in different aspects of the archival fonds transferred to the archival institutions with no apparent original order neither arrangement criteria and no one previous reliable finding aid tool prepared according to the archival principles and methods. Based on the theoretical approach of the principles and methods adopted in the archival science field, firstly is analysed the general process of the identification, arrangement and access of the records and archival fonds, in order to examine the boundaries of their applicability in a concrete case, and to identify the vicissitudes inherent at the process of organization of one portion of a specific archival collection - the records of the Monastery of Jesus of Aveiro - , owned by the Coimbra University Archives, selected exactly for this purpose. In order to conduct the research, we designed a case study under a qualitative data approach. The data collection was focused on: a) context of the records creation; b) archival diplomatics analysis; c) functions and activities developed by the records' creator; d) original order of the records. The main results were: a) reconstitution of the organizational and functional structure of the records creator, reflected in the records series structured along the time; b) creation of a classification scheme for the arrangement and the description of all the records series previously identified; c) explanation of the challenges and difficulties that both, researcher and archivist must face throughout the work process; d) recognizing of the vital importance that theoretical, methodological and standardization aspects acquire in decision-making process. The main conclusion of this study lead us to state that the accomplishment of the fundamental archival principles and the adoption of their rigorous methodology contribute in an exact way to reach the 'almost natural' (re) organization of unorganized archival fonds, bringing to the light its context and structure. This research also led us to state the following recommendations, in order to satisfy the user's needs: a) the relevance of following international standards and regulatory instruments produced by the national archival institutions, in order to create more reliable and self-explanatory finding aid tools; b) the relevance of describing in a standardized way and give access to the records on the Web, linking different portions of archival fonds dispersed among different archival repositories and institutions; c) the relevance of enforcing the methodological rigor, based on the theoretical and scientific archival principles and methods, rejecting the excessive empirism that persists in the "everyday activity" of the archivist.

Keywords: Archival Science; Organization of definitive archives; Archival Diplomatics; Monastery of Jesus of Aveiro (Portugal).

Listas de abreviaturas e acrónimos

AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
Cf.	Confirmar
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
Col.	Coleção
DC	Documento composto
DGARQ	Direção-Geral de Arquivos
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DS	Documento simples
F	Fundo
FNAA	Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas
FRD	Folha de recolha de dados
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo
Inf.	Data da informação dos documentos
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISAAR (CPF)	Norma Internacional Para os Registos de Autoridade Arquivística Relativos a Instituições, Pessoas Singulares e Famílias
ISAD(G)	Norma geral internacional de descrição arquivística
ISDF	Norma Internacional de Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
MA	Museu de Aveiro
MJA	Mosteiro de Jesus de Aveiro
n.d.	Sem data
n.p.	Sem página
NP	Norma portuguesa
ODA	Orientações para a descrição arquivística
OP	Ordem Pregadores
PT	Portugal
SR	Série
UI	Unidade de instalação

Introdução

A dissertação que agora apresentamos pretende refletir sobre a metodologia de identificação, organização e comunicação da informação de fundos incorporados em Arquivos definitivos, bem como acerca das teorias e princípios que alicerçam esses procedimentos. Não queremos com isto dizer que os fundos custodiados por aquelas entidades têm uma metodologia de organização diferenciada da dos arquivos que se encontram ainda no seu produtor. Longe disso: os métodos e os princípios em que assenta a prática arquivística são transversais a todo o processo de gestão documental, que decorre da produção à comunicação da informação, independentemente da fase em que o documento se encontre (ativa ou inativa). A necessidade de refletir sobre estes procedimentos advém do facto de muitos fundos serem incorporados nestes Arquivos de modo desorganizado e não acompanhados de instrumentos de descrição autoexplicativos, impedindo a perceção da estrutura do fundo e do seu contexto de produção e, logo, o seu cabal entendimento.

A presente dissertação surge, pois, da necessidade de responder a um conjunto de motivações, a saber:

- No contexto académico o desejo de concluir o segundo ciclo do ensino superior, que pressupõe o desenvolvimento de um trabalho de cariz científico integrado na área de formação em apreço, como corolário do percurso de aprendizagem e do exercício de uma atividade de investigação.

- No contexto profissional, a necessidade de:

a) Organizar de modo arquivístico algumas dezenas de fundos¹ de outras tantas instituições, na sua grande maioria já extintas, incorporados num Arquivo² histórico ou especializado³, provenientes de instituições que nem sempre são as entidades produtoras, sem qualquer organização aparente nem acompanhamento por instrumentos de descrição que permitam inferir as relações existentes entre a documentação e o seu contexto de produção.

b) Elaborar descrições de fundos, normalizadas, produzindo instrumentos de descrição autoexplicativos, de modo a agilizar o acesso e a comunicação da informação e a permuta de registos.

¹ Pela problemática que encerra, adiante é explicada a opção pela palavra “fundo” em detrimento de outros termos com significado idêntico ou aproximado, tais como acervo, arquivo, sistemas de informação, entre outros.

² Na presente dissertação, utiliza-se *distintamente* Arquivo e arquivo, ora se reporte a uma instituição, ora a um conjunto de documentos reunidos organicamente, seguindo a sugestão apresentada por Heredia Herrera (2011): “Podia ser útil e conveniente utilizar Arquivo para a instituição arquivística e arquivo para o conteúdo documental” (p. 44) [tradução nossa].

³ Os “Arquivos *especializados* são sistemas pluricelulares, criados propositadamente para incorporar, preservar e difundir qualquer arquivo” (Ribeiro, 1998, p. 50). Estes últimos podem ser “produzidos por estruturas activas ou desactivadas” (Pinto, n.d., p. 12).

c) Promover a comunicação⁴ da informação existente nos diversos fundos, de modo a cumprir uma das mais importantes funções do Arquivista⁵ – a difusão/comunicação – e de aumentar o número de potenciais investigadores dos arquivos, especialmente através da Web, o que se revela particularmente importante sempre que possibilita a (re)unificação, ainda que apenas virtual, de frações dispersas de um mesmo fundo.

Surgiu, assim, a ideia de investigar a aplicabilidade dos princípios, métodos e técnicas de que a investigação arquivística se socorre no processo de descrição e organização – intelectual e física – dos fundos. Para tal, apoiados numa "base de sustentação conceptual, teórica e metodológica" (Simões & Freitas, 2013, p. 94), iremos proceder à análise do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra⁶, decompondo as várias etapas da organização, explanando os procedimentos, expondo as vicissitudes e as contingências que foram ocorrendo ao longo de todo processo, testando, avaliando e questionando os pressupostos teóricos e metodológicos da Arquivística contemporânea, tentando aferir e avaliar a sua aplicação na organização, com vista à descrição e comunicação destes fundos.

A presente dissertação não tem, pois, a ambição de criar novo conhecimento a respeito desta temática, mas tão-somente a de aferir "a consistência, que diz respeito à concordância dos resultados com as teorias" (Freitas, 2013, p. 1094) e contribuir com mais uma reflexão sistematizada – que não exaustiva – acerca da relevância do respeito pelos princípios fundamentais, pela adoção de critérios e metodologias rigorosas e científicas e pela normalização da descrição dos arquivos que, julga-se, irão traduzir-se no incremento da eficiência e da eficácia na recuperação e comunicação da informação.

A presente investigação insere-se, pois, no contexto da Ciência da Informação⁷, mais concretamente da disciplina Arquivística.

"Nestes últimos anos, a Arquivística tem-se vindo a transformar, adequando-se às novas necessidades da sociedade"⁸; a democratização do acesso à informação originou um aumento exponencial de investigadores e utilizadores não especialistas nos Arquivos. Tal procura evidenciou a necessidade de não apenas os tratar, de modo a preservar a documentação, mas também, agilizar a recuperação e, especialmente, a comunicação da informação.

Como salienta Heredia Herrera, se antes a função primordial do arquivista era a de conservar a documentação, atualmente "a difusão tornou-se na tarefa prioritária e a descrição no veículo e na manifestação mais clara da mesma" (1991b, p. 52) [tradução nossa].

⁴ Segundo a NP 4041, comunicar é a "função primordial do serviço de arquivo que visa facultar dados, informações, referências e documentos, difundir o conhecimento do[s] seu[s] acervo[s] documental[ais] e promover a sua utilização"(IPQ, 2005, p. 19). Norma Portuguesa, doravante designada por NP.

⁵ Arquivista, de acordo com a NP 4041, é o "profissional diplomado em [A]rquivística" (IPQ, 2005, p. 4).

⁶ Doravante designado por AUC.

⁷ Doravante designada por CI.

⁸ Tradução livre a partir de Martínez García (1999, p. 51). Esta é uma afirmação recorrente em praticamente toda a bibliografia consultada; daí a dificuldade de lhe atribuir uma única autoria.

É precisamente a emergência dessa função que obriga o arquivista a, cada vez mais, pensar e repensar o processo de organização da informação, questionando as suas práticas quotidianas, as opções que faz, o que faz, como faz ou como deveria fazer. Essa reflexão é omnipresente em todo o processo de tratamento; daí suscitar as seguintes questões, que bem cabem no âmbito desta investigação:

a) Quais são as vicissitudes e/ou contingências relevantes com que o arquivista se pode confrontar, no âmbito da organização física e intelectual dos fundos, já na sua fase permanente ou definitiva?

b) Os princípios e metodologias usualmente conhecidos e difundidos dão resposta a essas dificuldades? Em que medida?

É o que tentaremos avaliar ao longo do presente trabalho.

Sendo finalidade deste estudo analisar o processo, os procedimentos, as vicissitudes e as contingências, escolhemos um fundo que, pelas suas características e estado, proporciona um grande desafio – o fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro⁹.

Conjuntamente com mais de uma dúzia de instituições, este fundo foi incorporado no AUC enquanto parte integrante do Arquivo dos Próprios Nacionais do Distrito de Aveiro, proveniente da Direção de Finanças do mesmo distrito, onde se encontravam depositados “os papéis dos extintos mosteiros e comendas”¹⁰.

Atualmente existe, na Sala de Leitura, para consulta presencial, um livro intitulado *Inventário dos Próprios Nacionais do Distrito de Aveiro*, com a cópia datilografada da lista¹¹ dos títulos das unidades de instalação dos documentos atribuídos ao MJA, efetuada, porventura, na altura da incorporação no AUC. Presumimos que a lista original possa ter vindo a acompanhar a documentação e que tenha sido utilizada como lista de incorporação/guia de remessa já que, à margem de alguns itens, lê-se a inscrição “falta” em anotação manuscrita feita aquando de alguma verificação, possivelmente no seguimento dos procedimentos de entrega e receção de documentos. Contudo, ao examiná-la, percebe-se que a lista nem é fiel¹², nem respeita os atuais princípios de descrição arquivística, nem torna perceptível qualquer critério de ordenação¹³ dos documentos¹⁴. Pela consulta dos copiadores de

⁹ Doravante designado MJA.

¹⁰ PT, AUC, Arquivo da Universidade de Coimbra (F), Copiadores de correspondência recebida (SR), 22 de fevereiro de 1941 – 23 de junho de 1944 (UI), fl. 20 e 20v^o - Ofício da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, de 28-4-1941 (DS). Cota: AUC-IV-2^oE-10-3-2.

¹¹ Desconhece-se a data exata de execução da lista original (c. décadas finais da primeira metade do séc. XX) e da cópia, bem como se a primeira foi feita por funcionários do AUC ou por funcionários da Fazenda Nacional.

¹² O cotejo entre a lista e a documentação descrita denuncia a existência de documentação de distintas proveniências.

¹³ Nem o original nem outro.

¹⁴ O investigador alemão Erdmann (1927), no seu artigo *A secularização dos arquivos da Igreja em Portugal*, no qual elenca as sucessivas vagas de incorporações em Arquivos definitivos (TT e Arquivos distritais) de documentos dos arquivos das instituições religiosas, realça, nos seguintes termos, o facto de não presidir nenhum critério arquivístico a esta arrumação dos documentos: “não obedece nem à proveniência primitiva dos documentos, nem a nenhum princípio de disposição por assunto, mas sim a um agrupamento de

correspondência¹⁵ conclui-se que, à data da incorporação, havia documentação ausente que se encontrava depositada na Câmara da Feira¹⁶, o que denota um parco controlo sobre a mesma e antecipa os receios de uma desorganização do conjunto. Estão, pois, reunidos os pressupostos para avançar com o estudo em questão.

De realçar que a documentação que irá ser alvo da presente investigação constitui apenas uma parte da totalidade do fundo do Mosteiro, estando a restante, que chegou aos nossos dias, dispersa por outras Instituições. Obviamente, a parte que se encontra no AUC será organizada, tratada e descrita de acordo com o que Rousseau e Couture (1998, p. 130) designaram por “unidade fundamental” da Arquivística – o fundo¹⁷.

A descrição do fundo, em trabalhos futuros, não deixará de referir a existência e a localização da documentação relacionada que, com toda a certeza, deverá existir¹⁸ e que seguramente estará descrita pelas entidades detentoras.

Após a breve caracterização do conjunto documental escolhido para estudo, enunciamos os objetivos gerais da presente dissertação:

descrever detalhadamente a metodologia científica de organização intelectual e física de fundos, custodiados por Arquivos definitivos, incorporados de forma desorganizada e sem que sejam

documentos entrados simultaneamente, sem preocupações de outros da mesma procedência” (p. 49). Além da desorganização dos fundos, alerta, ainda, para o facto de documentos avulsos, especialmente os pergaminhos, terem sido “dados de presente, vendidos ou desbaratados de diversa maneira” (Erdmann, 1927, p. 50).

¹⁵ PT, AUC, Arquivo da Universidade de Coimbra (F), Copiadores de correspondência recebida (SR), 22 fev. 1941 até 23 jun. 1944 (UI), fl. 20vº - Ofício da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, de 28-4-1941 (DS). Cota: AUC-IV-2ªE-10-3-2.

¹⁶ Conforme referido no ofício n.º 8, de 22 de abril de 1941 [citado em cima], a documentação teria sido aí depositada por autorização concedida no Despacho Ministerial de 23/9/1939.

¹⁷ Nesta investigação iremos privilegiar o termo “fundo” em detrimento de outros ou de expressões como “arquivo”, “acervo” ou “sistemas de informação”, por vermos vantagem na adoção da terminologia normalizada, adotada pela norma internacional ISAD(G), pelas ODA e pelos documentos técnicos emanados do CIA e da DGLAB. Por essa razão, fundo, na presente dissertação, assume o seguinte significado, expresso na ISAD(G) – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções” (CIA, 2002, p. 13) e, nas ODA (Portugal. DGARQ, p. 302), – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções.” Acresce, ainda, a vantagem de o termo “fondo” ter uma tradução na língua anglo-saxónica (fonds) mais concreta e aproximada da realidade que aqui abordamos, o que facilita a leitura e a cabal percepção do significado do texto, enquanto a palavra arquivo – inclusivamente assumindo outros significados – admite diversas traduções. Como exemplifica Rodrigues (2006), “na língua inglesa, apenas os documentos de guarda permanente são chamados de archives, os de uso corrente recebem a denominação de records” (p. 102). Além das desvantagens que advêm da polissemia do termo arquivo, nomeadamente: instituição; instalações dentro de uma instituição; órgão ou secção; armário; conjunto orgânico de documentos; ficheiro, entre outros. Pelo exposto, presumimos resultar claro que a escolha decorre de razões pragmáticas, científicas e metodológicas e não da adoção de uma corrente científica da arquivística em detrimento de outras.

ISAD(G) (CIA, 2002) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

ODA (Portugal. DGARQ, 2007) - Orientações para a Descrição Arquivística.

¹⁸ Além da documentação que será alvo de análise na presente dissertação, Sousa (2005) refere a existência de documentos deste fundo nas seguintes instituições: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, Biblioteca Nacional de Lisboa e Torre do Tombo (Cf. Sousa, 2005, p. 396). Sabemos, ainda, da existência de documentos do fundo no Museu de Aveiro e Gomes dos Santos apresenta uma lista de entidades que detêm documentos pertencentes a este fundo ou documentação com ele relacionada. (Cf. Santos, 1963, XVII e ss).

perceptíveis a estrutura e o contexto de produção, enquanto aferimos a aplicabilidade dos princípios teóricos da Arquivística à organização e comunicação da informação do fundo do MJA, através da metodologia de investigação qualitativa.

Para a prossecução destes objetivos gerais iremos abordar, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista empírico, os seguintes aspetos:

- a) - A importância da Arquivística no contexto da Ciência da Informação;
- b) - A metodologia da organização da informação nos arquivos, especialmente os de carácter permanente e qualificados como fundos fechados¹⁹;
- c) - A descrição e comunicação da informação nestes fundos;
- d) - A organização do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro, existente no AUC;
- e) - A elaboração de uma proposta de quadro de classificação representativo da documentação remanescente deste fundo monástico.

Com este intento, procuraremos descrever os processos e os procedimentos que fomos realizando, as escolhas que fizemos e as vicissitudes e contingências com que nos depararmos ao longo do percurso da organização do fundo.

No que respeita à estrutura, depois de algumas considerações introdutórias relativas ao âmbito e motivações da sua escolha, aos objetivos, ao plano metodológico e à organização, a dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos:

capítulos 1 a 3 versarão sobre a Arquivística no contexto da CI: terminologia, princípios, metodologia de organização (ou reorganização) de arquivos históricos²⁰/definitivos²¹ e comunicação da informação.

Nos capítulos 4 e 5 tentaremos investigar a aplicabilidade das teorias supracitadas no processo científico de identificação e organização intelectual e física do fundo do MJA existente no AUC.

No capítulo 6 proceder-se-á à síntese das dificuldades e conclusões, como corolário da investigação.

A investigação desenvolver-se-á nas seguintes etapas:

- 1ª Etapa – investigação bibliográfica indispensável à contextualização científica do estudo;
- 2ª Etapa – investigação bibliográfica e documental fundamental ao conhecimento da instituição produtora do fundo;
- 3ª Etapa – identificação e organização do fundo.

¹⁹ É nossa convicção que a organização de arquivos correntes e intermédios assenta precisamente nos mesmos princípios e métodos que aqui vão ser expostos para arquivos definitivos. A única diferença reside no facto de os primeiros se organizarem “naturalmente”, se o administrativo ou o gestor de informação for diligente, aos segundos bastará manter a organização que herdou do produtor, enquanto nos arquivos definitivos, em particular, a sua ordem necessita de ser reconstituída, pois diversas vicissitudes conduziram à sua completa desorganização.

²⁰ Bellotto, 2004a, p. 32.

²¹ NP 4041 (IPQ, 2005, p. 9) – A nossa opção recai sobre este termo, acima de tudo, por ser normalizado.

A primeira etapa da investigação decorrerá em simultâneo com as restantes atividades, já que se pretende ir aferindo a aplicação prática das teorias que sustentam a Arquivística.

Do ponto de vista do método de investigação, a presente dissertação irá adotar uma metodologia qualitativa, pautada em certos preceitos fundamentais, entre os quais, seguindo de perto Freitas, mencionamos:

no “âmbito qualitativo, o rigor do procedimento e a descrição fiel do percurso são critérios frequentemente recomendados para o incremento da credibilidade.” (...) “não esquecendo dos seus sucessos e dos seus falhanços” e explicando “muito bem todas suas opções.” (2013, p. 1096).

Esta opção advém da própria abordagem efetuada aos fundos – no que respeita à sua organização – que, “naturalmente” nos induz à adoção da estratégia – estudo de caso – e do método de abordagem qualitativo.

Para tal, partindo da análise bibliográfica, realizada de forma seletiva, consultando-se autores e documentos relevantes no assunto, sistematizar-se-ão conceitos, princípios, critérios, processos, metodologias e procedimentos fundamentais da Arquivística.

Seguidamente, dar-se-á início à identificação (do fundo e da documentação), a que se segue a organização (intelectual e física), até à descrição do fundo do Mosteiro, descrevendo os princípios, critérios, processos e procedimentos adotados, tentando aferir a sua aplicação ao *modus operandi* do trabalho do arquivista, ao mesmo tempo que apresentaremos as vicissitudes, constrangimentos e contingências que surgirem no decurso dos trabalhos e teceremos algumas observações, salientando as concordâncias e eventuais constrangimentos relativamente à aplicação dos pressupostos teóricos, metodológicos e normativos comumente aceites entre os investigadores e os profissionais da área, pois, como salienta Freitas, citando Flick, “as investigações qualitativas são reconhecidas pelo facto de possuírem diversos esquemas de confronto com a realidade, tendo em vista a sua compreensão holística” (2013, p. 1086).

Por último, à guisa de conclusão, serão apresentadas algumas reflexões decorrentes quer da informação patente na bibliografia, quer da experiência e da prática profissional, mas, especialmente, da aprendizagem realizada ao logo do processo de investigação e da sistematização dos resultados obtidos.

Concretizando, do ponto de vista metodológico, na primeira etapa será elaborada uma breve revisão do estado da arte da Arquivística, no que respeita à terminologia, aos princípios, à metodologia e à normalização, baseada numa pesquisas bibliográfica seletiva, realizada em publicações dos mais proeminentes autores, reconhecidos pela comunidade científica pelos contributos que os seus estudos e reflexões têm trazido ao desenvolvimento desta disciplina.

Finda esta primeira abordagem teórica, passaremos, numa segunda etapa, à investigação propriamente dita: a proposta de organização e descrição do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro,

– que nesta investigação se cinge à apresentação de uma proposta do quadro de classificação – estudo de caso que servirá de exemplo/teste à teoria.

A análise do fundo irá subdividir-se nos seguintes procedimentos:

1º - Identificar a entidade produtora – contextualizar a produção documental;

2º- Identificar a documentação, através da análise interna e externa dos documentos, mediante a metodologia de análise documental largamente utilizada em Arquivística;

3º - Organizar (estruturar) intelectual e fisicamente a documentação, o que se processa através das operações de classificação e de ordenação de que irá resultar uma proposta de classificação do fundo.

E, em cada etapa, descrever as dificuldades e/ou vicissitudes da aplicação, justificando as opções tomadas.

Não sendo, pois, propósito desta dissertação sistematizar todo o conhecimento sobre a identificação e organização de fundos definitivos, – até porque outros mais doutos²² já o fizeram, no todo ou em partes, com mais propriedade – pretendemos, tão só, refletir a respeito da aplicação dos princípios e procedimentos fundamentais que norteiam a Arquivística no *modus operandi* dos que exercem a sua atividade nos Arquivos especializados e que se debatem, no seu dia a dia, com a necessidade de (re)organizar fundos organicamente desestruturados.

No que respeita à revisão bibliográfica, a necessidade de constituir um corpo teórico e metodológico de suporte à investigação conduziu-nos a um vasto universo de livros, teses, dissertações, artigos, palestras e todo o tipo de comunicações que versam sobre a Ciência da Informação, a Arquivística, a Diplomática, a identificação, a organização, o tratamento, a normalização, a descrição multinível e a comunicação da informação. Além dos manuais de referência, amplamente citados na bibliografia – particularmente relevantes quando feitos pelos pares, evidência inequívoca da sua importância científica – a *Internet* põe-nos em contacto com as mais diversas perspectivas. O caudal de informação torna-se de tal modo avassalador que dificulta a eleição de uns em detrimento de outros tantos. Só a definição de padrões de pertinência – por autores, pelo tema, pelas fontes documentais/bibliográficas – permite selecionar criteriosamente a bibliografia suscetível de ser lida e compreendida num tão curto espaço de tempo, acrescentando valor à presente reflexão.

Esta dissertação tem, pois, a finalidade de descrever detalhadamente os processos de organização de fundos desordenados, muito comuns nos arquivos definitivos, averiguando – mediante

²² Não sendo nosso propósito referir, exaustivamente, os autores, não podemos deixar de citar os que se nos afiguraram mais proeminentes entre as leituras realizadas, ordenados alfabeticamente; nomeadamente: Bellotto; Bonal Zazo; Cook; Cortés Alonso; Rousseau e Couture; Cruz Mundet; Cunningham; Duchein; Duranti; Freitas; Gomes; Guardado da Silva; Heredia Herrera; Jardim; Lanes Padrón; Lodolini; López Gomes; MacNeil; Martín-Pozuelo; Mendo Carmona; Moro Cabero; Müller, Feith, e Fruin; Nougaret; Nuñez Fernández; Pinto; Ribeiro; Rodrigues; Runa; Santos, entre outros.

o estudo de caso – a aplicabilidade da metodologia científica da Arquivística, sustentada sobre os seus princípios fundamentais, e avaliando a sua capacidade para responder aos desafios que essa organização nos vai impondo, sempre com o subido objetivo de cumprir com eficácia a missão do arquivista – dar a conhecer a informação existente nos fundos, através da criação de instrumentos de descrição, normalizados e autoexplicativos.



Figura 1: Portada do Tombo II de Ouca (1703-1705). Cota: III-1^a-D-14-4-44 [foto da nossa autoria].

I. A Arquivística no contexto da Ciência da Informação

Como salienta Gomes (2007), o “acto de arquivar documentação, correspondendo ao valor que uma sociedade dá à escrita e aos documentos em que esta se formata e autoriza” (p. 244), remonta aos primórdios das civilizações. E, desde então, arquivar tem adotado várias metodologias, ora se configurando como mera acumulação passiva de documentos, ora como um conjunto estruturado de ações que vão da recolha, passando por diversas atividades do tratamento²³, até à comunicação.

I.1. A evolução da Arquivística

É genericamente aceite pela comunidade científica que a Arquivística nem sempre assumiu o papel de disciplina científica, como atualmente se lhe reconhece. De acordo com Lopez (2000, p. 379), a Arquivística terá passado por três etapas distintas: auxiliar da História (séc. XIX); auxiliar da administração (início do séc. XX) aquando da explosão de grandes massas documentais; e, por último, como “parte integrante da Ciência da Informação” [tradução nossa]. Segundo Cook (1997), esta mudança está associada a diversos fatores, desde logo à alteração da razão de existir dos Arquivos – de administrativa-judicial para sociocultural, bem como da sua abertura para o exercício democrático da cidadania, entre outros.

Terry Cook (1997), a respeito desta mudança concetual, salientava:

“This new paradigm for archives replaces the profession's traditional intellectual focus on the physical record-that thing which is under our actual physical custody in archives-with a renewed focus on the context, purpose, intent, interrelationships, functionality, and accountability of the record, its creator, and its creation processes, wherever these occur” (p. 48)²⁴.

Para Ribeiro (2002, p. 97), esta transformação foi ainda mais além, traduzindo-se, inclusivamente, numa mudança do paradigma histórico-tecnista (finais do século XIX) – que “assenta na noção estática e meramente operatória de fundo”²⁵ e em princípios “teóricos” baseados na evidência e no pragmatismo, como o do “respeito pelos fundos” e o da “ordem original”²⁶ – no novo paradigma científico-informacional no séc. XX. De acordo com a abordagem científico-informacional, os documentos são considerados “segundo o seu potencial informacional e não meramente como aparentes dados de interesse para a pesquisa” (Freitas, 2003, p. 42).

²³ As fases de tratamento são, em grande medida, impulsionadas pela importância que os arquivos podem deter.

²⁴ “Este novo paradigma para os arquivos substitui o foco intelectual tradicional da profissão sobre o documento físico – aquela coisa que está, atualmente, debaixo da nossa custódia física nos Arquivos – por um foco renovado sobre o contexto, o propósito, a intenção, o inter-relacionamento, a funcionalidade e a capacidade de prestação de contas do documento, do seu produtor, e do seu processo de produção, onde quer que este ocorra” [tradução nossa].

²⁵ Esta noção foi formalizada pelo historiador, paleógrafo e arquivista francês Natalis de Wailly, em 1841.

²⁶ Este princípio teve a sua génese na escola italiana, personificada, entre outros, por Francesco Bonaini e Elio Lodolini.

Mas, como acima foi referido, há vozes dissonantes. Uns consideram a Arquivística como uma disciplina técnica, ora auxiliar de outras ciências, como refere Tanodi, ora “como disciplina de carácter eminentemente prático”, no dizer de Batelli, ora, ainda, como uma mera “prática”, de acordo com os franceses Durand-Evrard e Durand (Lopez, 2000, p. 379).

Porém, entre a comunidade científica serão já mais os que a identificam como ciência, como referem alguns autores já considerados clássicos: Elio Lodolini considera-a uma ciência completa, com princípios universalmente aceites, como é o caso do “principio de proveniência (principio de oro de la Archivística)”²⁷; Schellenberg considera a Arquivística a ciência que trata dos Arquivos ou Heredia Herrera que a define como a Ciência dos Arquivos.

A primeira publicação do manual holandês de Müller, Feith e Fruin, em 1898, representa “um primeiro esforço em prol da sistematização das bases da disciplina arquivística, escorando-se numa formulação capaz de lhe garantir princípios e procedimentos próprios”; daí ser considerado, por Simões e Freitas (2013) e por uma parcela expressiva de autores da área, um marco fundamental na teoria arquivística (p. 94)²⁸.

Mais tarde, quando os governos dos países despertaram para a importância estratégica da informação e começaram a preocupar-se em “controlá-la” e recuperá-la eficazmente, c. 1939-1945, “a partir desse momento, conforme diz Barreto (1998), se inaugurou o campo científico da Ciência da Informação” (citado por Freitas, 2003, p. 8), ainda que, tal como refere, há autores que a fazem recuar aos alvares do séc. XX, ao “advento da Ciência da Documentação e dos chamados Sistemas de Recuperação da Informação” (Freitas, 2003, p. 9).

Para Silva *et al.* (2002), “A Arquivística é uma Ciência da Informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-) fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente”²⁹.

No dicionário de terminologia arquivística, publicado em 1984 pelo Conselho Internacional de Arquivos³⁰, a Arquivística era definida como a disciplina que trata os aspetos teóricos e práticos dos arquivos e da sua função³¹.

Para Delmas (citado por Mendo Carmona, 2004, p. 36), é a

“ciencia que estudia la génesis y formación de los conjuntos orgánicos de documentos, situandolos en el contexto de su creación; así como los principios y procedimientos

²⁷“Princípio de ouro da Arquivística” (Lopez, 2000, p. 380), [tradução nossa].

²⁸ De acordo com Fuster Ruiz (1999) foi nesta obra que se “sistematizaram os principais fundamentos científicos do conceito de arquivo e, por tanto, os elementos que sustentam a Arquivística como ciência” e acrescenta, ainda, que os fundamentos científicos se consolidaram, no nosso século [XX], graças aos contributos de: “Casanova, Brenneke, Jenkinson, Schellenberg, Bautier, Lodolini, Cortés, Heredia...” [tradução nossa] (pp. 116 e 117).

²⁹ Silva, A. M., Ribeiro, F., Ramos, J. & Real, M. L., 2002, p. 214.

³⁰ Doravante designado por CIA.

³¹ Citado por Heredia Herrera, 1991a, p. 30.

metodológicos empleados en su organización y conservación para que se garantice tanto el ejercicio de derechos e intereses como la memoria de las personas físicas o jurídicas”³².

Vivemos mais uma fase de transformação da Arquivística. Cook (2001; 2007) é um dos autores que alertam para essa mudança e para a necessidade de os profissionais explicarem a nova realidade em que vivemos e trabalhamos, onde a Arquivística deve ser entendida como área do conhecimento científico. Porém, para evitar a perda de identidade, Cortés Alonso (1990, p. 8) adverte: “[I]a nueva Archivística, para ser nueva, no tiene que renegar de su tradición sustancial y adoptar modos y modas que le son ajenas por esencia.”³³

Para se assumir enquanto ciência, qualquer área do saber deve reunir os seguintes pressupostos:

- a) ser dotada de terminologia própria;
- b) ter um objeto de estudo “bem concreto e definido”³⁴;
- c) ter princípios e métodos científicos que se apliquem a qualquer investigação/ estudo.

Começemos, então, por aferir/explorar cada uma destas vertentes que convertem a Arquivística numa disciplina científica.

1.2. Os aspetos terminológicos

As díspares designações relativas a um mesmo conceito, adotadas pelos diversos países, acarretam grandes dificuldades aquando das traduções – nem sempre as mais fiéis –, distorcendo o sentido original do texto. A respeito desta problemática, Duchein (2007) refere que: “muitos dos termos que o arquivista utiliza na prática quotidiana da sua profissão são de uso corrente, às vezes com um sentido um pouco diferente do seu sentido habitual [uso quotidiano], como fonds, inventaire, série” (p. 15). O problema agudiza-se quando, dentro do mesmo país, existe a adoção de léxicos substancialmente diferentes, como concluímos lendo Duchein (2007, p. 16).

Ao nível nacional, a criação de um corpo “normativo” – harmonizado com as normas adotadas internacionalmente, dotado de glossários³⁵ com a definição precisa e objetiva dos termos e conceitos – poderá constituir uma solução para o problema de comunicação da informação, promovendo uma maior eficácia na permuta e entendimento dos registos.

³² “Ciência que estuda a origem e a formação dos conjuntos orgânicos de documentos, colocando-os no contexto de sua criação; assim como os princípios e procedimentos metodológicos empregados na sua organização e conservação para que se garanta tanto o exercício dos direitos e interesses como a memória das pessoas físicas ou jurídicas” [tradução nossa].

³³ “A nova Arquivística, para ser nova, não tem que renegar a sua tradição substancial e adotar modos e modas que são estranhos à sua essência” [tradução nossa].

³⁴ Gedeão, 1956.

³⁵ As NP 4041 (2005) e as ODA (Portugal. DGARQ, 2007, p. 295 e ss) apresentam um glossário com os termos mais comuns usados na Arquivística.

Esta questão assume primordial importância quando se pugna pelo rigor científico. Também a bibliografia é pródiga em definições para um mesmo termo. Cada autor apresenta a sua proposta, evidenciando os aspectos para si mais relevantes.

Concretizemos, então, com algumas definições que encontramos para arquivo³⁶:

Müller, Feith e Fruin apresentam uma definição que é adotada unanimemente, desde a primeira edição da sua sobejamente conhecida obra celebrizada como o “Manual dos Arquivistas Holandeses”:

“Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário” (1973, p. 13).

Dentro desta linha, mas evidenciando mais o valor do documento que a sua custódia, Camargo (1990) define arquivo como um:

“conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor” (citado por Freitas, 2003, p. 30).

Por seu turno, Duranti (1994b) entende “o arquivo como evidência dos atos do seu criador, sendo os documentos a prova desses atos, sejam eles de uma entidade coletiva, pública ou privada, sejam de uma pessoa” (citado por Rodrigues, 2006, p. 104). Ou, ainda, Jenkinson, para quem os “archives are created and received in the conduct of personal or organizational activity, and, as such, represent “a measure of knowledge which does not exist in quite the same form anywhere else” (citado por MacNeil, 1994, p. 8)³⁷.

À luz do novo paradigma científico-informacional, arquivo é definido por Silva como sendo:

“um sistema (semi-)fechado de informação social materializado em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores” (2002, p. 214).

Em Portugal, a exemplo do que ocorreu em outros países, a normalização tem tentado solucionar este problema de falta de uniformidade. Assim, foi publicada a NP 4041 (2005) “Informação e documentação: Terminologia arquivística”, com a finalidade de “fixar termos e conceitos de uso corrente na teoria e prática arquivística, de modo a uniformizar a sua utilização e facilitar a comunicação entre os profissionais e entre eles e o seu público” (p. 4). Nesta norma, arquivo foi definido como:

³⁶ Para aprofundar conhecimentos, Cf. Heredia Herrera (1991a, p. 88 e ss), que apresenta mais de uma dezena de definições para este termo, apresentados por autores, diplomas normativos e obras de referência, tais como Jenkinson, Elsevier's Lexicon, Schellenberg, Lodolini, Favier, Duchein, Concetti, entre outros, salientando as particularidades de cada um.

³⁷ Os arquivos são criados e recebidos no contexto de uma atividade pessoal ou organizacional e, como tal, representam a “medida do conhecimento que não existe, sob a mesma forma, em nenhum outro lugar “[tradução nossa].

“conjunto de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo” (IPQ, 2005, p. 5).

E, mais adiante, apresenta o termo “fundo” com a seguinte definição: “O mesmo que arquivo. Mais utilizado no âmbito dos arquivos definitivos” (IPQ, 2005, p. 6).

Nas ODA (Portugal. DGARQ, 2007), a opção recai, compreensivelmente, sobre a palavra “fundo”, definindo-o como um:

“conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções.” (2007, p. 302).

Para finalizar, apresentamos a definição eleita por Heredia Herrera (1991a, p. 89), por ela considerada como sendo a mais completa:

“conjuntos de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, acumulados num processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada, no decurso da sua gestão, preservados, respeitando a ordem, para servir como testemunha e informação para a pessoa ou instituição que os produz, para os cidadãos ou para servir como fontes de história” [tradução nossa].

Fruto de outras leituras e da nossa experiência profissional, ousaríamos, contudo, acrescentar fontes culturais, científicas ou de investigação e, até mesmo, administrativas,³⁸ não as restringindo ao âmbito da História.

De entre tantos autores, a escolha desta definição prende-se com a particularidade de esta ter implícitos os princípios básicos, mas fundamentais, da Arquivística que abordaremos mais adiante, pois: “[q]uando os teóricos localizam a terminologia como própria, mais que tudo, das áreas técnicas, na verdade não é por serem técnicas, mas sim por sua especificidade, que não pode, sob pena de graves danos, conviver com equívocos, polissemias e dubiedades” (Bellotto, 2007, p. 48).

A título de exemplo, citemos, na língua portuguesa, os conceitos: arquivo, fundo, acervo ou sistema de informação; estas são algumas das designações encontradas na bibliografia para intitular o que para uns é a mesma coisa e para outros coisas bem distintas.

Na bibliografia, pese embora todo o esforço que vem sendo despendido nas últimas duas décadas, ainda há uma notória falta de uniformidade terminológica, como salienta Heredia Herrera (1991a, p. 240); mas, em simultâneo, há também um amplo apelo dos diversos quadrantes alertando para a indispensável adoção de um léxico aceite por toda a comunidade científica, único e livre de polissemias, de modo a agilizar a comunicação entre os profissionais, nacionais e estrangeiros, e entre estes e o seu público.

³⁸ No AUC há documentos de diversos fundos que, ainda hoje, desempenham essa finalidade, corroborando, aliás, Rousseau e Couture (1998, pp. 46-47).

Esta “simples” medida poderá facilitar a formação de profissionais na área e melhorar, substancialmente, a qualidade científica e técnica das descrições, o que irá promover a comunicação da informação, segundo Bellotto (2007, p. 53), aumentando, exponencialmente, o conhecimento que temos dos arquivos e do seu conteúdo informacional. Corroborando esta ideia, Duchein (2007), um reconhecido estudioso da matéria, acrescenta que “o estudo dos problemas terminológicos é uma das chaves da arquivologia. Ela ajuda a precisar as noções, a dissipar o vapor do empirismo, obriga a colocar em questão as certezas adquiridas pela rotina” (p. 22).

As dificuldades de uniformização da terminologia a que nos temos referido incidem, essencialmente, sobre dois aspetos, a saber: os conceitos fundamentais da Arquivística – indispensáveis à comunicação interpares e à comunicação dos profissionais com os investigadores (particularmente importante num mundo global) –, mas, também, às designações atribuídas às diversas unidades de descrição, fundamentais no processo de classificação, para as posicionar no patamar e classe correspondentes, as identificar inequivocamente – em especial as tipologias documentais –, distinguindo-as de outras.

A escolha do “termo” certo será um dos primeiros problemas com que o arquivista se irá deparar quando ingressar no mundo do trabalho, onde cada escola usa os seus termos de eleição. Perante a inexistência de unanimidade, recomendaríamos ou a adoção dos termos propostos pela norma ISAD(G)³⁹ ou, não sendo tal aceite, a definição de listas de termos e conceitos a respeitar dentro da instituição que custodia os fundos, para uniformizar as descrições – ainda que daí possam advir desvantagens para a comunicação externa.

De todo o exposto, é fácil antecipar as dificuldades inerentes ao processo de identificação, organização e comunicação da informação e à “reunião” – ainda que virtual – do arquivo de um produtor, quando disperso por diversas Instituições⁴⁰.

Daqui poderemos, talvez, concluir que a Arquivística, como disciplina científica, já dispõe de terminologia própria e normalizada, porém o seu uso ainda não está amplamente disseminado, podendo constituir um grave entrave à comunicação da informação.

1.3. O objeto de estudo

Em Arquivística, se não encontrámos consensos no que respeita à terminologia, é de esperar a mesma pluralidade de ideias e de opiniões quanto ao seu objeto de estudo.

³⁹ Apesar de esta norma ter sido adotada internacionalmente, ela também não solucionou o problema terminológico. Atualmente, deparamo-nos ainda com grande diversidade de terminologia, o que dificulta, de sobremodo, o cabal entendimento da produção científica desta área, além da existência de traduções pouco rigorosas e até mesmo erróneas. Como refere Freitas (2014), “isso tudo está diretamente vinculado aos diferentes usos e empregos que se dão aos mesmos termos em mais de um idioma. Do francês ao inglês, por exemplo, há diferenças entre *classment* e *arrangement*, entre *document* e *record*, entre *fonds* e *record series*”, entre outros (n.p.).

⁴⁰ Tal como sucede com o arquivo do MJA.

Mendo Carmona (2004) “considera seu [da Arquivística] objeto de estudo o conjunto orgânico de documentos que denominamos arquivo, no contexto em que foi produzido” (p. 36) [tradução nossa]; aliás, definido de forma mais ou menos abreviada, este objeto é consensual entre autores como Rousseau e Couture (1998) e Jenkinson (1922).

Numa outra perspectiva, autores como Lopes (1996), Silva (2002) e outros⁴¹, postulam a mudança de enfoque da Arquivística no que referem ser “o contexto do atual paradigma”. O primeiro, citado por Freitas (2003, p. 42), afirma que “o objeto-documento já cedeu espaço ao objeto-informação”; e o segundo defende a ascensão da “informação enquanto objecto científico” da Ciência da Informação (Silva, 1999, p. 5), da qual a Arquivística é parte integrante, alertando que “o empirismo dominante e o excesso de senso comum têm tornado inextricável documentação e informação⁴², não permitindo a necessária e conveniente distinção dos conceitos em jogo (...). E, mais adiante, conclui afirmando que “não é, portanto, irrelevante o ‘salto’ semântico da expressão “documento de arquivo” para a “informação arquivística” (ou informação de arquivo)⁴³.

Para Ribeiro (2002), a

“informação social” assume-se “como objeto de estudo, independentemente da sua materialização (ou não) num suporte físico, considerando-a não apenas como um conjunto de dados ou um processo dinâmico, mas sim como um fenómeno com atributos e propriedades passíveis de cognoscibilidade” (p. 109).

Heredia Herrera (1991a, p. 32) e outros autores que a subscrevem, tal com Bellotto (2002), Freitas (2003), entre outros, apresentam-nos o objeto da Arquivística com uma tripla dimensão, a saber: **“Archivos - Documentos de archivo - Informação”**. Arquivos, enquanto edifícios, por influenciarem a preservação dos documentos; documentos de arquivo, enquanto conjuntos organicamente relacionados, ordenados de modo a espelhar essas relações; e, por último, mas não menos importante, a informação que o arquivo contém e que ousamos definir como o móbil ou razão de existir dos anteriores.

“Segundo a autora Heredia Herrera, importa definir esta trilogia, em sua íntima relação, para então centrá-la clara e distintamente, enquanto objeto de uma ciência diante de outras que são suas correlatas”, como ainda salienta Freitas (2003, p. 29).

Concretizemos, então, cada uma delas:

a) - Arquivo – enquanto “continente”:

As instituições / instalações que albergam os fundos são parte integrante do objeto de estudo da Arquivística, na medida em que concorrem para o cumprimento da missão dos Arquivos – a salvaguarda do património documental. Segundo Duchein⁴⁴, um dos primeiros autores a debruçar-se

⁴¹ Silva, A. M. D., Ribeiro, F., Ramos, J. & Real, M. L., (2002, p. 214 e ss).

⁴² Cf. o conceito de informação em Silva, 1999.

⁴³ Silva, 1999, p. 3.

⁴⁴ Para estudos mais detalhados Cf.:

Duchain, M., & Favier, J. (1985); Domínguez e López Gómez (1989, pp. 28 e ss); Antunes, M. (2010).

sobre esta temática, nenhum aspeto pode ser deixado ao acaso. A implantação de um Arquivo deve ser previamente planeada, avaliando as condições existentes e confrontando-as com as que são necessárias e indispensáveis à sua instalação. No planeamento devem ser criteriosamente definidas as condições ideais para a sua localização, quer se trate das instalação de um Arquivo, de uma secção ou de um armário dentro de uma organização. Esses critérios têm em consideração aspetos ambientais, biológicos, geográficos, geológicos, entre outros.

Face à inevitabilidade da ação de certos elementos, como os climáticos, por exemplo, Duchein (1985) propõe soluções de melhoria, de modo a amenizar os seus inconvenientes, quer para desempenho das funções do arquivista (zonas de trabalho),⁴⁵ quer para a boa preservação das espécies documentais (zonas de acondicionamento)⁴⁶.

Mas as recomendações não se circunscrevem à edificação, incluindo também o mobiliário e todo o tipo de equipamento e materiais, sempre com a mesma finalidade – a preservação dos fundos em boas condições, de modo a conferir-lhes maior integridade e longevidade. Tal é corroborado por Schellenberg (2006), que afirma que a finalidade de todo o trabalho de arquivo é preservar os documentos, por forma a mantê-los acessíveis.

b) - Documentos de arquivo⁴⁷ – “conteúdo”:

Uma vez mais, a bibliografia é profícua também em definições de “documentos de arquivo”.

Começamos por apresentar a definição do dicionário de terminologia arquivística do CIA (1984, p. 137): “documento contendo uma informação, de qualquer data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral, e por toda a instituição pública ou privada, no exercício da sua atividade”⁴⁸. Nesta mesma linha, Ribeiro (1996, p. 13) diz-nos que os “documentos de arquivo apresentam-se sob inúmeras formas e nos mais variados suportes

Kitching, C. (1993). *Archive Buildings in the United Kingdom 1977-1992*. Lull, W.P., Banks, P.N. (1995) - *Conservation environment guidelines for libraries and archives*. Entre muitos outros elencados na publicação.

⁴⁵ Estas zonas, que preferencialmente deverão ser orientadas a sul, deverão ser bem iluminadas – mas sem incidência direta dos raios solares – de modo a permitir uma correta análise da documentação e com temperatura que permita condições de conforto ao arquivista.

⁴⁶ Em oposição, estas zonas deverão: ser pouco iluminadas, de modo a que a luz não degrade os suportes orgânicos; manter baixas temperaturas para não favorecer o desenvolvimento de espécies xilófagas; ser bem arejadas para evitar o desenvolvimento de esporos e fungo; e ser cuidadosamente higienizadas para evitar pragas, entre outros. Nestas zonas, o sistema de combate a incêndios não pode ser de água, nem as condutas de água e esgotos poderão aí ser instaladas.

⁴⁷ Seguindo de perto Schellenberg (1973), existem dois tipos de atividades potencialmente geradoras de documentação de arquivo: as atividades-fim e as atividades-meio. As primeiras estão relacionadas com a persecução da missão da instituição produtora do arquivo ou, como refere Bellotto (1998, p. 23) são “aquelas que dão a forma e a razão de ser de sua existência, justificando-lhe a presença em determinado contexto social.” Estas atividades originam as séries com funções-fins que deverão ser alvo de tratamento preferencial pelas informações que transmitem sobre a estrutura orgânica, mas também das funções por estas desempenhadas. Regra geral, estas séries, na tabela de temporalidade, têm frequentemente como destino final a conservação permanente. Por seu turno, as atividades-meio, associadas ao apoio logístico e burocrático às atividades-fim, materializam-se nas séries com funções-meio – “funções de suporte às actividades dos serviços” (Fidalgo & Ucha, 2007, p. 1).

⁴⁸ CIA, citado por Heredia Herrera, 1991a, p. 124, [tradução nossa].

materiais.” Mais adiante, adverte-nos, porém, para o facto de não ser, nem o “o tipo, nem a forma, nem o conteúdo informativo, que caracterizam um documento de arquivo, mas sim a sua origem, ou seja, o modo como ele foi produzido, em função e no decurso da actividade de uma pessoa física ou colectiva”. Bellotto (2004a) faz eco desta mesma teoria, referindo que apenas serão documentos de arquivo os gerados “por imperativos funcionais, administrativos ou legais” (p. 34), sendo o “documento, tomado genericamente, uma união indissolúvel entre informação/informações e suporte” (Bellotto, 2002, p. 22). Segundo Rodrigues (2006), o significado do documento está condicionado à sua integração no “conjunto ao qual pertence”, quando mantida a organicidade do fundo, e só assim “o documento será plenamente compreendido e permitirá o acesso à informação arquivística que ele contém.” (p. 54).

Heredia Herrera (1991a), numa definição mais sucinta, define-os como “testemunho da atividade humana, fixado num suporte duradouro, contendo informação” (p. 122) [tradução nossa], i.e. o conjunto constituído pelo suporte, meio (escrita, pintura, código binário) e informação. Mas, para que da definição não sobrevenham quaisquer dúvidas, a autora alerta que “um documento de arquivo é um registo de informação, mas nem todos os registos de informação são documentos de arquivo.” (Heredia Herrera, 2011, p. 4) [tradução nossa].

Duranti (1994a, p. 51 e ss), a partir dos autores que os formularam, sistematizou os requisitos ou qualidades necessários para que um documento seja considerado documento de arquivo, e que “assumem o papel de orientadoras no tratamento dos arquivos”, a saber:

- **Imparcialidade** – apresentado por Jenkinson⁴⁹ – significa que o documento terá de ser gerado “livre da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje”. Mais tarde, é corroborado por Jardim (1995, p. 2) ao referir que “a memória (...) não seria um conhecimento intencionalmente produzido.”

- **Autenticidade** – Jenkinson⁵⁰ associa a garantia deste requisito à custódia permanente: “os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.” (Duranti, 1994a, p. 51). Rodrigues (2006), a respeito da “autenticidade da informação arquivística”, refere que esta “depende de um conjunto de referências, entre as quais estaria o suporte que contém a informação” (p. 104).

- **Naturalidade** – característica associada ao processo de acumulação dos documentos na entidade produtora, decorrente das funções, atividades e tarefas que os produzem/recolhem. A este respeito, salientamos a disparidade que existe no processo de acumulação: na produção orgânica – inteiramente espontânea e natural – e na receção – que só se

⁴⁹ Jenkinson, 1922, citado por Duranti, 1994a, p. 51.

⁵⁰ Segundo Jenkinson, a “imparcialidade e [a] autenticidade” são qualidades extensíveis a todo o arquivo. (citado por Rodrigues, 2006, p. 104).

consegue com empenho da entidade recetora. Devido a esta característica, Bautier⁵¹ compara o processo de acumulação contínua e progressiva de documentos, exclusivamente resultantes das atividades do produtor, a “sedimentos de estratificações geológicas, [o que] os dota de um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada”.

- **Inter-relacionamento** – característica relacionada com o facto de os documentos pertencentes a um arquivo estarem interrelacionados através de um elo, que é “a razão da sua produção ou acumulação” (Duranti, 1994a, p. 52). Estas relações – indivisíveis – estabelecem-se entre o documento e o seu produtor e entre o documento e os restantes documentos do mesmo fundo.

Como salienta Bellotto, “É nesse sentido que as informações são orgânicas, porque guardam entre si as mesmas relações que se formam entre as atribuições, competências, funções e atividades das entidades.” (2002, p. 23).

- **Unicidade** – característica que advém do facto de cada registo assumir “um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental” (Duranti, 1994a, p. 52).

Sistematizando estes requisitos, nas palavras de Cortés Alonso (1986b, p. 420), na documentação de arquivo “cada unidade é única por definição e deve ser autêntica e verídica”[tradução nossa].

Por uma questão de rigor – critério que deve presidir a todo o processo de organização e descrição de um fundo – deve optar-se por “«documento de archivo» y no «documento de Archivo» porque el documento que nos ocupa, (...) no es tal porque esté en un Archivo [instituição] sino porque forma parte del archivo [conjunto orgânico de documentos]”⁵² (Heredia Herrera, 2008, p. 44). Esta autora, tempos depois, alertou para o facto de que, na sua opinião “documento de archivo, sea cual sea, requiere **autenticidad, integridad, fiabilidad y disponibilidad**, de aquí lo inconveniente que puede resultar equiparar documento de archivo con información”, concluído que, neste âmbito, em concreto, a “sinonimia no cabe entre ellos” (2011, p. 5)⁵³.

c) - Informação – a alma e sustento das relações:

Informação é mais um conceito polissémico, mesmo dentro da Ciência da Informação, o que redundava na dificuldade de encontrar uma definição que colha consenso entre os pares.

⁵¹ Bautier (1961), citado por, Duranti, 1994a, p. 52. Lodolini (1995) associa igualmente a formação do arquivo à sedimentação dos documentos, de forma “natural e espontânea” (p. 39).

⁵² “«documento de archivo» e não «documento de Archivo», porque o documento que nos ocupa (...) não o é porque está num Archivo [instituição], mas porque faz parte do archivo [conjunto orgânico de documentos]” [tradução nossa].

⁵³ “Documento de archivo, qualquer que seja, exige autenticidade, integridade, fiabilidade e disponibilidade; daqui o inconveniente que pode resultar de equiparar documento de arquivo a informação”, concluído que, neste âmbito, em concreto, “Não há sinonímia entre eles” (Heredia Herrera, 2011, p. 5) [tradução nossa].

Esta dificuldade foi expressa por Silva (2002), no parágrafo de encerramento do capítulo “Definição de informação”⁵⁴ que, depois de citar vários autores, refere: “a informação depende do processo que a produz, ou seja, ela tem de ser vista em ligação com os meios operativos e na interação sistémica inerente ao processo informacional” (p. 26); e conclui, mais adiante: “mais do que dar uma definição para o termo *informação*, seja importante estabelecer um conceito ou conceitos válidos” (p. 26) sem, contudo, concretizar esse(s) mesmo(s) conceito(s). O mesmo autor, em 2013 (p. 68), apresenta o que considerava serem as seis propriedades da informação: a estruturação pela ação (humana e social), a integração dinâmica, a pregnância, a quantificação, a reprodutividade ilimitada e a transmissibilidade.

Bellotto (1998, p. 22), depois de expor diversas definições de informação, colhidas em outros tantos autores, finaliza salientando o seguinte aspeto: “em qualquer uma destas abordagens apercebemo-nos de que a informação necessita de um veículo, de um suporte para ser transferida, para ser registrada e conhecida posteriormente à sua produção”, concluindo tratar-se de substância ou matéria que, depois de comunicada por alguma via, é utilizada por um recetor. Freitas (2003)⁵⁵ refere a existência de dois tipos de informação nos documentos: a bruta e a elaborada, sendo que o segundo tipo se obtém a partir da análise e interpretação dos documentos e da mediação da informação feita pelo arquivista, materializada nos instrumentos de descrição.

Referindo-se à informação fornecida pelo arquivista, Cortés Alonso (1986a, p. 32) menciona a necessidade de esta reunir as seguintes características: ser “**exata**”, por se tratar de um testemunho único, referindo os aspetos internos (relacionados com a fiabilidade) e externos (relacionados com a autenticidade); ser “**suficiente**”, associado a cada nível documental; e, por último, ser “**oportuna**”, dependendo da fonte de informação, do destinatário e da finalidade.

Concluimos, citando Heredia Herrera (1991a, p. 123): “a informação é algo que está no documento, unida a ele, indivisivelmente” [tradução nossa].

Também daqui poderemos, talvez, concluir que a Arquivística dispõe de um objeto de estudo, apesar da falta de unanimidade entre as diversas “correntes” científicas, podendo, contudo, e uma vez mais, constituir grave entrave ao processo de organização e comunicação da informação.

I.4. Os princípios e os métodos

Nem os princípios nem a metodologia de investigação reúnem consenso entre os investigadores da Arquivística.

Uma vez mais, dependendo dos autores, também os princípios a que deve obedecer a Arquivística como ciência são diversificados, em designação, número e substância, havendo alguns

⁵⁴Silva, A. M., Ribeiro, F., Ramos, J. & Real, M. L., 2002, p. 24 e ss.

⁵⁵ Freitas (p. 41), citando Heredia Herrera (1992).

unanimemente aceites (ou quase) e outros que são, apenas, subdivisões ou derivam dos principais mas que, *grosso modo*, coincidem no essencial (com exceções, claro está).

Duranti (1994a, p. 57) refere a existência de “dois princípios fundamentais da ciência arquivística: **respeito [pelos] fundos** (ou princípio da proveniência, sob o ponto de vista externo) e **respeito [pela] ordem original** (ou princípio da proveniência, sob o ponto de vista interno)”, havendo autores que preferem dizer que o primeiro já pressupõe o segundo; a título de exemplo, citamos Potvin (2000) que refere que “[l]e principe de respect du fonds comprend donc deux volets: il faut conserver dans le même fonds tout les documents produits ou reçus par le créateur de fonds et cela dans l'ordre où il les a classés.” (p. 65)⁵⁶. Por seu turno, para Rodrigues (2006, p. 106), o princípio da ordem original corresponde ao modo como se estrutura o acesso aos documentos.

Os canadianos Rousseau e Couture (1998, p. 130) apresentam-nos quatro princípios; além dos dois já citados por Durante, acrescentam o da **indivisibilidade ou integridade arquivística** e o da **proveniência**.

A respeito do princípio da proveniência, Heredia Herrera (2011, p. 10) especifica-o dizendo que “está relacionado com três termos fundamentais: **produção** [função]⁵⁷, **produtor** [agente que realiza as funções que tem atribuídas] e **proveniência**” [relação que se estabelece entre o produtor e os documentos produzidos e as funções atribuídas ao produtor e os documentos que produz] [tradução nossa].

Ainda sobre este mesmo princípio, Cunningham (2007, p. 79) alerta para a atual possibilidade de alguns documentos – particularmente os produzidos em suporte eletrónico – poderem ter mais do que uma proveniência⁵⁸ e terem de ser descritos enquanto tal, de modo a refletir fielmente o contexto de produção.

Camargo e Bellotto (1996)⁵⁹ destacam o princípio ou “qualidade” que julgam de primordial importância – **o princípio da unicidade e da organicidade** – “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”.

A este respeito, Núñez Fernandez (1999b)⁶⁰ apresenta-nos o mais vasto leque de princípios por nós consultado, enunciando o que considera ser uma sólida bagagem metodológica, composta por nada menos de onze que se nos afiguram a concretização detalhada e meticulosa dos princípios, normas, ideias e regras supracitados de aplicação, mas também alguns métodos que abordaremos mais adiante.

⁵⁶ “O princípio do respeito pelo fundo compreende, portanto, duas partes: é necessário conservar no mesmo fundo todos os documentos produzidos ou recebidos pelo mesmo criador do fundo e na ordem onde ele os classificou” [tradução nossa].

⁵⁷ Segundo Heredia Herrera (2011, p. 10), as funções não produzem documentos mas, sim, “os determinam”.

⁵⁸ Silva (2013, p. 15) salienta este aspeto como sendo particularmente comum na “atual gestão”.

⁵⁹ Citado por Bellotto, 2002, p. 23 e 24.

⁶⁰ Para conhecimento mais aprofundado Cf. Núñez Fernandez, 1999b, p. 61 e ss.

Poderíamos resumir, pelas palavras de Rodrigues (2006), que os princípios da Arquivística estabelecem três características intrínsecas e determinantes ao arquivo; são elas: “a singularidade do produtor do arquivo, a filiação dos documentos às ações que promovem a missão definida e a dependência dos documentos dos seus pares” (p. 107).

Identifiquemos, agora, a metodologia de investigação que melhor assenta nestes princípios.

Ribeiro (2002, p. 110), no contexto do paradigma científico-informacional, sugere a “aplicação de um método de investigação (...) que se caracteriza por uma dinâmica investigativa quadripolar, em que há uma permanente interação dos vários polos com vista à construção científica do conhecimento arquivístico”. Numa outra perspetiva, Mendo Carmona (2004) diz-nos que os estudos assentam no método qualitativo, analítico, de modo a conhecer a instituição produtora e a entender o contexto de produção dos documentos. Para esta autora, “[l]a finalidad del método analítico archivístico es múltiple y soporte de todo el tratamiento documental posterior” (p. 45)⁶¹, nomeadamente: “organização, avaliação⁶² (transferencias, eliminación, accesibilidad) e descrição” e incidem em dois aspetos: a) a análise do produtor (instituição), nomeadamente: os órgãos, a missão, as funções, as atividades; b) a análise das séries produzidas, como reflexo do cumprimento das funções/atividades.

A este respeito, Nuñez Fernández (1999b, p. 44) conclui que a “Arquivística dispõe de um método que podemos definir como científico, porque os princípios em que se inspira são universalmente verificáveis” [tradução nossa].

De tudo o que fica exposto, parece-nos ponto assente que a Arquivística se assume já como uma ciência, com terminologia, objeto, princípios e métodos bem definidos, diferenciando-se de outras ciências – com as quais até poderá partilhar alguns destes aspetos, mas das quais se destaca, indubitavelmente. Mas assume-se também como disciplina⁶³ de investigação, transmissão e aplicação da metodologia e validação dos princípios e pressupostos teóricos e metodológicos.

⁶¹ “A finalidade do método analítico arquivístico é múltiplo e constitui o suporte de todo o tratamento documental posterior” [tradução nossa].

⁶² A avaliação de documentos não será abordada no presente estudo, dado este se inserir no âmbito dos arquivos definitivos, tais como o AUC, onde apenas dá entrada a documentação de conservação permanente ou fundos de instituições extintas, como é o alvo da presente dissertação. No AUC, apenas o seu próprio arquivo – que produz/acumula organicamente, no decurso das suas funções e atividades – é alvo de avaliação e seleção; todos os fundos aí incorporados, pertencentes a outras instituições, são conservados, na íntegra, definitivamente. Admitimos, porém, que esta possa não ser a prática comum em todos arquivos definitivos. A respeito de avaliação Cf. Núñez Fernandez (2007).

⁶³ “A Arquivística é uma disciplina que permite a gestão da informação produzida ou recebida por cada organismo” (Pouvin, 2000, p. 64).

2. A organização da informação arquivística

Abordada a teoria, passamos agora a uma breve explicação do *modus faciendi* do arquivista⁶⁴ e das tarefas que tem de desenvolver no cumprimento da sua função de organizador dos fundos documentais, explicando, de modo sucinto, a sucessão das atividades alicerçadas nos princípios teóricos e a sua importância, as vantagens de se adotarem normas e procedimentos normalizados e o rigor que deve presidir a todos os processos descritos.

2.1. A contextualização do fundo

Recorrendo, como recomenda Cortés Alonso (1986b), a uma metodologia de análise qualitativa – caracterizada por Freitas (2013) como um “enfoque holístico, que implica: analisar a realidade como um todo, sem efectuar a sua redução em partes; fundamentar as análises, primeiramente, na observação do próprio contexto e, seguidamente, nas teorias existentes (com as quais se exerce o diálogo e o confronto)” (p. 1086) – iniciamos a abordagem ao fundo pela contextualização que deve ser a operação primordial no tratamento da informação de um arquivo⁶⁵, já que ela é o garante do respeito pelo princípio da proveniência⁶⁶. O estudo da instituição “que lhe deu origem e a análise das suas competências, funções e atividades para encaixar nelas as séries documentais que são prova e testemunho daquelas ” (Heredia Herrera, 1999, p. 20) [tradução nossa], é, portanto, o primeiro passo de aproximação ao estudo de um fundo ou arquivo.

De acordo com o *Manual para a gestão de documentos* da TT (Portugal. IAN/TT, 1998, pp. 1-3), “qualquer programa de intervenção num sistema de arquivo deve supor um conhecimento detalhado” da instituição responsável pelo mesmo. Assim, devemos começar por analisar “as características da instituição produtora (evolução de seus órgãos e funções), plasmando tudo numa estrutura lógica e hierárquica” (Vivas Moreno, 2003, p. 22) [tradução nossa], a génese, o crescimento e complexificação e, sendo o caso, a data e causas da sua extinção, permitindo-nos entender o contexto em que os documentos foram acumulados, produzidos ou recebidos, de que funções resultaram e materializando que atividades ou tarefas.

Esta contextualização deverá ser elaborada com base na análise detida e minuciosa de fontes de informação fidedignas, nomeadamente bulas, legislação, estatutos, alvarás, ou na documentação

⁶⁴ Referimo-nos, no presente estudo, aos arquivistas que desenvolvem a sua atividade nos Arquivos definitivos onde, com lamentável regularidade, a documentação é incorporada de forma desorganizada e sem instrumentos de descrição autoexplicativos.

⁶⁵ “Os arquivos devem ser encarados segundo uma perspectiva sistémica, e como um sistema construído à medida das necessidades da organização” (Barbedo, 2002, p. 6).

⁶⁶ Na sua obra, Cruz Mundet (1994, p. 25) refere que este princípio, então designado por “princípio de procedência”, foi pela primeira vez enunciado na circular ministerial sobre o esquema de classificação e o princípio do respeito pelos fundos, aplicados em todos os arquivos públicos franceses, sendo considerado “o ponto de partida da Arquivística” [tradução nossa], separando-a das ciências das quais, até então, era considerada subsidiária.

produzida pela instituição no cumprimento das suas funções – como sejam atas, relatórios de atividades, inventários, diários, memorandos, ordens de serviço, entre outras, especialmente no que concerne às séries vinculadas às funções-fim⁶⁷ – e que, de algum modo, espelham, ao longo do tempo⁶⁸, a missão, a estrutura e as alterações orgânicas da instituição em estudo.

Depois de dado este primeiro mas decisivo passo no sentido do entendimento do fundo, é necessário analisar a documentação, identificando-a⁶⁹. Para Conde Villaverde (1991), identificação é a “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (citado por Rodrigues, 2008, p. 7).

2.2. A identificação da documentação⁷⁰

Segundo Mendo Carmona (2004, p. 42), “a identificação é a melhor ferramenta para aplicar o princípio básico da Arquivística: o respeito pela **proveniência** e pela estrutura interna do fundo, através do método analítico” [tradução nossa].

Não sendo frequente a referência a este procedimento no tratamento da informação – já que o ideal seria que a documentação e toda a estrutura chegassem aos Arquivos definitivos devidamente identificadas –, ele torna-se imprescindível sempre que o arquivista se depara com fundos que, por força das circunstâncias, foram desorganizados ainda na entidade produtora⁷¹ ou (re)organizados com outros fins que não os preconizados pela Arquivística⁷². Tal sucede, com lamentável regularidade, em Arquivos especializados, sempre que a documentação é incorporada

⁶⁷ A NP 4041 (IPQ, 2005, p. 9) define funções-fim como sendo o “conjunto das funções específicas correspondentes à gestão do projecto (atribuições) de uma instituição ou serviço”.

⁶⁸ Relembremos que esta metodologia é particularmente usada no contexto de Arquivos definitivos, onde, com regularidade, são integrados fundos desorganizados de diversas instituições, havendo a necessidade de reconstituir, a partir da documentação, a estrutura de fundos de instituições extintas, bem como o contexto de produção de cada uma delas que, frequentemente, nos são revelados pela informação trazida à luz pelas séries documentais que produziram no cumprimento das suas funções. A este respeito, Freitas (2014) salienta que “no contexto dos arquivos correntes, tal apenas se realiza quando ‘olhamos’ para o passado, com vista à elaboração de relatórios de avaliação, seleção e eliminação de documentação acumulada” (n.p.).

⁶⁹ A identificação apenas foi assumida como parte integrante do método de análise do fundo, em 1990, pelo “Comité de Archivos Administrativos del Consejo Internacional de Archivos”, em Oslo. A identificação aplica-se em duas fases: 1ª a análise do produtor (instituição – órgãos produtores num contexto) e 2ª a análise do objeto produzido (séries documentais do fundo), naturalmente no decurso das atividades, desta forma se concretizando a aplicação dos princípios basilares da arquivística – respeito pela proveniência e pela ordem original. Para Rodrigues (2011, p. 110), trata-se de “identificar tipologias documentais, contextos de produção (...)”.

⁷⁰ Nesta fase, o número de elementos a identificar nas unidades de descrição deverá ser estabelecido pela política da instituição, determinando o maior ou menor nível de detalhe, de modo a conseguir uma certa uniformidade nos registos, permitindo, em todo o caso, uma identificação inequívoca. Frequentemente, os condicionalismos económicos, nomeadamente a penúria de recursos humanos, falam mais alto e restringem a análise à recolha de informação essencial ao preenchimento dos campos obrigatórios da ISAD(G)(CIA, 2002) ou das ODA (Portugal. DGARQ, 2007).

⁷¹ Esta desorganização pode até ocorrer “involuntariamente”, em consequência de cataclismos naturais, terrorismo, incêndios, roubos, mudanças de instalações, entre outras.

⁷² Princípios da proveniência, do respeito pela estrutura e do respeito pela ordem original – (NP 4041: 2005, p. 16).

desordenadamente ou quando é proveniente de outras instituições que não dos órgãos produtores, por vicissitudes várias⁷³, sem serem acompanhadas de um “inventário que reflete uma organização (...) que responda a critérios arquivísticos mínimos” (Heredia Herrera, 1991a, p. 445) [tradução nossa].

É aqui que a Diplomática arquivística – que, de acordo com Duranti (1998), estuda “the written document, that is, evidence which is produced on a medium (paper, magnetic tape, disc, plate, etc.) by means of a writing instrument (pen, pencil, typing machine, printer, etc.) or of an apparatus for fixing data, images and/or voices”⁷⁴ (p. 15)⁷⁵ – assume um papel preponderante para o estudo dos fundos documentais, dado que evidencia:

“os procedimentos utilizados pelas instituições no decurso da sua actividade, através da descrição do contexto de produção dos documentos (que inclui o ano, mês, dia e local de produção), da acção da qual resulta o documento, das pessoas envolvidas (autor, destinatário, originador e produtor), dos procedimentos, da relação entre documentos e da natureza, conteúdo e função do documento” (Freitas, 2011, p. 23).

A mesma autora, recorrendo às palavras de Cencetti, afirma que a “diplomática es necesaria para el archivero porque penetra la esencia de los documentos y la formación histórica de los papeles y determina la comprensión íntima de aquello que es condición necesaria para su ordenación y descripción (Freitas, 2010, p. 17)⁷⁶.

2.2.1. A análise diplomática arquivística

Na Antiguidade, a autenticidade era considerada como inerente aos documentos, pelo simples facto de estarem preservados em Arquivos, “templos” ou verdadeiros “Palácios da memória”, como Santo Agostinho os designou nas suas *Confissões* (Gomes, 2007, p. 244). Desta feita, os mecanismos de validação da autenticidade eram poucos, indo pouco além da validação por selagem, assinatura, inscrição de signos, entre outros, dado a sua utilização não ter sido, ainda, estatuída juridicamente; ainda assim, eivados da “presunção de autoridade” (Duranti, 1995, p. 8).

As regras de validação dos documentos e de verificação da sua autenticidade, bem como a formulação e os sinais que deveriam conter para que fossem reconhecidos como instrumentos

⁷³ É disso exemplo a documentação que foi incorporada nos Arquivos Distritais, proveniente do Arquivo dos Próprios Nacionais, produzida por instituições extintas pelas sucessivas leis de desamortização, tendo os seus fundos sido, na sua maioria, (re)organizados na Fazenda Nacional, com fins meramente fiscais, como bem atesta Erdmann (1927), no seu estudo sobre as vagas de incorporações de documentos.

⁷⁴ Seguindo de perto Gomes (2014, n.p.), este objeto de estudo não é tanto do foro da Diplomática mas da crítica externa documental, ou seja, da Paleografia.

⁷⁵ “o documento escrito, isto é, evidência que é produzida sobre um suporte (papel, fita magnética, disco, placa, etc.) por meio de um instrumento de escrita (lápis, caneta, máquina de escrever, impressora, etc) ou de um mecanismo de fixação de data, imagens e/ou vozes” [tradução nossa].

⁷⁶ “A Diplomática é necessária para o arquivista pois penetra a essência dos documentos e da formação histórica dos papéis e determina a compreensão íntima do que é condição necessária para a sua ordenação e descrição” [tradução nossa].

"dignos de fé pública" (Gomes, 1998, p. 644) foram, pela primeira vez, fixadas em diploma jurídico no *Corpus Iuris Civilis*⁷⁷, entre 529 e 534.

A Idade Média, mais concretamente a “Alta Idade Média caracterizar-se-á por modificações importantes na vida económica, social e política” (Rousseau & Couture, 1998, p. 31); e, com a crescente prosperidade dos alvares da Idade Moderna, trouxeram consigo um crescimento dos agentes económicos e a generalização da comercialização de bens, o que acarretou um consequente aumento da produção documental e dos diversos intervenientes envolvidos na produção, circulação e acondicionamento de documentos, o que levou ao (re)surgimento de desconfianças no que respeita à originalidade e veracidade dos *diploma*⁷⁸.

A Diplomática científica (re)surgiu, assim, da necessidade de apurar a autenticidade de documentos. A primeira obra a este respeito, da autoria do beneditino Jean Mabillon (1632-1707), *De Re Diplomatica libri VI*⁷⁹, foi publicada “em Paris, estava-se em 1681” (Santos, 1992, p. 307), aquando das *bella diplomatica*⁸⁰, motivada por dúvidas relativas à validade de alguns documentos, posta em causa pelo “dotto gesuita Daniel Van Papebroch (Bresslau, 1998, p. 29)⁸¹. Esta obra, que “ha dato il nome alla (...) disciplina” (Bresslau, 1998, p. 31)⁸² assinala o nascimento da Diplomática⁸³, com os seus princípios, métodos e objeto – os documentos⁸⁴. Nela, o autor estabelece o modo e as regras precisas que permitiam avaliar a autenticidade de um documento através do método analítico-comparativo, que “consiste em repartir o documento em suas partes⁸⁵ e analisá-las separadamente

⁷⁷ Vulgarmente designado por *Código Justiniano*, por ter sido mandado fazer pelo imperador bizantino Justiniano I, ou Corpo de Direito Civil, é a obra jurídica basilar do direito romano que, no séc. XII, haveria de tornar-se o fundamento da ciência jurídica das recém-formadas universidades da Europa medieval.

⁷⁸ Segundo Bresslau (1998), nenhum período da história teve tantas falsificações como o “medioevale, e ciò dipende dagli aspetti tra loro molto diversi de la vita medioevale”, o que justifica o facto de a “storia della trattazione scientifica della diplomatica medioevale” [ser] “strettamente connessa alla storia delle falsificazioni” (p. 18) “medieval, e isso depende de aspetos, desde logo, muito diversos da vida medieval” (...) “da história do tratamento científico da Diplomática medieval” estar “intimamente ligada com a história das falsificações” [tradução nossa].

⁷⁹ Outros dois monges beneditinos, D. Tassin e D. Toustain, viriam a dar continuidade à análise e reflexão sobre os princípios e métodos da Diplomática, publicando “seis grossos volumes” (Gomes, 1998, p. 625), sob o título “Nouveau Traité de Diplomatique, saídos entre 1750 e 1765” (Coelho, 2001, p. 14).

⁸⁰ Tognoli e Guimarães, 2009, p. 9.

⁸¹ Pelo “douto jesuíta Daniel Van Papenbroeck [tradução nossa] (1628-1714)”.

⁸² Esta obra que “deu o nome à disciplina” [tradução nossa].

⁸³ Segundo Gomes (2001), “Diplomática é uma ciência histórica – que muitos historiadores consideram auxiliar – cujo objectivo é, a partir de metodologias e questões específicas, proceder ao estudo científico do documento escrito na sua forma e conteúdo, definindo a sua autenticidade e valor probatório enquanto testemunho de dados e factos históricos” (p. 625).

⁸⁴ Partilhando, embora, o objeto de estudo com a Arquivística, esta e a Diplomática abordam-no sob diferentes pontos de vista; enquanto para a primeira os documentos são considerados como um todo orgânico, entendido nas suas relações com o produtor (funções e atividades) e os restantes documentos do mesmo fundo, a Diplomática centra a sua análise em cada documento de *per se*, analisando “a *actio* e a *conscriptio*” (Bellotto, 2004a, p. 58), ou como referem Galende Díaz e Garcia Ruipérez (2003, p. 8), citando Batteli (1999), a Diplomática é a “a ciência dos documentos” (...) “a disciplina que determina e decide sobre a autenticidade dos documentos, analisando caracteres externos e internos”.

⁸⁵ Duranti enuncia algumas das partes do documento suscetíveis de análise, de acordo com a obra de Mabillon: “materiais, tinta, linguagem, roteiro, pontuação, abreviaturas, fórmulas, assinaturas, selos, sinais especiais, notas de chancelaria” (1989, p. 13), [tradução nossa] entre outros.

em seus elementos internos e externos ⁸⁶” (Tognoli & Guimarães, 2009, p. 26). É um tratado geral de Diplomática “válido para todos os tempos e todos os países” (Bresslau, 1998, p. 32) [tradução nossa].

A partir desse momento, os documentos passaram a ser considerados como evidência histórica. Lá pelos anos 80 do século XX, a Diplomática dividir-se-ia, quanto à forma de perceber e analisar o documento, em Diplomática Histórica e Diplomática Arquivística⁸⁷, servindo esta última para compreender o processo e o contexto de criação dos documentos. Nesta medida, a Diplomática “explicita os laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica, enfatiza as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ações e de etapas de procedimento, mostra todos os tipos de interação entre pessoas e documentos.” (Duranti, 1994a, p. 61).

É precisamente através desta metodologia que se procede à identificação, procedimento arquivístico através do qual se reconhecem os elementos inerentes à sua gênese (contexto de produção), que tornam o documento único entre os demais. Seguindo de perto Rodrigues (n.d.), o documento materializa o facto que lhe deu origem, pela relação que estabelece com o seu produtor e o conteúdo daquele é a prova da atividade deste último, chegando, deste modo, à determinação da tipologia⁸⁸ documental. É na relação com o produtor que se identifica a ordem original, “[c]ada documento singular se considera em relação funcional com outros que formam parte do fluxo burocrático de um determinado ato administrativo. Tem, portanto, a ver com os objetivos, as funções e a estrutura interna da entidade produtora” (Carucci, 1994, citado por Bellotto, 2002, p. 22).

Perante fundos desorganizados⁸⁹, é fundamental proceder à análise interna e externa do documento para ir preenchendo as Fichas de Recolha de Dados (FRD), com o intuito de identificar em cada documento, desde logo, “a sua origem, ligada a um produtor e as suas funções e atividades, (...) a sua condição de único, que determina a sua originalidade; sua autenticidade” (Heredia Herrera, 2007, p. 100) [tradução nossa]; mas, também, a tipologia documental, os intervenientes, as data(s),

⁸⁶ “Consideram-se características externas o suporte, formato, empaginação e escrita, a que se deve associar os elementos de validação, como a selagem e a quirografia” (...) e do “ponto de vista interno, o discurso diplomático divide os documentos, estruturalmente, em três partes: protocolo inicial, texto e escatocolo (ou protocolo final)” (Gomes, 2001, p. 635).

⁸⁷ Para estudos mais aprofundados Cf. Bellotto (2004a); Tognoli e Guimarães (2009); entre outros. Duranti (1989, p. 24) chega, inclusivamente, a questionar se haverá “três Diplomáticas, a legal, a histórica e a de arquivo” [tradução nossa], reportando-se, parece óbvio, não a três Diplomáticas distintas mas a diferentes formas de abordar, perceber e interpretar o seu objeto.

⁸⁸ Para conhecimentos mais aprofundados, consultar: Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid. In: de organisations: de la création à la conservation. Madrid: Consejería Manualde Cultura, s.d; ou Gagnon-Arguin, Louise. or T Québec: Presses Universitaires de l’Université de Québec, 1998; ou Heredia Herrera, Antonia. Diplomática y Archivistica. In: Tipologia Documental de los Municipios Sevilla, Diputación Provincial, 1988, pp. 36-43.

⁸⁹ À semelhança do fundo do MJA.

entre outros elementos indispensáveis à sua inclusão nos processos subsequentes⁹⁰ de classificação, ordenação e descrição.

Daí Duranti (1995, citada por Rodrigues, n.d., p. 9) concluir que os "arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e volta[m] à Diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos".

Depois de termos a documentação inequivocamente identificada, entendido o contexto da sua criação ou reunião e a posição de cada documento na estrutura hierárquica do fundo ou arquivo – garante do seu valor documental⁹¹ – estão reunidas as condições necessárias à realização dos processos de organização da documentação, com vista à criação dos instrumentos de descrição da informação, que abordaremos em seguida.

2.3. A organização da documentação

De acordo com a definição apresentada na NP 4041 (IPQ, 2005, p. 16), "organização trata-se de um conjunto de operações de classificação e ordenação (...), devendo respeitar, sempre, os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original"⁹².

Gallego Domínguez e López Gómez (1990), citados por Heredia Herrera (1991a, p. 253), identificam organização como sendo "a operação intelectual e mecânica pela qual os diferentes grupos/classes documentais se relacionam hierarquicamente com critérios orgânicos ou funcionais para revelar o seu conteúdo e informação"[tradução nossa]. Schellenberg (1982) advoga que os fundos devem ser guardados de acordo com a sua génese, respeitando o princípio da proveniência – querendo com isto dizer que devem ser preservados respeitando, na íntegra, a organização original – porque só esta espelha a génese do documento, permitindo entender o contexto da sua criação, as relações que estabelece com o produtor e com os restantes documentos, ganhando assim significado.

A organização não é mais que a aplicação dos princípios basilares da Arquivística, nomeadamente os princípios da proveniência e da ordem original, já que, como evidencia

⁹⁰ E também fundamental à fase de avaliação e, conseqüentemente, criação da tabela de seleção, que não é referida por esta investigação se realizar em contexto de Arquivos definitivos.

⁹¹ Para Heredia Herrera (2007, p. 106), os documentos podem ter valor primário (administrativo, fiscal ou jurídico) e secundário (informativo e histórico). Para que desta afirmação não sobrevenham quaisquer dúvidas, o valor "secundário" não sucede ao "desaparecimento" do valor primário. O valor secundário, nomeadamente o informativo, é intrínseco ao documento e inerente à sua génese e existência. Só o valor primário pode "desaparecer" findo o prazo de conservação definitiva, inscrito na tabela de seleção de documentos. (A este respeito Cf.: Portugal, DGLAB, 2007, p. 89 e ss).

Estes valores, de que voltaremos a falar mais adiante, foram cunhados por Theodore Schellenberg e continuam a ser aceites, de modo consensual, pela grande maioria dos arquivistas e investigadores na atualidade

⁹² As ODA (Portugal, DGLAB, 2007) alargam os procedimentos da organização, considerando-os "o conjunto de operações intelectuais e físicas que consistem na análise, estruturação, classificação e ordenação dos documentos de arquivo, e seu resultado" (p. 94).

Schellenberg (1982)⁹³, "os documentos só têm razão de ser ao pertencerem a um grupo/conjunto, uma vez que só o conjunto explica o porquê de eles se terem dado, como, para quê e que efeitos produziram" [tradução nossa].

Em suma, podemos afirmar que a organização⁹⁴ (ou, à sua inexistência, a (re)organização) resulta de um conjunto de operações que conferem uma estrutura intelectual e física à totalidade do fundo, o que garante o seu perfeito entendimento, potenciando a recuperação dos documentos, sendo indispensável ao acesso à informação neles contida.

A organização processa-se em duas fases distintas, classificação e ordenação, que passamos a explicar.

2.3.1. A classificação

A classificação é um processo inerente à natureza humana, pela possibilidade que nos dá de simplificar uma realidade através da subdivisão em classes mais simples, de modo a apreender o seu conteúdo com maior facilidade, com o intuito de exercer algum controlo sobre essa realidade. Em termos arquivísticos, a classificação, nomeadamente a funcional, era já notória nos Arquivos da antiga cidade portuária de Ugarit (c. 1350-1180 a.C.)⁹⁵ (Silva, 2013, p. 1).

De acordo com a teoria da classificação, trata-se de um processo mental "tão antigo quanto a própria humanidade, tendo prosperado do estatuto de arte para o de ciência" (Dahlberg, 1979, citado por Simões e Freitas, 2013, p. 82) e, na Antiguidade Clássica, foi muito praticada por filósofos como Aristóteles, sendo este, aliás, o seu mentor. Segundo Brown (1961), este processo realiza-se constantemente de forma consciente e inconsciente. No que respeita à classificação⁹⁶ de fundos ou arquivos, cremos, porém, que todo o processo é, ou deveria ser, consciente, por estar firmemente alicerçado em princípios universalmente aceites e por adotar procedimentos e critérios de análise (interna e externa) específicos e metodologicamente definidos para a Arquivística.

Em termos históricos, Sousa (2006, p. 122) divide a forma de classificar documentos em dois momentos distintos – antes e depois do "estabelecimento dos princípios de respeito aos fundos e da ordem original" – que, no seu entender, "fundamentam as ações de classificação" (Sousa, 2003, p. 257), o primeiro responsável pela integridade do fundo e o segundo pela manutenção ou reconstituição da sua ordem interna.

⁹³ Citado por Herrero Montero e Díaz Rodríguez (2011, p. 139).

⁹⁴ Na sua obra "*La norma ISAD(G) y su terminología*", Heredia Herrera (1995, p. 47) refere que o termo organização "aparece pela primeira vez neste terceiro texto [ISAD(G)]" [tradução nossa], associando esse facto às imprecisões terminológicas e a vacilações/confusões entre os termos e os conceitos de organização, classificação e ordenação.

⁹⁵ A cidade de Ugarit, à semelhança de Elba, Maari, Nínive, entre outras, localizava-se na região do "Crescente fértil" – vale do Nilo e Mesopotâmia – berço das primeiras civilizações.

⁹⁶ O glossário das ODA (Portugal. DGARQ, p. 297) apresenta a seguinte definição de classificação: "Componente intelectual da organização, que consiste na elaboração e/ou aplicação de um quadro ou plano de classificação".

Já há largos anos, Schellenberg (1956) definiu os três elementos a considerar para a classificação dos documentos públicos: 1º- a ação referida no documento – associada ao desempenho da função; 2º- o órgão produtor e a sua estrutura – associado ao organograma; e 3º- o assunto ou matéria – ato administrativo propriamente dito (Silva, 2013, p. 1).

Herrero Montero e Díaz Rodríguez (2011, p. 134) também propõem uma classificação a diversos níveis, sendo o 1º por tipologia de fundos que albergam (militares, eclesiásticos) – o que, nos Arquivos especializados, designamos por grupo de fundos ou grupo de arquivos – e o 2º por documentos de arquivos (privados e públicos). Cada um destes níveis admite, ainda, uma classificação interna: o primeiro pode ser pessoal ou familiar e o segundo subdivide-se de acordo com as áreas territoriais a que diz respeito, nomeadamente nacionais, distritais, municipais, entre outros.

Segundo o princípio da proveniência, Heredia Herrera (1991a, p. 267-270) subdivide a classificação em dois níveis: o primeiro incidindo sobre a estrutura da organização e o segundo sobre as séries documentais, estas como testemunhos de atividades derivadas daquela estrutura (Sousa, 2006, p. 130), modelo de classificação que tentaremos adotar no fundo alvo da presente investigação.

Explicitando com maior detalhe, classificar é, pois, um processo intelectual que “consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo” (Cruz Mundet, 1994, p. 239) [tradução nossa], em diversas classes⁹⁷ e grupos, de que resulta o quadro⁹⁸ ou plano de classificação do fundo, devendo esta refletir a estrutura e as funções levadas a cabo pelo organismo/órgão produtor. Ainda de acordo com o supracitado autor, a tabela deve traduzir, obrigatoriamente, a delimitação, a unicidade, a estabilidade e a simplificação” (Cruz Mundet, 1994, pp. 246-247), sendo estes alguns dos princípios fundamentais que regem a classificação.

Trata-se, como facilmente se depreende, de uma operação axial do tratamento arquivístico da informação, que deve obedecer a um único critério para cada nível, pré-definido, facilmente perceptível por qualquer utilizador da tabela, para que, com o menor esforço/tempo possível, aceda à informação pretendida. Sousa (2003, p. 251) entende “os princípios de respeito aos fundos e o da ordem original como princípios de divisão ou de classificação naturais, pois são atributos essenciais e permanentes ao conjunto (arquivo) a ser dividido”.

Existem vários critérios de classificação, e.g. funcional, orgânico-funcional, tipológico⁹⁹ (associada à função que desempenha) e alguns autores admitem, ainda, o critério temático (indexação). Contudo, para os autores da NP 4438-1-2, o recurso ao primeiro critério será “o mais eficaz na condução de qualquer negócio, sendo indispensável à boa gestão de documentos de

⁹⁷ Nos níveis mais baixos da descrição, as classes traduzem-se em séries documentais. Estas podem ter como fator agregador um dos seguintes critérios: “possuem uma tramitação semelhante, contêm os mesmos tipos de documentos, servem uma mesma atividade e situam-se na mesma área temática”. (Portugal, IAN/TT, 1998, p. 2-17).

⁹⁸ O quadro de classificação tem de ser exaustivo, devendo todos os documentos existentes estar representados nas classes, e mutuamente exclusiva, de modo a que entre o documento e a sua classe se estabeleça uma relação dedicada.

⁹⁹ Classificando de acordo com a tipologia formal dos atos que materializa.

arquivo” (2005, p. 22), enquanto Ribeiro (2005, p. 99) considera o segundo critério a “única forma de garantir que o instrumento de acesso à informação a ser produzido representará com rigor a realidade que foi analisada”.

A classificação é considerada como um dos “recursos privilegiados de organização da informação e do conhecimento” (Simões & Freitas, 2013, p. 82), porque nos dá uma “clara visão do contexto de produção dos documentos, dos seus agentes e das suas atividades e ações, bem como da sua disposição dentro de uma determinada estrutura” (Simões & Freitas, 2013, p. 100). Lodolini (1993) postula, inclusivamente, a imutabilidade da classificação dos fundos. Segundo o autor, ainda que um fundo fosse desorganizado e entregue a vários arquivistas para ser organizado, ele seria (re)organizado “da mesma maneira” por “todos” os arquivistas, caso fosse respeitado o princípio de ouro da Arquivística – o da proveniência. Segundo Freitas (2014, n.p.), esta afirmação encontra alguma resistência entre os pares; porém, o que o autor parece querer reforçar é a ideia de que a classificação é um processo objetivo, que segue um conjunto de procedimentos que estudam a fundo a natureza e a estrutura dos arquivos, diferentemente do que se observa, por exemplo, nas classificações do tipo bibliográfico, dependentes de interpretações de outra natureza e que permitem que um único documento possa ser classificado em mais de uma classe.

Autores como Schellenberg (1973, citado por R. Sousa 2006, p. 133) admitem a existência de classificações diferenciadas para arquivos correntes ou definitivos, designando a primeira por classificação e a segunda por arranjo¹⁰⁰. O manual holandês de Müller, Feith e Fruin (1973, p. 43), originalmente publicado em 1898, já determinava com clareza que “o sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu”.

A classificação, na asserção de Simões e Freitas (2013, p. 96), deve ser detentora das seguintes características: “(a) simplicidade; (b) flexibilidade; (c) dinamismo; (d) afinidade; (e) funcionalidade; (f) uniformidade; (g) exaustividade; (h) exclusividade”, atribuindo a sua autoria a Schellenberg (2002, citado por Freitas 2013, p. 103), e acrescentando a estes, “ainda, um outro princípio (...) que [lhes] parece de importância capital: o da consistência”¹⁰¹. Cruz Mundet (1994, pp. 244-245), por seu turno, definiu um conjunto de características “indispensáveis” aos quadros de classificação, a saber: “ser preciso e limitado, perdurável no tempo, objetivo, simples (cada classe ou grupo irá pertencer apenas a uma subdivisão) e eficaz” [tradução nossa]. Em suma, podemos concluir que a classificação é a componente intelectual da organização que consiste em agrupar

¹⁰⁰ Tanto por influência deste autor, como por necessidade de diferenciar os procedimentos levados a cabo nos arquivos correntes, o termo “arranjo” é usado no Brasil para designar a classificação que se realiza nos Arquivos definitivos. Em Portugal optou-se, no entanto, pelo uso do vocábulo “classificação” em ambos os casos.

¹⁰¹ Por extravasar os objetivos da presente dissertação, os atributos não serão aqui desenvolvidos. Para estudos mais aprofundados consultar: Simões e Freitas (2013); Schellenberg (2002); Cruz Mundet (1994); Heredia Herrera (1991a), entre outros referenciados na bibliografia.

hierarquicamente os documentos de um fundo, unindo em classes os documentos com o mesmo valor ou características comuns e processa-se unindo e separando um conjunto de elementos, como bem simplifica Heredia Herrera (1981, p. 183). Portanto, a materialização da classificação traduz-se na tabela, quadro ou plano de classificação. Pelo que foi referido, concluímos que o quadro de classificação¹⁰² deve, pois, ser elaborado em observância com os princípios basilares da Arquivística:

a) – Princípio de **proveniência** – não admitindo a reunião de documentos de distintas proveniências;

b) – Princípio do respeito **pela estrutura** – espelhando os órgãos, funções, atividades e tarefas da instituição produtora;

c) – Princípio da **ordem original** – respeitando a sequência natural do desenvolvimento das atividades, isto é, a organização original da documentação, tal como foi atribuída pelo organismo produtor.

À guisa de conclusão, Simões e Freitas (2013, p. 96) afirmam que, no atual estágio de desenvolvimento científico da Arquivística, "o princípio da proveniência e do respeito pela integridade dos fundos de arquivo, – e o seu desdobramento lógico no princípio do respeito pela ordem original dos documentos – (...) constituem a raiz da classificação".

2.3.2. A ordenação e a cotação

Concluído o processo de classificação, estamos em condições de dar início à **ordenação**¹⁰³, que, para além de intelectual, é uma operação física ou “material” (Cruz Mundet, 1994, p. 250) de disposição lógica e sequencial de todos os elementos pertencentes a cada classe ou grupo, mediante a aplicação de **um** critério que permite reproduzir a ordem original da produção/receção/acumulação dos documentos, o qual determina a sequência das unidades arquivísticas¹⁰⁴, agilizando o acesso e a recuperação das mesmas. Em regra, este deve obedecer ao critério através do qual a documentação é (ou foi) mais facilmente recuperável na entidade produtora ou pela entidade que custodia o fundo e seus investigadores. Para Heredia Herrera (1991a, p. 286), “a ordenação arquivística dos documentos faz-se a partir de um dos (seguintes)

¹⁰² De acordo com as ODA (Portugal. DGARQ, p. 107), quadro de classificação é um instrumento de descrição que “regista o esquema de organização de um acervo documental, estabelecido de acordo com os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição e/ou instalação“. Enquanto o quadro de classificação é vocacionado para a descrição de arquivos fechados, refletindo a estrutura e o contexto de produção do fundo, o plano de classificação destina-se, essencialmente, à “gestão da informação de arquivo” (Silva, 2013, p. 9) em fase ativa, espelhando, de igual modo, a estrutura e o contexto mas assumindo-se, ainda, como instrumento de planificação, organização e normalização do sistema de informação.

¹⁰³ Jiménez González (2003, p. 11 e ss) apresenta diversos “sistemas de ordenação”.

¹⁰⁴ A NP 4041 (IPQ, 2005) não apresenta uma definição concreta para a expressão “unidade arquivística”, cingindo-se a referir que são os documentos simples e os compostos, e.g. ato, arquivo, coleção, processo, entre outros, num total de vinte e uma designações diferentes (p. 5 a 7).

elementos: data, nome de pessoas, lugar ou assunto que nos aproximem do seu conteúdo” [tradução nossa]; ou, acrescentamos nós, pelo código¹⁰⁵ do registo aposto a qualquer unidade arquivística.

Dependendo das características da unidade documental, o critério pode ser alfabético (toponímico, onomástico, hierárquico, temático ou outro), alfanumérico, cronológico ou numérico. Os dois últimos critérios referidos admitem, ainda, duas formas distintas de ordenação: a inversa (do mais recente para o mais antigo/do maior para o menor, que é o mais frequente nos arquivos em fase ativa) e a direta (do mais antigo para o mais recente / do menor para o maior, utilizado na reorganização de algumas unidades de descrição de arquivos definitivos). Contudo, cremos que tal prática não seria coerente com a aplicação do princípio do respeito pela ordem original, quando esta existir, aplicado à ordenação dos documentos dentro da série documental.

Esta operação aplica-se a todos os níveis de descrição – “níveis intelectuais e níveis físicos”[tradução nossa]¹⁰⁶ devendo, preferencialmente, existir apenas um critério para cada unidade de descrição¹⁰⁷, particularmente nos níveis mais baixos.

Concretizando, as unidades de descrição ordenam-se dentro da unidade arquivística hierarquicamente superior; alguns exemplos, dos Arquivos especializados: os fundos ordenam-se dentro do grupo de fundos; as secções/órgãos ordenam-se dentro do fundo; as séries ordenam-se dentro da secção; os documentos ordenam-se dentro das séries; e assim sucessivamente.

¹⁰⁵ O código pode ser constituído por uma sucessão de elementos alfabéticos (ex: códigos dos concelhos), numéricos (ex: NIF) ou alfanuméricos, obedecendo a uma sequência simples ou a um conjunto constituído por diversos elementos de informação, habitualmente convencionados através de normas, regras ou convenções pré-definidas. Veja-se, a título de exemplo, o código alfanumérico de referência de uma série documental pertencente ao fundo em análise: PT/AUC/MC/MJA-A/001, em que alguns elementos são normalizados por convenções e normas específicas, enquanto outros espelham a ordenação dos elementos dentro do fundo e a sua posição no fundo em relação aos seus pares. Deste modo, o código assume um significado suscetível de ser facilmente apreendido a nível nacional e internacional. Este código, elaborado à luz das diretrizes preconizadas pela ODA (Portugal. DGARQ, 2007, p. 24 e ss) – nomeadamente no que concerne, quer à sequência de elementos, quer à codificação adotada para a representação de cada um, quer, ainda, à adoção de códigos convencionados – é constituído pelos seguintes elementos: Código do país (PT); código da entidade detentora do fundo (AUC); código do grupo de fundos (MC – Monástico-conventuais); código da instituição produtora do fundo (MJA); código da secção (A – que, neste caso em concreto, traduz uma função, já que a classificação proposta será funcional); e, por último, código da primeira série documental produzida por esta secção (001), respetivamente.

Estes códigos, por serem elaborados em consonância com as normas internacionais, abrem um leque de oportunidades à comunicação da informação, *i.e.*, à identificação do fundo por qualquer investigador, sem a necessidade da mediação da informação feita diretamente pelo Arquivista, à reunião/localização, ainda que virtual, de parcelas do mesmo fundo dispersas por diversas instituições e à apreensão e reconhecimento da informação ao nível internacional, entre outras.

A um nível de descrição mais detalhado, o código seria acrescido de outras sequências de dígitos, representando a unidade de instalação, o documento ou o ato, bem como a sua ordem sequencial dentro da unidade de descrição que o contém.

¹⁰⁶ Bonal Zazo (2000b, pp. 23-24) subdivide os níveis de descrição em intelectuais e físicos, correspondendo à macro e à micro descrição; os níveis intelectuais vão do nível do fundo (1) até ao nível da subsérie (6) e “formam a estrutura arquivística que se organiza segundo o princípio da proveniência” (Bonal Zazo (2000b, p. 23) [tradução nossa]; os restantes correspondem aos níveis físicos (dos níveis 7 a 9), que podem ir “desde la unidad de localización hasta el documento simples” (Bonal Zazo (2000b, p. 24) – unidade arquivística intelectualmente indivisível.

¹⁰⁷ Unidade de descrição – documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como um todo, e que, como tal, serve de base a uma descrição singular. (Portugal. DGARQ, 2007, p. 307).

Esta ordenação criteriosa vai também facilitar as operações subsequentes de codificação e cotação, processos aos quais faremos apenas uma breve alusão, por extravasar os objetivos da presente dissertação.

A respeito da ordenação, Rodrigues (2006, p. 106), baseando-se em Duranti (1994) refere que,

“[s]e o documento é a corporificação de ações que ocorrem em um fluxo temporal, a ordem original, ou melhor, a ordem dos documentos em correspondência com o fluxo das ações torna-se indispensável para a compreensão dessas ações e, conseqüentemente, para a compreensão do significado do documento”.

Devidamente classificada e ordenada, a documentação está "pronta" para a operação de codificação e cotação, a primeira como representante da "posição" relativa da unidade documental na estrutura do fundo e a segunda da sua localização física. A codificação das unidades documentais, além de constituir um elemento identificador único do que representa, deve – obrigatoriamente – espelhar a posição da unidade de descrição que está a ser codificada dentro da estrutura do fundo, podendo ser constituída por símbolos numéricos, alfabéticos ou pela conjugação de ambos em códigos alfanuméricos, dependendo do(s) sistema(s) de codificação adotado(s). Tratando-se de um elemento de identificação exclusivo, ele deve, tanto quanto possível, ser definido de forma criteriosa – o que é particularmente relevante nos níveis superiores – e obedecer, preferencialmente, às orientações apresentadas nos documentos normativos e às propostas das ODA (Portugal. DGAARQ, 2007), facilitando o seu cabal entendimento pelos investigadores de qualquer Arquivo, de modo a promover a reunião, ainda que virtual, das partes constituintes de um mesmo fundo dispersas por vários Arquivos. A criação destes códigos deve respeitar, ainda, a sequência de elementos e a pontuação associada à separação dos mesmos e/ou dos diversos níveis de descrição, para que se tornem únicos, inequívocos e autoexplicativos.

Existem diversas formas de cotar as unidades de instalação, podendo adotar-se, dentro de cada fundo, a cotação topográfica, a numeração sequencial das unidades de instalação, o código de referência, ou outras. Contudo, em Arquivos especializados – onde se reúnem, num mesmo espaço, diversos fundos – julga-se vantajosa a adoção de um único sistema de cotação para a totalidade dos acervos custodiados, devendo este ser definido na Política Arquivística da instituição, pela importância que esta operação assume na recuperação da documentação/informação e no controlo dos documentos.

A cotação topográfica¹⁰⁸ deve descrever – de forma convencional e codificada – a localização física das unidades de instalação nos espaços reservados ao acondicionamento¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Este sistema de cotação permite um controlo mais eficaz das existências e uma gestão mais eficiente dos espaços disponíveis nos depósitos, ao mesmo tempo que “guia” o funcionário até ao local de recolha e colocação da espécie documental.

¹⁰⁹ No caso concreto do AUC, a sequência dos elementos a seguir à entidade detentora é a seguinte: Depósito (I a VI) - Secção (1ª a 3ª - direita ou esquerda) - Estante (1 a 17) - Prateleira/tabela (1 a 6) - Número de ordem na prateleira. Daqui resulta um código com a seguinte configuração: AUC-IV-2ªE-10-3-2. Ou, tratando-se, por

A cotação numérica poderá traduzir, tão-somente, a posição da unidade de descrição numerada, sequencialmente, dentro desse fundo ¹¹⁰ mas, preferencialmente, deverá espelhar a organização intelectual¹¹¹ do fundo e a sua ordenação. A cota pode, ainda, conjugar elementos que espelhem a estrutura orgânico-funciona com elementos topográfico¹¹². Independentemente da opção a tomar, ela deverá, de preferência, ser consentânea com a adotada pela política da instituição, quando definida, ou, não existindo, pelo menos ser única dentro de cada fundo.

No âmbito do presente trabalho – Arquivos especializados – não se abordam os processos de avaliação, seleção ou eliminação, nem a elaboração da tabela correspondente, já que a documentação incorporada é de conservação permanente e a finalidade deste trabalho, no tocante a este aspeto, é, prioritariamente, a de realizar uma reflexão sobre a descrição do percurso de organização da informação.

Concluimos, desta feita, que a organização de um fundo, quer seja aos níveis intelectuais, quer aos físicos, deve, a todo o tempo, assentar nos princípios fundamentais da Arquivística – proveniência e ordem original – possibilitando a criação de instrumentos de descrição que, só assim, cumprem os objetivos de dar a conhecer o fundo, promovendo a sua preservação e difusão.

Pode, pois, afirmar-se que a organização resulta de um conjunto de operações que conferem uma estrutura intelectual e física à totalidade do fundo, indispensável à compreensão do contexto da produção dos documentos, à sua recuperação expedita e ao acesso à informação neles contida. Por estas e outras razões, Simões e Freitas (2013, p. 100) concluem que “sem classificar e ordenar a informação” (...) não é possível “desencadear a sua descrição enquanto ato normalizado”, indispensável à comunicação da informação existente nos Arquivos.

exemplo, de um móvel de acondicionamento de pergaminhos: AUC-VI-3ªD-M6-G1-2, aqui se representando, além dos elementos comuns à representação anterior, o móvel, a gaveta e a sequência numérica dentro da pasta (única em cada gaveta).

¹¹⁰ A título de exemplo: AUC-MSMS-5.

¹¹¹ Esta cotação, baseada na organização intelectual, deverá ser traduzida através do código de classificação. Julgamos, aliás, que este sistema da cotação é o mais indicado na gestão da informação, que se processa no produtor, permitindo manter a cota inalterada nas sucessivas fases de arquivamento.

¹¹² AUC/GCC/GRH/E2/T5/2 (entidade detentora-fundo-seção-estante-tabela-nº de ordem).



Figura 2: Fotografia de parte do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro incorporado no AUC [foto da nossa autoria].

3. A descrição e comunicação da informação

A descrição¹¹³ é o culminar das operações físicas e intelectuais do processo de tratamento arquivístico da informação que referimos anteriormente. A descrição meticulosa das diversas unidades é o garante da elaboração de instrumentos de descrição¹¹⁴ representativos da realidade, fiéis, fiáveis e completos. São estes instrumentos¹¹⁵ que promovem a recuperação da informação, de forma eficiente e eficaz, como salienta Duranti (1993, p. 51): a “description has progressively lost the purposes of accounting for the holdings of the archival institution, facilitating physical retrieval of documents and providing access to information”¹¹⁶.

Assim, seguindo as ODA (Portugal. DGARQ, 2007), dependendo da unidade de descrição e do detalhe pretendido/possível, podemos elaborar diversos instrumentos, de que destacamos os mais comuns elaborados para os diversos níveis de descrição: guia (F), inventário (SR), lista de unidades de instalação (UI), catálogo (DC/DS), índice (conteúdo informacional); mas também: registo, guia de remessa, plano de classificação, quadro de classificação¹¹⁷, entre outros.

¹¹³ "Descrição Arquivística - A elaboração de uma representação exata de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu. Este termo também se aplica ao resultado desse processo." (Portugal. DGARQ, 2007, p. 300).

Champagne e Denys (1987) definem a descrição como sendo “a etapa do tratamento pela qual o arquivista identifica e apresenta as características físicas e o conteúdo do documento ou do conjunto de documentos” (citado por Bonal Zazo, 2001, p. 158), reunindo neste único processo o que, na presente dissertação, subdividimos em etapas distintas: identificação de descrição.

A ISAD(G) (CIA, 2002, p. 14) orienta a elaboração de “descrições consistentes que permitem identificar o conteúdo dos documentos e explicar seu contexto, com o intuito de os tornar acessíveis” [tradução nossa] (Hernández Quintana, 2003, p. 5).

¹¹⁴ Instrumentos de descrição (*finding aid*) – “Termo genérico que se aplica a qualquer instrumento de descrição ou de referência, elaborado ou recebido por um serviço de arquivo, com vista ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos de arquivo” de acordo com a ISAD(G) (CIA, 2002, p. 14); “[q]ualquer ferramenta que descreve e/ou referencia os documentos de arquivo e quantifica as respetivas unidades de instalação, com vista ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos”, segundo as ODA (Portugal. DGARQ, p. 107).

Dependendo do nível de descrição, estes instrumentos podem designar-se por: guias (F), inventários (SR), catálogos (Dc e Ds), entre outros.

Na presente dissertação optamos pela designação “Instrumento de descrição”, em detrimento de outros utilizados na bibliografia, por ser o termo utilizado nas ODA (Portugal. DGARQ).

¹¹⁵ Também aqui encontramos várias designações; Ribeiro, em 1996, optava pela designação “instrumentos de pesquisa”, por estar de acordo com a expressão inglesa “finding aid” ou a francesa “instrument de recherche” (p. 13) e em 1998, justifica essa opção por ser, “atualmente, o de maior aceitação, figurando no dicionário internacional do CIA” (p. 28).

A respeito dos instrumentos de descrição, Cook (2011) referindo-se aos resultado de uma pesquisa, realizada por investigadores da Universidade de Glasgow, concluiu que, para os utilizadores, “os instrumentos de pesquisa [são] difíceis de serem compreendidos (...) apesar de todo o progresso que vem sendo feito nos últimos anos” (p. 128).

¹¹⁶ A “descrição tem vindo a perder, progressivamente, os propósitos de controlar as existências das instituições arquivísticas, facilitando a recuperação física dos documentos e assegurando o acesso à informação” [tradução nossa].

¹¹⁷ “Quadro de classificação – Documento de arquivo que regista o esquema de organização de um acervo documental, estabelecido de acordo com os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição e/ou instalação” (DGLAB, 2007, p. 305).

A fiabilidade e rigorosa elaboração permitem-nos dar cumprimento às funções primordiais dos Arquivos – o controlo, a recuperação e comunicação da informação, i.e. a “gestão da Informação para a preservação”¹¹⁸ (Pinto, 2014, p. 2).

Através destes instrumentos, o utilizador avalia a relevância da documentação existente no fundo, na sua perspetiva individual, para responder às suas necessidades de informação. Aqueles são, pois, cartões-de-visita que apresentam a informação ou a condenam ao esquecimento, por se julgar inexistente. A importância destes instrumentos cresce com a dimensão do fundo e do Arquivo¹¹⁹, com o número de fundos que este último custodia e com as necessidades de pesquisa/recuperação de informação, bem como com a sua íntegra preservação.

Duranti (1993, p. 52), numa perspetiva que seria a ideal, refere que “todos os documentos têm de ser descritos com igual profundidade, independentemente da sua ‘importância’ para um tipo de pesquisador ou para outro, e as descrições têm de enfatizar o contexto e a função, tanto quanto o conteúdo” [tradução nossa]. Concordando, na íntegra com a afirmação, a primeira parte parece atualmente “condenada” pelos graves condicionalismos orçamentais que limitam a contratação dos recursos humanos para executarem estas tarefas. Face aos citados condicionalismos, nos Arquivos especializados, depois de descrevermos todos os fundos existentes (Guia) – ainda que, apenas, ao nível do fundo –, deveremos analisar estatisticamente as requisições de documentação (consulta e reprodução), a fim de identificar os fundos mais consultados para determinarmos o nível de profundidade e a prioridade na elaboração dos diversos instrumentos de descrição para cada fundo, pugnando pela ética e pela deontologia profissional.

Estes instrumentos constituem, ainda, um meio não despendendo de preservação da documentação. Quando devidamente produzidos e claramente identificados agilizam o acesso à informação pertinente, tornando desnecessárias buscas intermináveis, calcorreando cada documento do fundo – quantas vezes em vão – e evitando, assim, contribuir para a sua progressiva degradação, pelo manuseio excessivo.

Segundo Cruz Mundet (1994, p. 255), a descrição “constitui a parte culminante do trabalho arquivístico”.

Duranti (1993, p. 52), numa das suas investigações nesta área – tentando averiguar a função primordial do arquivo – conclui que a descrição nunca foi nem é função do arquivo, afirmando existirem “duas funções permanentes do arquivo: (1) preservação (física, moral e intelectual) e (2) comunicação dos documentos arquivados” [tradução nossa].

Sierra Escobar (2006, citando Moratalla, 2004), considera-o “o primeiro instrumento de descrição de um arquivo e o único que permite uma visualização integral do fundo, das relações hierárquicas entre os órgãos (...), bem como da atividade que desenvolve” (p. 85) [tradução nossa].

¹¹⁸ Para outras informações relativas a gestão documental, gestão da informação e gestão do conhecimento, Cf. Gauchi Risso (2012).

¹¹⁹ O Arquivo aqui referido dispõe de 10.000 metros lineares de prateleiras, onde estão acondicionados cerca de 500 fundos, de outras tantas entidades produtoras.

Seguindo este modo de ver, a descrição seria um meio para atingir estes fins, não um fim em si mesma.

A descrição materializa-se, pois, na criação de instrumentos que agilizem a recuperação e a comunicação da informação que terão, necessariamente, de ser elaborados com rigor, seriedade e objetividade.

3.1. A descrição normalizada na comunicação e na recuperação de informação

A “globalização” no acesso à informação, promovida pelas comunicações em rede, alargou substancialmente o nosso “backyard”. Deixamos, assim, de ter apenas os nossos utentes presenciais, na sala de leitura, das 9 às 17.30, para termos uma sala de leitura aberta ininterruptamente. O utilizador local ou remoto, que entra “porta dentro” a qualquer instante, necessita de ser cada vez mais autónomo, prescindindo da mediação do profissional da informação na hora de efetuar a sua pesquisa, para o que se revela imprescindível normalizar os registos.

A este respeito, Heredia Herrera (1991a) vai ainda mais longe, quando refere que a normalização oferece um grande leque de oportunidades para os Arquivos mas, para tal, ela deve incidir sobre: a gestão documental (disciplinando a produção), a normalização da administração de Arquivos (serviços, edifícios, entre outros) e a normalização do tratamento dos fundos (organização, descrição, terminologia)¹²⁰.

No que respeita ao tratamento do fundo, julgamos que haverá, pelo menos, dois aspetos fundamentais a considerar para atingir o objetivo:

1º - O rigor a ter nas diversas fases do tratamento da informação e na consequente “elaboração de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas” (Runa, 2007, p. 2). A título de exemplo, salientamos a importância na designação atribuída às unidades de descrição, cujos títulos constituem os pontos de acesso privilegiado na recuperação da informação. Para cada nível hierárquico da descrição deverão ser observadas as recomendações de intitulação patentes nos diversos manuais de referência e nos documentos normativos, nomeadamente nas ODA (Portugal, DGARQ, 2007) e no Manual para a gestão de documentos (Portugal, IAN/TT, 1998, pp. 2-24), entre outros. A este respeito, Mendo Carmona (2004, p. 44) aconselha: “a designação da série deve, de preferência, ser a de origem”. Igual rigor deve presidir à atribuição dos títulos e códigos de referência – pelo menos aos dos fundos – de modo a permitirem reunir “virtualmente” as descrições de fundos de uma mesma instituição, quando dispersos por diversos Arquivos especializados, bastando para isso proceder a uma breve pesquisa na Web¹²¹.

¹²⁰ Heredia Herrera, 1991a, p. 75 e ss.

¹²¹ O portal do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas – FNAA, com pesquisa em linha, disponível através do link: <http://autoridades.arquivos.pt/simpleSearch> – permite averiguar/registar a existência do registo da entidade produtora, bem como a localização de outras frações do mesmo fundo.

Evocando a “epistemologia” de Nonaka e Takeuchi (1997)¹²² – no que respeita às formas de transmissão de conhecimentos – se o arquivista não dispõe do contacto presencial com os utilizadores para transmitir os conhecimentos tácitos, terá de elaborar descrições completas e rigorosas, incluindo todos os conhecimentos explícitos indispensáveis à compreensão autónoma do contexto, estrutura e conteúdo informacional do fundo.

2º - O domínio dos símbolos e dos significados a adotar na descrição, por parte do utilizador, o que é conseguido quando se faz uma descrição harmonizada com as normas internacionais ou nacionais, feitas em conformidade com as primeiras. Este processo de comunicação tem implícito um esforço acrescido na transmissão de informações, de forma normalizada, para que seja eficaz para todos os intervenientes. Corroborando estas afirmações, Núñez Fernandez (2007, pp. 245-246), a respeito da sua complexidade, refere que “todo este processo gradual de normalização dos documentos de arquivo, dos arquivos e dos serviços de arquivo é, até certo ponto, esmagadora para os profissionais dos Arquivos; mas é, certamente, também gratificante/enriquecedor e coloca os serviços de arquivo na modernidade” [tradução nossa].

O esforço exigido na elaboração de uma descrição normalizada ¹²³ é amplamente compensado pelas potenciais oportunidades de comunicação, muito particularmente quando a divulgação é feita via Web, porque “facilitam a acessibilidade e a interoperacionalidade entre os arquivos” (Lanes Padrón, 2009, p. 2) [tradução nossa].

No atual contexto de cibercultura, em que apenas parece existir o que se encontra na “net”, a nossa “existência” está condicionada, em boa medida, à relevância que conseguirmos transmitir aos registos que disponibilizamos via Web. Assim, os fundos serão tão mais relevantes e vivos quanto mais vezes forem citados, investigados e sobre eles for construído conhecimento.

Como é sabido, existe uma rede de arquivos distritais a quem compete, por força de lei, recolher e tratar arquivisticamente a documentação de conservação permanente das instituições públicas, nomeadamente conservatórias, tribunais, notários, entre outros – findos os prazos de conservação nas entidades produtoras – e das instituições privadas que desejem conservar o seu espólio para memória futura. Porém, parte significativa da documentação não é incorporada no

¹²² Na sua obra “*Epistemologia*” (1997), estes especialistas em Gestão do Conhecimento alertam para a existência de dois tipos distintos de conhecimento, o explícito e o tácito, que se transmitem de forma diferenciada: o primeiro suscetível de ser transmitido à distância mas o segundo apenas transmissível através da convivência, nas partilhas de experiências nas vivências quotidianas. Para conhecimentos mais aprofundados, além da obra citada, consultar a sua vastíssima lista bibliográfica subordinada ao tema “The knowledge-creating company”.

¹²³ Heredia Herrera recomenda a necessidade de os arquivistas de hoje adquirirem, ao longo da sua formação, profundos conhecimentos das normas de descrição. Segundo a autora, “num arquivo, há que ser arquivista antes de ser informático, e não o contrário” (1991b, p. 55) [tradução nossa]. Ainda assim, um olhar apressado por alguns planos curriculares de cursos de formação superior de arquivistas permite concluir que nem sempre foi tida em conta esta advertência. Riesco Terrero (2000, p. 80) salienta a falta de unidade e coerência, dos planos curriculares, que se repercute na qualidade dos profissionais.

A respeito de tipos de normas de descrição Cf. Bonal Zazo, 2000a, p. 59.

Arquivo distrital a que pertence por lei, por diversas razões, desconsiderando, aparentemente, o princípio da territorialidade¹²⁴.

Assim, encontramos documentação pertencente a uma mesma instituição dispersa por vários Arquivos, o que pode condicionar a pesquisa, por desconhecimento de preciosas fontes de informação, ou torná-la mais onerosa ao investigador, por obrigá-lo a deambular por várias instituições. Esta é, aliás, uma das principais razões apontadas pelo grupo responsável pela normalização – a “necessidade de normalizar a descrição, para melhor promover a partilha e a recuperação da informação, a nível nacional e internacional, facilitada pelo crescente recurso às Tecnologias da Informação” (Runa, 2007, p. 2). Reforçando esta ideia, Heredia Herrera (1991b, p. 54) apela a que “tratemos de elaborar fichas normalizadas, uma para cada nível, que respondam à realidade e às necessidades arquivísticas que todos procuramos e reflitam esses pontos de aproximação entre os profissionais de qualquer país” [tradução nossa].

A descrição normalizada possibilita a “comunicabilidade da informação entre sistemas distintos” (Silva, 2013, p. 2), através de plataformas Web, permitindo a recuperação de toda a informação existente, apesar de geograficamente dispersa.

Com a descrição normalizada e a sua disponibilização para a pesquisa documental na Web dão-se os primeiros passos – virtualmente – para a concretização do objetivo da Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) ou a Rede Nacional de Arquivos, preconizada por Real (2004), colmatando as dificuldades impostas pela dispersão dos fundos por diversos Arquivos.

Concluindo, citando Fox (2007, p. 24), “[c]omo arquivistas, também precisamos alcançar uma maior normalização em nosso trabalho,” (...) de modo a aumentar a nossa eficácia e eficiência para “melhor servir os nossos clientes”.

3.2. As ODA como instrumentos de descrição normalizada

No que respeita ao contexto português, as ODA (Portugal. DGARQ, 2007) são a materialização da recomendação do CIA para transpor as ISAD(G) (CIA, 2000) para a realidade arquivística de cada país.

Desta feita, elas “asumen los principios elementales de la descripción archivística: el respeto al principio de origen y procedencia, la organización, las reglas multinivel, la descripción de todos los documentos, sea quien sea su creador, y la descripción de los productores” (...) obtendo, através da sua adoção, “representación normalizada de los documentos” (Lanes Padrón, 2009, p. 184)¹²⁵ e dos fundos.

¹²⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: Rousseau e Couture (1998, p. 86).

¹²⁵ Desta feita, elas [ODA] “assumem os princípios básicos/elementares da descrição arquivística: o respeito pelo princípio da origem e proveniência, a organização, as regras multinível, a descrição de todos os documentos, seja quem for o seu criador, e a descrição dos produtores” (...) obtendo, através da sua adoção, “representação normalizada dos documentos” (Lanes Padrón, 2009, p. 184) e dos fundos [tradução nossa].

Plasmando a ISAD(G), a descrição elaborada nesta estrutura possibilita a interpretação das informações descritas, o entendimento do que se descreve e a permuta de registos entre instituições congêneres, nacionais e internacionais.

As ODA (Portugal. DGARQ, 2007) contemplam ainda, além da ISAD(G) (CIA, 2002), a:

“ISDF, norma internacional para a descrição de actividades e funções das pessoas colectivas, susceptível de ser usada em conjugação com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF), e cujo objectivo passa também pelo controlo da criação e utilização de pontos de acesso normalizados e pela criação e caracterização de relações entre as funções/actividades, as autoridades arquivísticas e a documentação” (Runa, 2007, p. 2).

Um tão vasto e articulado corpo normativo orienta a elaboração de descrições, facilitadas, ainda, pela apresentação de diversos exemplos representativos da realidade e dos fundos existentes nos Arquivos portugueses e nos quais se encontram similitudes com os que se estão a descrever.

Daí, Lanes Padrón (2009, p. 154) concluir que “com a aplicação prática desta norma [ODA] obter-se-ão descrições que integrem o conteúdo do documento e o seu contexto de criação [tradução nossa].”

Pelo exposto, compreende-se que uma descrição normalizada não se obtém, apenas, pela inscrição de textos nos campos da norma. Relembramos que o processo é antecedido de um conjunto de procedimentos que têm de ser meticulosamente executados, seguindo princípios e métodos arquivísticos de organização da documentação.

A descrição, *grosso modo*, é a ponta do *iceberg*, quando comparada com o volume de trabalho preparatório envolvido. A norma dá algumas orientações a respeito do que se deve, ou não, colocar nos campos; mas compete ao arquivista elaborar a contextualização da produção documental, proceder à identificação, à classificação, à ordenação e, por fim, à descrição. Qualquer técnico pode “inscrever” os registos, mas a descrição do seu conteúdo e todo o processo que o antecede são da exclusiva competência do arquivista – ou gestor da informação como, rigorosamente, devia ser designado.

Uma descrição normalizada advém do rigor metodológico dos procedimentos adotados nas operações intelectuais e físicas do processo de tratamento, de uma apurada pesquisa das fontes de informação indispensáveis à compreensão da estrutura do arquivo, de modo a contextualizar a documentação, mas também, do cabal entendimento da terminologia¹²⁶. E provém, finalmente, da seleção criteriosa dos termos adotados na descrição, especialmente na escolha do título das diversas unidades de descrição.

Como aludimos acima, o título de cada nível deverá ser tão representativo quanto possível da documentação descrita. No contexto português, de acordo com as ODA (Portugal. DGARQ, 2007), deve, sempre que possível, “optar-se pelo título formal, da responsabilidade do produtor,

¹²⁶ A respeito da descrição normalizada de arquivos, Heredia Herrera (2007, p. 77) enfatiza “os mesmos problemas” – terminologia e normalização – e acrescenta que “a primeira é o umbral da segunda” [tradução nossa].

quando a unidade de descrição apresenta um título coerente, completo e adequado ao conteúdo da unidade de descrição”¹²⁷; porém, quando tal não sucede – sendo necessária a atribuição de um título – deve seguir-se a orientação¹²⁸ que estabelece que: “[q]uando for necessário atribuir um título, este deve ser claro, conciso e incluir a informação essencial” (p. 33).

Como refere Rodrigues (2008, p. 16): “[é] "preciso tornar as práticas arquivísticas cada vez mais criteriosas e objetivas, porém desenvolvidas em rotinas simples, o que pressupõe normalização de parâmetros para a atuação dos arquivistas e sistematização para utilização no ensino e na pesquisa científica acadêmica da área".

Em suma, uma descrição normalizada resulta essencialmente do profissionalismo, honestidade e do rigor metodológico e terminológico com que a descrição é elaborada. O incumprimento de qualquer um destes pressupostos compromete, irremediavelmente, a qualidade, a fiabilidade e a representatividade dos registos produzidos. Ainda que se descrevam os campos da norma¹²⁹, se estes não forem corretamente preenchidos a recuperação da informação não será unívoca – como se deseja – mas, inevitavelmente, repleta de silêncios ou de ruídos.

Pelo exposto, concluímos que o

“arquivista é um investigador por ofício, mas não um investigador de qualquer assunto. É pesquisador das instituições cujos documentos se encontram sob sua custódia e que deve organizar e descrever mediante uma metodologia arquivística que, apresentando bases científicas, lhe permite pisar em terreno firme e seguro” (López Gómez, 1998, p. 39).

Ou ainda, conforme sintetiza Bellotto (1991), citada por Rodrigues (2006, p. 60): “Um fundo de arquivo é um universo arqueológico a identificar, balizar, ordenar, descrever e analisar de modo a possibilitar a preservação de sua organicidade, de sua integridade física e a disseminação de informações extraídas de seus elementos, colocando-as em condição de apreensão e uso plenos”.

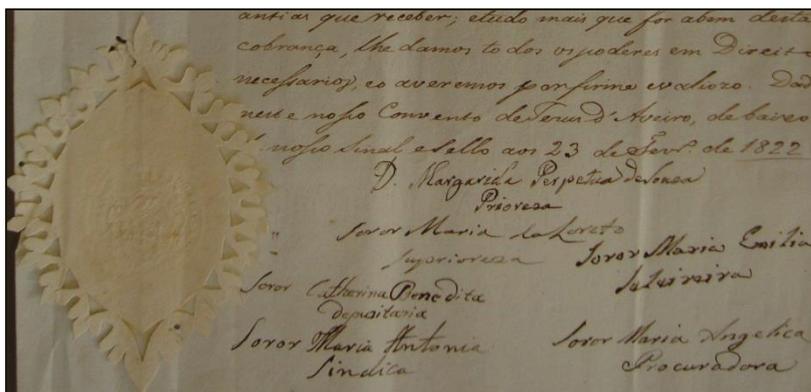


Figura 3: Detalhe de uma procuração – formas de autenticação: selo de chapa e assinaturas autógrafas. Cota: III-1ªD-15-1-29. [foto da nossa autoria].

¹²⁷ Ponto 1.2.A2. (Portugal. DGARQ, 2007, p. 33).

¹²⁸ Ponto 1.2.A4. (Portugal. DGARQ, 2007, p. 33).

¹²⁹ Os campos podem ser: “Obrigatório (O), Obrigatório se aplicável (OA), Opcional (OP)” (Portugal, DGLAB, 2007, p. 21), dependendo, essencialmente, do nível de detalhe da descrição e do nível a que se está a descrever.

4. A organização do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro incorporado no AUC

Depois de uma breve abordagem teórica à Arquivística e à metodologia de organização e descrição de um fundo, destacando os aspetos que julgamos imprescindíveis ter em consideração, guiados pela “mão” dos autores mais conceituados, focamos, agora, a nossa atenção em documentos cuja proveniência está associada ao MJA e que foram incorporados no AUC, integrados no Arquivo dos Próprios Nacionais do Distrito de Aveiro.

Iniciaremos este capítulo por uma breve apresentação da entidade detentora, a que se seguirá a caracterização do fundo, logo seguida da contextualização da produção documental e da descrição de todo o processo de organização da informação, que culminará com a apresentação de uma proposta de quadro de classificação do fundo¹³⁰.

Nesta investigação, tentaremos averiguar a aplicabilidade dos conceitos, princípios e métodos, amplamente citados na bibliografia e nos capítulos anteriores, tentando encontrar resposta para as questões que nos forem surgindo neste percurso.

4.1. A entidade detentora: o Arquivo da Universidade de Coimbra

O AUC é, na atualidade, a entidade detentora de uma parte¹³¹ do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro.

Trata-se de um Arquivo com uma dupla valência: por um lado, Arquivo da Universidade de Coimbra, onde está reunida parte da documentação – a de conservação permanente – que foi produzida, recebida e acumulada pela Universidade, seus departamentos e instituições que lhe foram anexas, desde a sua fundação; por outro lado, Arquivo Distrital, instituído pelo Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, com a função de receber documentação de conservação permanente de diversas instituições localizadas no distrito que, por força de lei, estão obrigadas a incorporar aqui os seus documentos, de acordo com as respetivas tabelas de avaliação e seleção. Recebe, ainda, coleções e fundos vindos de outras entidades, a título de doação ou custódia, de documentos de comprovado interesse ou a pedido de produtores ou colecionadores. Estamos, pois, na presença de um “Arquivo especializado”¹³².

¹³⁰ Segundo Núñez Fernandez (1999a, p. 112), a elaboração do quadro de classificação com a aplicação dos princípios de classificação e ordenação será suficiente para alcançar um nível descritivo adequado, (...) para enquadrar os documentos no conjunto orgânico a que pertencem e no qual adquirem todo o seu valor informativo” [tradução nossa].

¹³¹ Cf. nota 18.

¹³² De acordo com a classificação apresentada por diversos autores (Pinto, n.d., p.12; Ribeiro, 1998, p. 50; Silva, Ribeiro, Ramos, & Real, 2002, p.12), entre outros. Porém, não encontramos qualquer designação equivalente nas normas de referência ISAD(G) (CIA, 2002) e NP 4041 (IPQ, 2005) nem, tão pouco, nas ODA (Portugal. DGAARQ, 2007).

Conforme Bellotto (2004a, p. 24) “[e]stes arquivos [que designa de “3ª idade ou permanentes”]¹³³, que interessam muito mais aos pesquisadores do que aos administradores, devem estar localizados junto às Universidades ou centros culturais”. Assim sucede: o AUC está localizado no “centro” do polo I da Universidade, partilhando o quarteirão com a Biblioteca Geral, nas imediações da Porta Férrea e das Faculdades coevas da fundação da Universidade.

O AUC ocupa, na atualidade, um edifício construído de raiz para este efeito, com grande parte das características recomendadas por Michel Duchein, na sua obra “*Les bâtiments et équipements d'archives*”, originalmente publicada em 1966¹³⁴. Foi o primeiro edifício da cidade universitária a ser inaugurado, a 16 de outubro de 1948, apesar de já anteriormente se encontrar em funcionamento. É constituído por duas partes distintas, com características bem diferenciadas, tendo em conta a sua utilização: uma parte constituída pelas áreas administrativas, circuito de utilizadores (salas de Catálogo, Leitura e Conferências) e gabinetes de investigação e a outra parte incluindo o circuito de documentos, os depósitos (com 10 quilómetros de estantes fixas para acondicionar documentos), os gabinetes de digitalização, expurgo e tratamento técnico da documentação.

À luz da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH – a entidade detentora¹³⁵ pode ser descrita da seguinte forma:

- **Identificador:** PT- AUC
- **Forma autorizada do nome:** Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra
- **Endereços:** Rua de São Pedro, 2
3000-370 Coimbra
Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

4.2. O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro

Já para finais da década de 30 do século passado, foi incorporada no AUC a documentação que constituía os Arquivos dos Próprios Nacionais – relativa aos distritos de Coimbra e Aveiro, por este último distrito não ter, à data, um Arquivo Distrital – com documentação proveniente de instituições extintas em consequência das sucessivas leis da extinção das Ordens Religiosas, em

¹³³ Para que daqui não sobrevenham quaisquer dúvidas a respeito das idades dos arquivos, Cortez Alonso (1997, p. 7) associa as três idades (1ª, 2ª e 3ª) aos [a]rquivos “correntes (administrativos), intermédios e permanentes (históricos)” e afirma, ainda, que estas “são uma convenção nascida das necessidades surgidas ao longo dos tempos, por uma maior produção de documentos e uma maior acessibilidade aos mesmos” [tradução nossa], não traduzindo, a nosso ver, esta aparente separação qualquer cisão no arquivo enquanto sistema integral de informação.

¹³⁴ Reconhecendo a dedicação e o pioneirismo dos estudos de Duchein a respeito desta temática, Antunes, em 2010, salienta o facto de os “avanços tecnológicos e as preocupações ecológicas [terem] vindo a desenvolver soluções diferentes e inovadoras” (p. 103) que respondem às atuais necessidades da edificação de Arquivos. Para estudos mais detalhados, Cf. Ibañez Montoya, 2008.

¹³⁵ Esta descrição cinge-se aos campos obrigatórios da referida norma.

particular do decreto de 1834, de 30 de maio, e da lei de 4 de abril de 1861, que determinou a desamortização dos bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de todas as ordens religiosas e a sua integração na Fazenda Nacional.

Em maio de 1937¹³⁶ foi feita a “inventariação sumária das espécies lá [na Direção de Finanças de Aveiro] existentes”¹³⁷ e foi dada a ordem para iniciar o processo de incorporação da documentação que constituía os Arquivos dos Próprios Nacionais relativo ao distrito de Aveiro, “no âmbito de uma tentativa de reforma regional que previa Coimbra como centro da Região da Beira” (Queirós, 1999, pp. 163-164). Este processo haveria de alongar-se pelos anos seguintes, em tantas vagas quantos os despachos favoráveis (e desfavoráveis) à sua incorporação. A 7 de abril de 1941, por mais um despacho ministerial, era autorizado “que as coleções monásticas depositadas na Direção de Finanças de Aveiro”¹³⁸, fossem entregues à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, à data sob a orientação do Inspetor Júlio Dantas, a fim de serem incorporadas no AUC, “em harmonia com o Despacho de Sua Excelência o sub-secretário de estado da Educação Nacional e em execução do disposto no Decreto 19.952 de 27 de Junho de 1931”. Foi neste processo, repleto de soluços e atropelos, que “os papéis” – como refere o ofício – foram sendo sucessivamente entregues ao AUC, o que, em sede de descrição, certamente dará uma conturbada *história custodial e arquivística*.

Eis-nos perante 103 unidades de instalação (caixas, livros, maços e pastas), de documentos em pergaminho¹³⁹ e papel. É este o momento em que iremos averiguar de que modo os princípios

¹³⁶ Por despachos do Ministro das Finanças, de 1 de janeiro e de 17 de março de 1937, foi ordenada a incorporação no AUC da documentação existente na Repartição da Fazenda de Aveiro. A 6 de maio do mesmo ano, o AUC comunicou ao Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos: o “arquivo realizará na próxima semana a incorporação das espécies”. Contudo, tal não veio a acontecer de imediato, por despacho em contrário do Ministro da Educação, estendendo-se o processo até à década seguinte. PT, AUC, Universidade de Coimbra (F), Duplicados da correspondência expedida (SR), 1936 - 1941 (UI). Cota: VI-2ªE-10-2-17.

¹³⁷ PT, AUC – Universidade de Coimbra (F), Duplicados da correspondência expedida para entidades diversas (SR), 1936-1941 (UI). Of. Ref. Liv. 4, nº 8, de 22 de abril de 1941. Cota: IV-2ªE-10-2-17.

¹³⁸ PT, AUC, Arquivo da Universidade de Coimbra (F), Copiadores de correspondência recebida (SR), 22 de fevereiro de 1941 – 23 de junho de 1944 (UI), fl. 17. Cota: AUC-IV-2ªE-10-3-2.

¹³⁹ “[E]ntraram no Arquivo da Universidade os fundos distritais de Aveiro, com os quais vieram os cento e sessenta e seis pergaminhos abrangendo as datas 1348 a 1654, do Convento onde professou e morreu a Princesa St.ª Joana.” (Queirós, 1999, p. 164).

Em tempos idos, os pergaminhos então existentes no AUC, provenientes das diversas entidades produtoras aí custodiadas (incorporação, compra ou doação), foram reunidos constituindo uma coleção factícia, designada “Coleção dos Pergaminhos do AUC”, cujo critério agregador foi o suporte.

Por essa altura, alguns desses pergaminhos foram catalogados e acondicionados em local próprio (móveis com gavetas, de modo a que os pergaminhos ficassem planificados) e publicados alguns catálogos. Na atualidade, os pergaminhos estão a “regressar às origens” e a ser descritos conjuntamente com a restante documentação do fundo a que por direito pertencem e da qual nunca deveriam ter sido apartados (ao nível intelectual), pelo risco de perda de contexto e, até mesmo, de identidade, enquanto documentos de arquivo.

Os pergaminhos cuja proveniência está associada ao MJA foram acondicionados e sumariados em 1956, por Lígia Cruz, tratando-se, na sua grande parte, da cópia do sumário (s. d. – c. séc. XVIII) já inscrito no verso do pergaminho, fruto da leitura paleográfica feita antes da sua entrada neste Arquivo. Ousamos, mesmo, sugerir que os referidos sumários possam ter sido redigidos pelo especialista em leitura paleográfica Pe. Manuel Rosado Varela, por similitude da morfologia da grafia com um “pedido de contribuição” que dirigiu à

fundamentais da Arquivística e os pressupostos teóricos e metodológicos anteriormente apresentados se podem aplicar na organização deste fundo documental e na elaboração do respetivo quadro de classificação.

4.2.1. A contextualização da produção documental

No capítulo anterior já abordámos a importância da contextualização da produção documental para o entendimento, a descrição e a comunicação dos fundos. Porém, agora, perante os documentos, ocorre a questão: como se processa essa contextualização?

Para identificar o contexto de produção, o ideal seria conhecermos pessoalmente o produtor para podermos elaborar entrevistas com os colaboradores, a fim de melhor entendermos a orgânica, as funções, as atividades, os fluxos informacionais, a tramitação dos processos, as séries produzidas, a recuperação da informação, entre outros.

Porém, quando este caminho não é viável, como é o caso, temos de obter as respostas necessárias por outra via. Começamos por formular e responder a algumas questões.

A primeira é se o produtor ainda está em atividade, sendo, neste caso, a resposta óbvia que não. E a nossa situação agrava-se com o facto de a entidade produtora ter sido extinta há já mais de um século (1874)¹⁴⁰, inviabilizando, inclusivamente, o contacto com algum antigo colaborador da instituição que nos pudesse facultar algumas informações úteis.

A segunda é se existe algum suporte legal (Lei, diploma, regulamento,...) no qual tenha sido publicada a sua estrutura orgânica, missão e funções que desempenhava, de modo a permitir-nos identificar as relações existentes entre o produtor e a sua documentação.

O MJA é uma pessoa coletiva, privada, tutelada pela Ordem dos Pregadores¹⁴¹, tendo esta uma estrutura orgânica¹⁴² – genérica para toda a Ordem – definida nos documentos regulamentares,

Universidade, no início da década de 90 do séc. XVIII, por serviços de igual natureza, e que foi publicado por Queirós (1996, p. 166) com o subtítulo curioso “*Uma questão (talvez) menor*”.

Em data indeterminada – presumivelmente durante o exercício da sua atividade de 1º conservador do AUC (à data, Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra), cargo que exerceu de 1932 a 1953 – António Madahil também sumariou alguns dos pergaminhos do MJA, acrescentando informações ao sumário já inscrito no verso, bem como a sua descrição física; contudo, não encontramos nenhum instrumento de descrição além das fichas manuscritas conservadas junto ao pergaminho original, daqui resultando a dúvida se se tratava de um projeto de descrição mais alargado que, por alguma razão, não teve continuidade ou se servia outros fins. Estes sumários foram, porém, de grande utilidade a alguns estudiosos que os transcreveram (alguns textualmente) nas suas publicações.

¹⁴⁰ Em cumprimento do disposto no Decreto de 30 de maio de 1834, o MJA foi considerado extinto à data da morte da última religiosa professa, o que ocorreu a 2 de março de 1874. Não existindo no fundo do AUC documento que o comprove, recolhemos a informação no Fundo do Ministério das Finanças (F), processo de extinção do MJA (DC), existente na Torre do Tombo, com o código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00001, cuja descrição em linha se encontra disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4224346>.

¹⁴¹ De futuro designada por OP, foi fundada em 1215, por S. Domingos de Gusmão. Posteriormente, a Ordem foi “aprovada em 1215, por Inocêncio III, e confirmada a 22 de Dezembro de 1216, por Honório III”, tendo o nome sido aprovado no ano seguinte, com a designação canónica: “*Fratrum Praedicatorum*” (Sousa, 2005, p. 369).

nomeadamente no que respeita “às instâncias administrativas e legislativas, quanto ao organograma dos seus ofícios executivos” (Gomes, 1989, p. 249), adaptados, naturalmente, à real dimensão do cenóbio.

A terceira é se é conhecida a existência de estatuto para esta Ordem.

Seguindo de perto Sousa (2005, pp. 369-372), a OP adotou uma regra – a Regra de Santo Agostinho – a que estavam submetidos todos os membros. Posteriormente, a Ordem criou para si alguns textos regulamentares e normativos, nomeadamente: Lei de observância – *Consuetudines* (1216), Capítulo geral – *Institutionis* (1220), Legislação provincial (1224), mais tarde reunidos no *Liber consuetudinum* (Madahil (1951, p. 67), incluindo as regras da observância e leis constitucionais.

As regras eram genéricas e aplicavam-se aos três ramos (frades, monjas e leigos). As Constituições que regiam o MJA, de acordo com Madahil (1951, p. 70), terão sido redigidas tendo por exemplo o *Liber Consuetudinum* e, em nada se referindo, em concreto, ao Mosteiro de Aveiro. O mesmo autor refere, ainda, o facto de nunca ter encontrado *Constituições* destinadas a Dominicanas Portuguesas.

Perante a total e completa falta de organização do fundo, a inexistência de um instrumento de descrição¹⁴³ documental que permita o entendimento do contexto da produção e as relações que existem entre os documentos e o seu produtor e a escassez de respostas às questões supracitadas, a investigação para o conhecimento da entidade produtora e do contexto da produção dos documentos¹⁴⁴ terá de recorrer a outras fontes de informação fidedignas.

Bonal Zazo (2000b), na sua obra “Manual de Descripción multinível”, no apêndice 2, sistematiza num quadro completo as fontes a utilizar para cada elemento de descrição da norma ISAD(G), separando-as em duas tabelas, uma para os níveis intelectuais e outra para os níveis físicos. Para o campo da história administrativa – no qual se descreve o organismo produtor – as fontes

¹⁴² Gomes, em 1989, apresentou-nos o “Organograma administrativo da Ordem Dominicana” (p. 252) e o “Organograma dum convento dominicano” (p. 275), nos quais são bem patentes a estrutura altamente hierarquizada e a diversidade de órgãos (oficiais) – internos e externos – de que eram compostos, bem como a sua dependência hierárquica ao mestre-geral (dirigente mundial da ordem, eleito de 3 em 3 anos). Salienta, ainda, o sentido da emanação do poder, exercido nos dois sentidos: de cima para baixo, no essencial, mas também, de baixo para cima pelas possibilidade de as religiosas (as dignas de participar) apresentarem ao Capítulo Conventual uma “*ius propendi*” (Gomes, 1989, p. 250 e 252) que podia ser levada aos Capítulos Provinciais ou Gerais, podendo sustentar a tomada de decisões, como preconizam as *Constituições*. Esta prática é confirmada por Madahil (1950, p. 23) quando refere que as monjas “reuniam em capítulo e oravam em comum segundo a ordem do Padre São Domingos que professavam”, por similitude com o que era observado em outros mosteiros da mesma observância.

¹⁴³ Instrumento de descrição - “qualquer ferramenta que descreve e/ou referencia os documentos de arquivo” (Portugal. DGARQ, p. 107). Dependendo do nível de descrição, estes instrumentos podem designar-se por: guias (F), inventários (SR), catálogo (Dc e Ds), entre outros. Para Bonal Zazo (2000b), a tabela de classificação é considerada o primeiro instrumento de descrição do fundo. Na presente dissertação optamos pela designação “Instrumento de descrição”, em detrimento de outros utilizados na bibliografia, por ser o termo utilizado nas ODA (Portugal. DGARQ).

¹⁴⁴ Como refere Heredia Herrera, o conhecimento deste contexto deve ser “o mais amplo e o mais profundo possível para conhecer os órgãos em que a entidade produtora está dividida, as funções que desenvolve, as atividades e competências...” (1991a, p. 447) [tradução nossa].

recomendadas são “o material arquivístico, junto com [o documento de constituição] e organização do organismo produtor, mais a bibliografia” (Bonal Zazo, 2000b, p. 176 e ss) [tradução nossa].

Contudo, ou não dispomos de algumas das fontes mais preciosas sugeridas pelo autor, ou elas são inconclusivas no que respeita à estrutura/funções da entidade produtora, já que são genéricas à OP¹⁴⁵.

A “normativa de creación”, a bula da fundação, nada tem que denuncie a organização do Mosteiro, além de que deve ser criado à semelhança do convento do Salvador de Lisboa¹⁴⁶.

No fundo em estudo não encontramos qualquer documento regulamentar da própria instituição nem da tramitação de processos. No que respeita à estrutura interna do produtor, há alguns documentos que citam “a priorosa e mais religiosas do governo do mosteiro”¹⁴⁷ que seriam responsáveis pela integral administração do cenóbio. O “governo”, além da priorosa, era constituído por algumas oficiais¹⁴⁸. Sem organograma específico nem um instrumento de descrição capaz de refletir o contexto de produção, restam-nos a bibliografia e o “material arquivístico”.

De uma breve análise da lista que acompanhou a documentação, ressaltam, desde logo, várias evidências:

1ª - A escassez da documentação¹⁴⁹. Um mosteiro com mais de quatro séculos de existência e com a notoriedade e a proeminência que este alcançou teria de, necessariamente, ter produzido e recolhido muito mais documentação. Já cientes da fragmentação do fundo, ficamos agora a saber que nos coube uma ínfima parte do que terá, de facto, existido¹⁵⁰.

2ª - A predominância de documentos produzidos por escrivães, tabeliães e juizes, associados à administração patrimonial e financeira e defesa ou preservação de direitos e privilégios. À semelhança do que Gomes (2002, p. 488) registou a respeito de Santa Cruz de Coimbra, também aqui “[a] esmagadora maioria dos actos redigidos importa a questões de natureza patrimonial, incidindo sobre as garantias de aquisição de bens e propriedades (doações, compras, escambos), logo seguidos pelas cartas de foro (singulares ou colectivos)”. Fica, assim, evidente a quase total inexistência de séries documentais associadas a funções-fim e que, como já referimos, são as mais úteis na determinação da missão e funções associadas ao seu cumprimento.

¹⁴⁵ Quer o organograma apresentado por Gomes (1989, p. 275), quer as *Constituições* que chegaram até nós por Madahil (1950), só pela via da formulação de hipóteses nos permitem vaticinar a criação de séries documentais produzidas no cumprimento das funções aí desempenhadas, já que não é feita qualquer alusão expressa à forma de materializar a realização dos ofícios, situação que é a mais comum para a época.

¹⁴⁶ Para informações adicionais (Cf. Sousa, 2005, p. 394).

¹⁴⁷ Ex: Escritura de arrendamento, celebrada em 1815 – PT, AUC, MJA (F), Aforamentos, arrendamentos e emprazamentos (1338-1865) (SR). Cota atual: III-1ª-D-15-1-27 (Cx. 9). As transcrições serão feitas de acordo com as *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos* (Costa, 1993, p. 51 e ss).

¹⁴⁸ As atividades de alguns ofícios estão descritos nas *Constituições*, outros depreendem-se pela designação.

¹⁴⁹ Madahil (1937), num dos estudos que fez sobre o Mosteiro, refere: o “antigo Cartório do Mosteiro é hoje impossível de reconstituir; mais de três quartas partes do seu recheio se extraviaram e se devem, infelizmente, considerar perdidas” (p. 211).

¹⁵⁰ Cf. nota 18.

3ª - A fragmentação das próprias séries. Müller, Feith e Fruin (1973, p. 30) referem as dificuldades que advêm da “fragmentação do arquivo e respectivas séries”, impedindo uma visão geral da estrutura e da duração do exercício das atividades. Esta é, pois, mais uma das dificuldades com que nos teremos de defrontar neste caso.

É dos manuais a informação de que os fundos constituem a evidência inequívoca da existência do seu produtor, dos órgãos criados para dar cumprimento à sua missão, das relações que se estabelecem no desenvolvimento das suas funções através dos testemunhos autênticos do exercício das atividades. Concluímos, assim, que os fundos são “meios de realização de atividades e não fins em si mesmos e, portanto, [são]... inerentemente capazes de revelar a verdade sobre essas atividades” (MacNeil, 1994, p. 9) [tradução nossa], o que nem sempre é fácil quando se encontram divididos e dispersos.

Num texto sobejamente conhecido, Duchein (1985)¹⁵¹ definiu os critérios, por ele considerados fundamentais, para que um organismo possa produzir o seu fundo; são eles:

1º - Ter uma identidade e existência jurídica ou legal, quer se trate de organismo público ou privado, definido por ato legal, lei, alvará régio, bula apostólica...;

2º - Ter atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto legal ou regulamento;

3º - Ter uma posição hierárquica, definida pelo ato que a originou, em particular se estiver subordinada a outro organismo de quem tenha algum grau de dependência;

4º - Possuir uma chefia com autonomia de decisão ao seu nível hierárquico, permitindo-lhe despachar assuntos da sua competência;

5º - Ser conhecida a sua organização interna, refletida num organigrama, sempre que possível.

Passemos a verificar se o MJA reúne os critérios necessários para ser produtor de um fundo, averiguando ponto por ponto:

1º - Pela bula "*Pia Deo et Ecclesiae desiderare*"¹⁵², do Papa Pio II, datada de 16 de maio de 1461, era autorizada a fundação de um instituto, “conforme o convento do Salvador de Lisboa”, i.e. feminino, da Ordem dos Pregadores, onde se prescrevia a “clausura e a sujeição aos dominicanos,

¹⁵¹ Citado por Cruz Mundet (1994, p. 234 e ss.); Penteado (2000, p. 173 e ss.); Herrero Montero e Díaz Rodríguez (2011, p. 141).

¹⁵² No fundo do MJA custodiado pelo AUC existe uma cópia fiel deste documento, s. d. [c. séc. XVIII/XIX], tombada num caderno intitulado: “Títulos soltos que se conservam no cartório”, com a cota atual: III-1ª-D-15-1-27 (Cx. 9) – PT, AUC, MJA (F), Apontamentos de mercês régias e índices de títulos do cartório (1461-1819) (SR).

O original, cuja autenticidade está bem patente pela presença do selo de chumbo, “é propriedade do Dr. Rocha Madahil, desde 1967” (Santos, 1967, [p. 6-8]). O referido documento tem, ainda bem visível, a cota arquivística a vermelho “N.º 236”, à semelhança da grande maioria dos restantes documentos deste fundo. Segundo a mesma fonte, o sumário inscrito no verso, indica: “N.º 1 – Bula para se fazer este mosteiro passada no ano de 1461”, referindo, a seguir, a súplica feita pelas duas senhoras associadas à sua fundação.

Aliás, é precisamente este sumário que sustenta a nossa convicção de que estes terão sido feitos fora do AUC, já que o documento nunca aqui deu entrada e o sumário tem a grafia semelhante a outros do mesmo fundo, que associamos ao Pe. Manuel Rosado Varela.

No decurso da presente investigação fomos informados, pelo Doutor António Rebocho (Técnico Superior do MA), que o documento já se encontra na posse do Museu de Aveiro.

conforme os Estatutos da Ordem e o modo de vida do Convento de São Sisto de Roma”, dentro do movimento da observância. Porém, o nome do cenóbio não constava da referida bula, tendo sido já adotado ou escolhido posteriormente¹⁵³.

2º - A própria bula definia a observância do disposto na constituição da Ordem dos Pregadores, aprovada em 1216, tendo por missão a oração e a contemplação da verdade revelada por Jesus Cristo e pela Igreja¹⁵⁴ e a pobreza, como exemplo.

3º - O Mosteiro pertencia à Ordem dos Pregadores (Dominicanos), dentro do movimento da observância. O ramo das monjas – Ordem Segunda (feminina, com início ‘de jure’ em 1267) – vive em mosteiros, em clausura, e depende diretamente do mestre-geral, eleito de três em três anos (Sousa, 2005, p. 170).

4º - Logo que iniciou a clausura, o Mosteiro começou por ser regido por D. Brites Leitão, com as funções de “Regedor Principal”, designada pelo prior da comunidade dos frades do vizinho Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia¹⁵⁵, de Aveiro, devido ao número ainda reduzido de professoras. Seguidamente, passou a “vigária” e, dois anos depois, foi eleita por unanimidade como a primeira priora do Mosteiro, tendo o poder de decidir, ao seu nível hierárquico, em conjunto com os restantes membros do “governo” do mosteiro¹⁵⁶ e dentro das regras democráticas da ordem. As decisões eram votadas em capítulo, tendo todos os votos o mesmo valor. As prioras começaram por ter cargos vitalícios, passando, no século XVI¹⁵⁷, a mandatos trienais ou quadrienais¹⁵⁸.

5º - Perante a inexistência de um documento que identifique mais satisfatoriamente a estrutura orgânica, as funções e as subfunções, além das que são patentes nas *Constituições*, torna-se bastante difícil definir a estrutura interna, em termos organizativos. Sabemos, ainda, por fontes documentais, que a priora era assistida por uma, ou mais, subpriora(s), uma “seleireira”, uma procuradora, uma escritã e uma síndica que, no seu conjunto, correspondiam ao “governo¹⁵⁹” do claustro. O procurador, que representava o “governo” do Mosteiro no exterior, devido ao regime de clausura em que viviam, era, por regra, assumido por um frade do convento da mesma Ordem.

¹⁵³ Há diversas teorias relativas à origem do nome do mosteiro, sendo algumas apresentadas mais adiante.

¹⁵⁴ As religiosas dominicanas partilhavam com os frades da mesma Ordem o “hábito, constituições, liturgia e carácter apostólico” (Sousa, 2005, p. 370).

¹⁵⁵ Ou convento de São Domingos, como é comumente designado. Para estudos mais aprofundados (Cf. Sousa, 2005, p. 386).

¹⁵⁶ Uma das provas documentais que atestam este “poder interno de decidir” é bem patente em escrituras que implicam a alienação de património, de que, a título de exemplo, citamos: a carta de venda, datada de 1515, pela qual D. Maria de Ataíde, priora do Convento de Jesus de Aveiro, e mais religiosas, vendem a Mestre Luís, seu físico, um pedaço de chão que estava detrás do muro do Convento. Cota atual: V-3ª D – M6-G5-27.

¹⁵⁷ D. Isabel de Castro (†1534) foi a última priora com cargo vitalício.

¹⁵⁸ Houve monjas que foram eleitas para mais do que um priorado, seguidos ou intercalados com outras prioras.

¹⁵⁹ Designação que surge em diversos documentos de algumas séries, nomeadamente nos “Alvarás, autorizações, mercês e provisões régios” e “Procurações”, entre outras.

Internamente, os registos eram assegurados pelas religiosas, cuja literacia estaria bem acima da média para as senhoras da época, mesmo entre regulares¹⁶⁰.

Pelo exposto, e guiando-nos pelas indicações de Duchein (1985), consideramos o Mosteiro de Jesus “digno” de constituir o seu próprio fundo. A ausência de organograma com as funções claramente definidas, bem como a ausência do nome do Mosteiro na bula da fundação – mas amplamente consagrado pelo uso na documentação, como também prevê a norma ISAD(G) – não nos parecem razão suficiente para não o considerarmos como tal, já que estas ausências se prendem com as características da instituição e a época em que esteve em atividade ou, mesmo, com a ausência de fontes de informação.

Se estamos, então, na presença de um fundo – e continuando a seguir as fontes sugeridas por Bonal Zazo (2000b), já citadas – olhemos com particular atenção para a bibliografia – felizmente abundante, muito graças à presença de uma princesa no Mosteiro – e para a documentação, tentando recolher informações que permitam gizar a sua história administrativa, para melhor entendermos o contexto da produção documental, pois, como refere Nougaret (2003, p. 337):

a “description contextuelle met en valeur le producteur du fonds, c’est-à-dire l’organisme ou la personne qui a constitué le fonds d’archives; ses missions ou attributions, qui expliquent la genèse de ses archives; le mode de classement ou de conservation adopté par le producteur...”¹⁶¹.

4.2.2. A história administrativa do Mosteiro de Jesus de Aveiro

4.2.2.1. A fundação

O primeiro ato fundador do que viria a ser o Mosteiro de Jesus de Aveiro remonta a 24 de novembro de 1458, “horas de véspera (...), sexta feyra” (Madahil, 1939, p. 12), quando uma senhora nobre, D. Beatriz (ou Brites) Leitão (ou Leitoa), senhora de Ouca, e suas duas filhas se recolheram numas casas próximas do já existente convento dominicano masculino de Nossa Senhora da Misericórdia, passando a viver “em oração e penitência” (Neves, 1958, p. 8) e em “muy aspera e santa vida” (Madahil, 1939, p. 15).

Estes “desejos de isolamento do mundo” (Neves, 1958, p. 8), relativamente frequentes na época, vinham sendo metodicamente preparados desde 1453, quando, ainda muito nova (25 anos), D. Beatriz ficara viúva de de “hu(m) nobre fidalgo e muy assignado cavaleyro criado do dicto Senhor Iffante dõ Pedro ho qual fidalgo avia nome Diogo Datayde” (Madahil, 1939, p. 2).

¹⁶⁰ Tal como Moralejo (2013) advoga na sua tese de doutoramento, esta realidade resultaria de dois fatores preponderantes: por um lado, o facto de a grande maioria das religiosas serem oriundas dos “círculos nobiliárquicos e a esmagadora maioria (...) dos estratos mais elevados da nobreza da época (p. 22); por outro, a sua elevada formação intelectual decorrer “das suas obrigações litúrgicas, devocionais e, em termos mais latos, espirituais, meditativas e contemplativas” (p. 147).

¹⁶¹ A “descrição contextual destaca o produtor dos fundos, ou seja, a organização ou a pessoa que constituiu os fundos dos arquivos; as suas missões ou atribuições que explicam a génese dos seus arquivos; o modo de classificação ou conservação adotada pelo produtor” [tradução nossa].

Importa contextualizar politicamente estes acontecimentos. Em 20 de maio de 1449, tivera lugar a jornada de Alfarrobeira, culminar da guerra civil, na qual foi morto o infante e ex-regente D. Pedro. A rainha D. Isabel, esposa de D. Afonso V e filha do infante falecido, em cuja corte a órfã D. Brites fora educada, confirmou D. Diogo de Ataíde nos seus cargos na corte; porém o ambiente não deveria ser muito salutar nem favorável ao antigo protegido de D. Pedro, pelo que o fidalgo e sua esposa, “desejando (...) ambos estes senhores estare(m) fora de frascas de corte” (Madahil, 1939, p. 6), acharam por bem “livrarem-se de questões e intrigas da corte do jovem rei D. Afonso V” e “foram residir com suas filhas na sua quintã de Ouca, próximo de Aveiro” (Neves, 1958, p. 6); e depois, fugindo da peste, para Leiria, onde D. Diogo acabaria vitimado por aquela doença, tal como o seu filho mais novo, deixando duas filhas de cinco e seis anos de idade¹⁶².

Estes infortúnios terão contribuído para decidir a jovem viúva a seguir a vida religiosa, projeto que não abandonou mesmo quando, em nova estada na corte, os reis lhe propuseram “segundo casamento com um nobre e rico fidalgo da sua corte, visto que ela era ainda muito nova e formosa” (Neves, 1958, p. 6) – não teria mais de 27 anos. Logo após o falecimento da rainha D. Isabel, sua protetora, em 1455,¹⁶³ regressou a Ouca e, por influência do prior do convento¹⁶⁴ dos dominicanos de Aveiro, frei João de Guimarães, comprou um terreno contíguo a este cenóbio onde mandou erguer umas habitações modestas¹⁶⁵ a que se veio a recolher com suas filhas, no referido dia de finais de 1458, com a idade de 30 anos. Acompanharam-nas, apenas, “uma virtuosa mulher de idade” (Santos, 1963, p. 8) e juntaram-se-lhes depois Grácia Álvares, órfã de um escudeiro, e a menina Isabel Luís, órfã e filha de um frade do vizinho convento da Misericórdia.

A partir de 1460¹⁶⁶, tiveram a companhia de D. Mécia (Mícia, Mizia ou Masia¹⁶⁷) Pereira, da família dos condes da Feira, viúva de Martim Mendes de Berredo, abastado¹⁶⁸ e “grande cavaleiro e

¹⁶² Um outro filho varão morrerá aos oito meses de idade.

¹⁶³ D. Isabel, dita D. Isabel de Coimbra, morreu com apenas 23 anos. Deixou órfãos D. Joana, com três anos e dez meses, e D. João, futuro rei D. João II, com nove meses.

¹⁶⁴ Neste capítulo da presente dissertação, utilizaremos as palavras “convento” e “mosteiro” como sinónimas. Bem sabemos que há singularidades que distinguem um conceito do outro – concernentes ao género dos respetivos habitantes, à ordem que professam e a respetiva regra, à localização das dependências em relação aos núcleos urbanos e outras. Porém, centenas de anos de utilização, quiçá indevida, destes vocábulos resultaram, na atualidade, pelo seu uso quase indiferenciado – e assim sucede nas fontes bibliográficas que consultámos – pelo que adotaremos a mesma regra. O mesmo sucede na documentação do fundo onde, com a mesma frequência, tanto aparece designado por mosteiro como por convento. Porém, este uso seria fruto ou da expressão consagrada pelo uso quotidiano ou por falta de esmero na execução dos documentos. Veja-se o rigor empregue numa certidão fiel de uma doação, de 1479, onde encontramos a seguinte inscrição “a virtuosa e devota religiosa Beatriz Leitoa, prioressa do dito convento, digo, do dito mosteiro e (...). In: PT, AUC, MJA (F), Tombos e documentos de preparação (1641-1790) (SR). Cota: AUC-III-1^aD-14-5-12. p. 1v.º.

¹⁶⁵ “nom grandes e notaveys e[m] altura e grandeza [e] pequena quantidade” (Madahil, 1939, p. 12).

¹⁶⁶ A existência de uma “carta de venda”, datada de 18 de outubro 1459, PT, AUC, MJA (F), Escrituras de compra e venda (1400-1856) (SR). PT, AUC, MJA (F), Escrituras de compra e venda (1400-1856) (SR). Cota: V-3^a D – M6-G1-17, através da qual “Rodrigo Anes, cónego da Sé do Porto, vende a D. Mécia Pereira por 15.000 reis brancos de 35 libras o real, a casa da Rua Direita de Aveiro, as vinhas, a cavalaria, o pátio e o campo”, indicia claramente que a entrada no cenóbio e o seu envolvimento pessoal no projeto da edificação e dotação patrimonial do mosteiro já estariam a ser planeados e executados através da compra de bens para esse fim,

nobre fidalgo da casa do rei D. Afonso V” (Neves, 1958, p. 9). Desejando “renunciar ao mundo e à família (e) servir apenas a Deus” (Neves, 1958, p. 10), e malgrado a oposição tenaz que lhe moveram os seus poderosos pai – Fernão Pereira, conselheiro de D. Afonso V – e irmão, bem como o próprio rei, resolveu, acompanhada de duas criadas, acolher-se à casa de D. Brites, que fora sua conselheira e alento após a viuvez e com quem estabelecera contacto através do citado frei João de Guimarães.

Moiteiro (2013, p. 10) assevera que, nesta 1ª fase, “elas próprias se encontrarem dominadas por alguma hesitação, motivada por uma certa desconfiança social relativamente a modelos de vivência religiosa femininos”, quanto ao modelo e modo de vida a adotar: beatério, recolhimento, oratório ou beguinaria. Alertadas por Frei João de Guimarães¹⁶⁹ para os perigos desta última,¹⁷⁰ rapidamente adotaram a regra dominicana¹⁷¹.

“A entrada para a comunidade de D. Mécia Pereira (...) trouxe novo impulso à fundação, tanto do ponto de vista espiritual como económico” (Sousa, 2005, p. 395). Como recebera em testamento todos os bens do marido, os avultados rendimentos permitiram a compra de novos terrenos e a construção de novas casas e, sucessivamente, das várias dependências, a começar pela capela, onde os padres do convento contíguo iam celebrar, evitando qualquer contacto das recolhidas com o mundo exterior.

Quase de imediato, foram pedidas as necessárias licenças para fundação e edificação do novo convento – junto do Papa Pio II, do rei D. Afonso V, do bispo da diocese de Coimbra, à qual pertencia Aveiro, do mestre-geral e do Capítulo da Ordem Dominicana, bem como do clero local – diligências de que se encarregou o prior João de Guimarães e que envolveram custas e delongas não expectáveis¹⁷². Este processo seguiu de perto, afinal, o habitual na Ordem dos Pregadores: “no início, os mosteiros femininos foram apoiados por pequenas comunidades de frades (...) que asseguravam os interesses espirituais (...) das monjas e representavam os mosteiros na vida pública” (Sousa, 2005, p. 370).

O solene lançamento da primeira pedra deu-se logo a 15 de janeiro de 1462, presidida pelo próprio rei D. Afonso V, em dia de aniversário. Poucos meses antes, a 16 de maio de 1461 – data considerada “*de jure*” a da fundação do mosteiro – “pela bula *Pia Deo et Ecclesiae desidero*, Pio II

logo após a sua viuvez, em “Novembro de 1458” (Neves, 1958, p. 9), antes, portanto, da sua entrada na instituição.

¹⁶⁷ Esta última nomeação surge, em escrita epigráfica, numa lápide que tem inscrito o nome das fundadoras, no atual MA.

¹⁶⁸ Por ter recebido em doação “os bens de Aires da Silva, a quem [D. Afonso] os tirou por ter sido parcial do Infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira” (Neves, 1958, p. 9).

¹⁶⁹ “...dominicano responsável, diria mesmo o tutor, da fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro. A condição sine qua non para a fundação de uma casa de religiosas dominicanas na época era justamente o tutoramento por parte de um homem” (Garcia, 2003, p. 105).

¹⁷⁰ “beguinaria na qual muitas vezes costuma cõtecer periigos de Infamia e grãdes erros” nomeadamente “para mulheres de nobre geeracõ e nõ de muita idade como entõce erã” (Madahil, 1939, p. 25).

¹⁷¹ “mais certa e segura vida era a de Religiã e ordem” (Madahil, 1939, p. 25).

¹⁷² “Ho que tudo se fez e ouve cõ muita dificuldade e despesa” (Madahil, 1939, p. 25).

autorizou a fundação do novo instituto, conforme o convento do Salvador de Lisboa, ou seja, dentro do movimento da observância” (Sousa, 2005, p. 395).

O nome escolhido para a novel instituição ter-se-á ficado a dever à posterior oferta de uma imagem de Cristo crucificado¹⁷³ às monjas dominicanas pelo religioso Francisco Zuzarte, imagem ainda hoje exposta no Coro alto do Museu de Aveiro¹⁷⁴. Outros, no entanto, referem que foi intenção das fundadoras e do prior do convento vizinho, desde os primeiros passos, colocarem o novo cenóbio sob a invocação de Jesus, bem como sob a regra dominicana.

A construção decorreu a bom ritmo, impulsionada pela orientação e pela fazenda de, sobretudo, D. Mécia Pereira, de tal modo “que todos os que a viiã diziam que os officiaes lavravã de dia e os anjos de nocte” (Madahil, 1939, p. 29). Às primeiras damas recolhidas outras se foram juntando, de várias origens sociais, sendo já oito à data da fundação acima citada: “Beatriz Leitoa e as suas duas filhas – Catarina e Maria de Ataíde –, Mécia Pereira e duas criadas – Inês e Catarina Álvares –, assim como Grácia Álvares (...) e Isabel Luís (...)” (Moiteiro, 2013, p. 13). E a estas outras se vieram juntar, sucessivamente, algumas provenientes da alta nobreza, por vezes “desviadas” de projetos de casamento iminentes, como D. Teresa Pereira, irmã de D. Mécia. A cada uma foram sendo entregues as tarefas necessárias à vida comunitária, desde as mais humildes às artes nobres. “Para a vida conventual, que se tinha em vista, tornava-se preciso prover a livros de coro (...). Abriu-se um verdadeiro *scriptorium*, oficina de cópia e iluminura, para escrever e notar livros litúrgicos no convento, e as filhas de D. Brites, D. Catarina e D. Maria, foram confiadas a Fr. Pedro Dias, de Évora, perito na arte, para que as ensinasse” (Santos, 1963, p. 21).

A maior obreira material do convento, D. Mécia, não veria, porém, concluída a obra a que dedicara toda a sua fortuna e atenção, vítima, provavelmente, do cansaço e da vida austera que adotara¹⁷⁵. No entanto, estando a morte iminente, pediu para fazer profissão particular, o que lhe foi concedido, pelo que “foi considerada a primeira religiosa professa do convento. Em dezembro do mesmo ano, as outras religiosas recolhidas tomaram o hábito (de noviças) e, em Janeiro de 1465, realizou-se a cerimónia da clausura que deu início à vida monástica da comunidade” (Sousa, 2005, p. 395). Passado um ano – conforme determina a regra – D. Brites e outras duas noviças fizeram a solene profissão; e outras cinco lhes seguiram o caminho, em cerimónia realizada dias depois,

¹⁷³ Segundo informações colhidas no Museu de Aveiro, este crucifixo – de rosto plácido –, em estilo gótico, terá presidido à procissão da fundação do mosteiro e terá sido perante ele que a princesa Joana terá cortado os seus cabelos e tomado o hábito, em sinal de despojamento de toda a vaidade e desapego dos bens mundanos.

¹⁷⁴ Informações colhidas no local, doravante designado MA.

¹⁷⁵ “Nosso Senhor (...) lhe prouve dar fym a seus trabalhos e pōor termo a seus padecimentos a três dias do mês de outubro do ãno de mil quatroce(n)tos a sase(n)ta e quatro, hua sexta feyra, oras de véspera” (Madahil, 1939, p. 35).

novamente com a presença de D. Afonso V; no ano seguinte eram já doze as professoras e na data de entrada da princesa Santa Joana tinham professado dezoito¹⁷⁶, das quais haviam falecido quatro¹⁷⁷.

Aquando do encerramento da clausura, D. Brites Leitão foi nomeada pelo prior da comunidade, frei João de Guimarães, “Regedor principal” (Madahil, 1939, p. 40); no ano seguinte passou a “vigayra” (Madahil, 1939, p. 41) e, em 1468, foi eleita unanimemente como a primeira prioresa da nova comunidade – “porque já erã Conve(n)to hordenado” (Madahil, 1939, p. 191), isto é, já tinha o número mínimo de professoras, pese, embora, uma primeira incursão da peste ter ceifado uma noviça e três das primeiras monjas, logo em 1466, entre as quais a primogénita de D. Brites, D. Catarina de Ataíde (Madahil, 1939, p. 41) – cargo que desempenhou até à sua morte, em Abrantes, em agosto de 1480, igualmente vitimada pela peste. Seguiu-se-lhe no cargo D. Leonor de Meneses, até 1482.

Para a prosperidade do novo Mosteiro muito contribuíram os privilégios outorgados naquela ocasião pelo Rei Africano, nomeadamente o de a comunidade poder herdar, comprar e possuir bens¹⁷⁸; “E se entõ mais lhe pedirã nã o negara” (Madahil, 1939, p. 42).

Nos anos seguintes, e graças aos proventos de professoras¹⁷⁹ e de beneméritos, o pequeno claustro foi sendo ampliado e enriquecido, aumentando igualmente o número de ingressos, algumas em idades muito precoces¹⁸⁰. Entre as habitantes, distinguem-se estatutos diferenciados: as professoras, que elegem a prioresa, as noviças, as respetivas criadas¹⁸¹, as irmãs conversas e, até, servas e escravas. E, tal como era uso noutras comunidades, havia donas, de origem nobre, vivendo de acordo

¹⁷⁶ “Memoryal de todas as Religiosas que ffezerõ proffissom Neste Moesteyro de Jhesu Nosso Senhor. E em que anno. E mês” (In Madahil, 1939, p. 189 e ss).

¹⁷⁷ *Memoryal das Madres E Irmãs que nesta Casa de nosso Senhor jhesu falecerõ* (In Madahil, 1939, p. 241 e ss.).

¹⁷⁸ De que são prova documental os alvarás para compra de bens de raiz, de 1462 (cota: V-3ª D – M6-G1-19), as cartas a autorizar a compra até 20 000 reis e a posse de bens, dadas em 1468 e 1470 (cota: V-3ª D – M6-G1-26 ou cota: V-3ª D – M6-G2-7), respetivamente, todos existentes no AUC, todos pertencentes à série documental com a referência: PT, AUC, MJA (F), Alvarás, autorizações, mercês e provisões régios(SR) (1415-1834). Mas os privilégios estenderam-se a outros monarcas como D. Manuel I, através do alvará para posse de bens de raiz, dado em 1501 (cota: V-3ª D – M6-G5-3) e confirmação de benefícios dado por D. João III, em 1527 (cota: V-3ª D – M6-G6-10) – de igual referência aos supracitados – entre outros que encontramos no fundo, quer se trate do original, quer da certidão.

¹⁷⁹ “Muito embora as regras monásticas primitivas (...) apelassem ao total desprendimento de bens materiais pelos professantes, interditando mesmo que a ausência de património próprio fosse impedimento à livre profissão monástica, a verdade é que, desde muito cedo, as clausuras regulares não puderam deixar exigir e contratualizar a garantia de títulos de subsistência material digna para os seus professantes. Nos claustros femininos, aliás, a situação revelar-se-á ainda mais exigente e delicada do que nos masculinos. É nesse contexto que emergirá o hábito legal de registar, por contrato notarial escrito, as condições de entrada de uma postulante ou noviça candidata à vida cenobítica” (Gomes, 2003, p. 149), como bem atesta a série documental: Contratos e escrituras de dote (1515-1795).

¹⁸⁰ “Hua de dez anos chamada Ines Eanes, e outra de seys a que chamavã Margaryda Pinheyra e hua sua irmã mynyna de três ãnos chamada Cattheryna Pinheyra” (Madahil, 1939, p. 49).

¹⁸¹ Não se esqueça a origem nobre da maioria das freiras; porém, o seu número era limitado, atendendo ao ideal de pobreza que adotaram. Entre a documentação existente no AUC há um Breve do geral da OP, datado de 1481, em latim, autenticado por dois selos de chapa – um deles com a cruz de Cristo, magnífico – autorizando as religiosas a ter criadas e escravas (PT, AUC, MJA (F), Escrituras diversas (1448-1808)(SR). Cota: III-1ª-D-14-5-37, p. 522).

com a regra dominicana, podendo habitar as instalações conventuais, anexos próprios ou, até, as suas casas¹⁸².

Importa precisar que o convento de Jesus nasceu em pleno contexto da reforma da ordem dominicana, em que se digladiavam o ramo conventual da ordem – os claustrais – e o ramo reformado – os da nova observância. Na “sombra espiritual” dos vizinhos do Convento da Misericórdia, seguidores da observância, as recolhidas procuravam prosseguir os princípios do ramo que pretendia “o regresso à pureza perdida, concebida nos tempos da criação das ordens – e nos seus sucessivos momentos de refundação” (Moiteiro, 2013, p. 58). Acresce que, logo em 1464, duas religiosas do convento do Salvador de Lisboa – considerado o primeiro na regra da observância – ingressaram no convento de Jesus. Este estava destinado a “conhecer uma posição muito significativa no quadro das dominicanas portuguesas, pela capacidade em atrair figuras de vulto, como a infanta D. Joana, e por ter desempenhado um papel de destacado relevo na difusão da observância junto dos numerosos conventos que viriam a ser criados entre o final do século XV e as primeiras décadas do seguinte (com a) saída sucessiva de freiras de Aveiro rumo ao Centro e Sul de Portugal, para os diversos conventos aí criados dentro do movimento da observância” (Moiteiro, 2013, p. 62), que se enumeram noutra local.

4.2.2.2. A princesa Santa Joana

Entre as recolhidas, a mais famosa e a mais importante para o devir do Mosteiro de Jesus foi, sem dúvida, a princesa D. Joana, filha de D. Afonso V e de D. Isabel, nascida no Paço da Alcáçova, em Lisboa, em 6 de fevereiro de 1452. Foi jurada pelas Cortes como princesa herdeira do reino, uma vez que o seu irmão mais velho, D. João de Portugal, morrera pouco depois da nascença; “o nascimento de D. João em 1455 fê-la perder esse título, embora os coevos e pósteros persistissem no trato de Princesa”¹⁸³ (em vez de, simplesmente, infanta). Tendo ficado órfã de mãe quando ainda não perfizera 4 anos, “desde tenra infância se lhe dispôs mais o espírito para o serviço de Deus do que para as grandezas da terra” (Almeida, 1903a, p. 530); muito cedo sentiu o apelo para a vida religiosa, de pobreza e desapego das coisas mundanas¹⁸⁴ – bem ao invés do que se passava na corte, onde se “vivia o período dos sonhos e grandezas da epopeia dos Descobrimentos” (Gaspar, 2010, n.p.). Aos dezassete anos já recusara, veementemente, várias propostas de casamento, muito promissoras no contexto da política de alianças, e já tomara o “firme proposyto desprezar e leixar

¹⁸² “Por isso, D. Joana, como já dito, mandou comprar umas casas contíguas ao mosteiro (que eram de Aires Gomes), com o respectivo pomar, para aí viver com mais sossego, sem deixar de compartilhar da vida conventual. A Princesa pagou com seu próprio dinheiro as referidas habitações e o mencionado pomar. Passou a viver aí, em casas que Madre Brites mandou construir. Eram duas simples divisões - uma sala para estar, ler, escrever ou trabalhar, e outra para quarto de dormir, com dois leitos pequenos” (Garcia, 2003, p. 123). Recorde-se, igualmente, o que aconteceu com a Rainha Santa, no Mosteiro de Santa Clara (Cf. Guedes, 2012).

¹⁸³ Gaspar, 2010, n.p..

¹⁸⁴ “E posta e[m] tanta alteza de ponpa e vaydades do um[n]do . pouco e pouco Começou crecer e[m] seu coracõ desprezo e avorrecimento de todo o que fora das Causas de deus viia e ouvia” (Madahil, 1939, p. 78).

ho mu[n]do” (Madahil, 1939, p. 88), projeto em que contou com o exemplo e colaboração de D. Leonor de Meneses, noviça no Mosteiro de Jesus. Em 1471, aproveitando o regresso vitorioso da campanha africana de Arzila e Tânger, obteve finalmente a aquiescência do mui contrariado mas enfim resignado seu pai e do irmão, “muito aspero, queyxoso e agravado por ho querer assy leyxar soo” (Madahil, 1939, p. 97) para recolher a um mosteiro.

Após breve permanência em Odivelas, decidiu afastar-se definitiva e drasticamente da vida da corte, das suas pressões, “cousas e negócios” (Madahil, 1939, p. 105) e ingressar no Convento de Jesus, onde entrou aos quatro dias do mês de agosto de 1472,¹⁸⁵ e onde permaneceu até à sua morte, em 12 de maio de 1490¹⁸⁶, com 38 anos de idade.

A sua situação foi, de início, algo indefinida:

“ninguém sabia, ainda, com clareza, a sua última tenção. Ela contentava-se com estar ali, praticar com D. Brites e demais freiras, e tomar parte nos ofícios corais e restantes actos de culto, abancando nos últimos cadeirais (...) na situação jurídica de simples hóspeda” (Santos, 1963, p. 55),

apesar de seu pai considerar o Mosteiro como Paço da Infanta¹⁸⁷, como sobrevém da leitura do alvará: “me apraz, por fazer esmola à prioresa e donas do Mosteiro de Jesus da vila de Aveiro, paço da Infanta minha muito amada e prezada, filha...”¹⁸⁸

Em 1475, tomou o hábito de noviça das mãos de D. Brites e “passou a fazer a vida comum, tal e qual como qualquer noviça” (Santos, 1963, p. 57), nunca vindo, porém, a professar, provavelmente para não afrontar, ainda mais, a Corte¹⁸⁹. Esta, porém, reage àquela tomada do hábito dominicano: “quando a notícia chegou aos ouvidos de D. João, ele ficou fora de si (...) e sem esperar mais (...) dirigiu-se a terras do Vouga” (Santos, 1963, p. 59); e “as cidades e vilas (...) mandaram os seus procuradores a Aveiro (...), aglomeraram-se à roda da portaria do Mosteiro de Jesus, clamando pela Prioresa (...) para que lhes desse conta do ouso, que tivera, em cortar as tranças à princesa e impor-lhe o hábito” (Santos, 1963, p. 58). A princesa acabou por ceder. As interferências do rei na vida da princesa não cessaram aí; em 1481, D. João II, veio a confiar-lhe a educação do seu filho legitimado, D. Jorge – que passou a residir nas instalações do Mosteiro, com os seus serviçais,

¹⁸⁵ “D. Afonso V aconselhou-lhe o Real Convento de Santa Clara, de Coimbra; porém, D. Joana manteve-se nos seus propósitos e entrou no convento de Aveiro” (Almeida, 1903a, p. 533).

¹⁸⁶ Ainda hoje esta efeméride é assinalada como feriado municipal em Aveiro.

¹⁸⁷ Na qualidade de princesa, D. Joana mantém a sua casa “organizada fora da clausura, em Aveiro – capelães e moços de capela, vedor, almoxarife, procurador, doutor, médicos, ama e cuvilheira”, além de “criados e criadas” (Santos, 1963, p. 122), podendo constituir uma das provas documentais deste facto a “Escritura de quitação”, dada em 1481, através da qual “Aires Gomes, escudeiro de D. Afonso V e seu escrivão dos contos, e sua mulher Beatriz Gil, dão quitação à Infanta Dona Joana de 250.000 reais para pagamento da sua casa e pomar que possuíam junto do Convento de Jesus e que D. Afonso V lhes tomara em Agosto de 1472 para instalar a Infanta” (PT, AU, MJA (F), Contratos e escrituras de transação, pagamento, quitação e composição amigável (1468-1782) (SR). Cota: V-3ª D – M6-G3-11).

¹⁸⁸ Alvará de D. Afonso V de 1476. (PT, AUC, MJA (F), Escrituras diversas (1448-1808) (SR), p. 2 vº. Cota: III-Iª-D-15-1-7).

¹⁸⁹ O facto de a princesa ter apenas um irmão não deixava os súbditos do reino descansados quanto às garantias de sucessão. Assim, nunca chegou a professar, apesar de ter levado uma vida de clausura e em tudo idêntica às das monjas professoras.

provocando alterações no dia-a-dia da comunidade; entre 1481 e 1490, verificaram-se novas tentativas de D. João II para que a princesa aceitasse novas propostas de casamento, que ela sempre recusou; e, já em 1479, a princesa fora intimada, por seu irmão e seu pai, a sair do mosteiro aquando de mais um surto de peste por todo o norte do país – o que ela acatou, não sem resistência, deslocando-se para sul, acompanhada por um grupo de irmãs, entre as quais figurava a priora¹⁹⁰ que, nessa jornada, acabou por falecer, em Abrantes, a 3 de agosto de 1480.

Não será demais voltar a realçar a importância de que a entrada da princesa se revestiu para o Mosteiro de Jesus, trazendo-lhe prestígio e desafogo material. Sucessivas doações de D. Afonso V e de D. João II aumentaram o espólio do mosteiro em valiosas obras de arte e “bons livros, que comprou, em abundância” (Santos, 1963, p. 57). Já antes, em 1474, D. Afonso V concedera ao mosteiro uma tença anual, que será confirmada pelos monarcas seguintes¹⁹¹. Tendo entrado no Convento, a Princesa viria a doar-lhe os seus bens, nomeadamente os provenientes do senhorio de Aveiro, que lhe fora atribuído por seu irmão, em 1485, o que veio permitir um desanuviamento da economia conventual e, ao mesmo tempo, promover um maior auxílio aos mais necessitados. Malgrado as reticências que colocou à entrada da sua filha na instituição, tanto D. Afonso V como, depois, o Príncipe Perfeito cumularam as religiosas de Aveiro de favores diversos que estão bem comprovados na documentação da época e que lhes permitiram um sólido apoio económico neste início de vida conventual¹⁹². No seu testamento, deixou “tudo o que, pessoalmente, lhe pertencia, ao

¹⁹⁰ “E neste meesimo ãno. No mês de Setembro. Sayrõ desta Casa (...) a Senhora Ifante nossa Senhora. E a muito virtuossa nossa madre prioressa (seguem-se os nomes de outras seis irmãs). Ho ãno do Senhor. De Mil quatrocentos. oitenta. No Mês de Agosto. Tornarõ a este moesteyro. A Senhora Ifante...” (Memoryal de todas as Religiosas...”, in Madahil, 1939, p. 193)

¹⁹¹ Por exemplo, D. Manuel, em 1502, passa a carta de confirmação do padrão de açúcar, a pedido da priora. A carta teria duas formas de autenticação, a assinatura “Ass A Rainha” e o selo, pela presença dos quatro furos por onde passaria o trancelim de suspensão do selo (PT, AUC, MJA (F), Alvarás, autorizações, mercês e provisões régios (1415-1834) (SR). Cota: V-3ª D – M6-G6-28).

Pelo desafogo económico que proporcionava, o açúcar era designado “o ouro branco”, tendo algum dinheiro sido canalizado para a aquisição de obras de arte sacra (retábulos e pinturas) que, atualmente, enriquecem o património do MA.

¹⁹² São exemplos disso o alvará dado em Coimbra em 1462, por D. Afonso V, no qual pode ler-se: “fazemos saber que Donã micia p[er]jeira molher que foy de Martim meendez de Berredo fidalguo que foy de Nossa casa a que(m) De[us] p[er]doe enviou Dizer como Nos p[er]ja seu suportamento e das Religiodas que servir a D[e]os no mostrº que ella ora faz em aaveiro lhes era necessário o dito mostrº tter alguus bee(m) de rraiz” (cota: V-3ª D – M6-G1-19); o privilégio concedido aos “caseiros e lavradores de não pagarem peitas, fintas e outros encargos, datado de 1492, do qual apenas dispomos da carta de confirmação dada por D. João III, em 1527 (cota: V-3ª D – M6-G6-12), todos pertencentes à série, com a referência: PT, AUC, MJA (F), Alvarás, autorizações, mercês e provisões régios (1415-1834) (SR). Ou, ainda, o privilégio «para três marnoteiros que marnotassem as marinhas que faziam na vila de Aveiro» (1464); a permissão de «comprarem herdades de pão, vinho, azeite, casas e outros bens de raiz até à quantia de cem mil reais» (1464); a «carta de quita de foro da água de qualquer moinho» que fizesse em determinado rio de uma propriedade que possuía no termo da vila de Leiria (1466); a licença ao Mosteiro de Jesus para ter, lograr e possuir as terras que Fernão Pereira e Vasco Pereira houveram por morte de seu pai e das quais haviam feito doação em 3 do corrente (1466); a esmola anual de 6.000 reais brancos (1466); e, sobretudo, a «licença para poderem lograr e possuir para sempre quantos e quaisquer bens lhes fossem deixados e apropriados por quaisquer pessoas» e para poderem «haver e comprar bens de raiz até à quantia de duzentos mil reais» (1468). In: *Calendário Histórico de Aveiro*[em linha].

No AUC encontramos grande parte destes privilégios, em cartas de confirmação feitas pelos sucessivos reis, por traslados ou em públicas formas.

Mosteiro de Jesus”, após ter concedido “alforria para todos os escravos e escravas de sua casa” (...), mandado pagar “dívidas e satisfazer várias quantias, por alvarás de casamentos, doações e moradias de gente do seu serviço” (Santos, 1963, p.108) e distinguido outros com donativos específicos¹⁹³.

Nos documentos coevos há, igualmente, referências a aquisições de terras e outros bens que as dominicanas consideraram necessários ou proveitosos para a comunidade¹⁹⁴. “Para esta relativa prosperidade, concorriam, decerto, os dotes que as novas religiosas traziam consigo, ao tomarem hábito, e que, por força da profissão canónica, ficavam vinculados à comunidade” (Santos, 1963, p. 70); ora, pertenciam à mais alta nobreza muitas destas professoras ou simples recolhidas.

A presença de D. Joana influenciou, pois, de modo múltiplo, o longo priorado de D. Maria de Ataíde (1482-1525), filha da fundadora – que sucedeu à priora D. Leonor de Meneses, que governou dois breves anos – “marcado por uma estabilização da vida económica, pelo crescimento da comunidade, pela ampliação do convento e pela presença da princesa” (Sousa, 2005, p. 395). Tal permitiu que esta comunidade se afirmasse na expansão da Ordem dominicana:

“O priorado de D. Maria de Ataíde foi também marcado pela acção desenvolvida a nível exterior, no que respeita à participação na fundação de novos conventos (como o de Santa Ana de Leiria e o da Anunciada de Lisboa) e à reforma de casas já existentes (convento de São Domingos das Donas de Santarém). De uma forma indirecta, as religiosas de Jesus de Aveiro estiveram também ligadas à fundação do convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo e à passagem do convento do Paraíso de Évora da terceira à Primeira Regra” (Sousa, 2005, p. 396),

constituindo “o centro a partir do qual irradiará a reforma das casas femininas em Portugal, entre os finais do século XV e as primeiras décadas do século XVI” (Moiteiro, 2013, p. 12). “Neste tempo, professaram a regra dominicana, em Aveiro, 18 religiosas (...). O movimento de vocações, recolhidas entre senhoras da melhor nobreza continua” (Santos, 1963, p. 145).

Foram aquelas que mais de perto conviveram com a princesa que encetaram os primeiros passos da sua veneração, no próprio dia da sua descida ao túmulo, no coro de baixo, que fizeram com “muita devoçam e mais honra que poderom, segundo conheciam seer dygna e muym razoado ser feito aaquella muito santa senhora” (Madahil, 1939, p. 173). Doravante, os seus restos mortais tornaram-se local de oração e pedidos de intercessão.

“Logo após a sua morte, o povo de Aveiro, antecipando-se ao julgamento da Igreja, começou a denominá-la por santa e a venerá-la” (Gaspar, n.d., n.p.). Daí à comemoração do aniversário da

¹⁹³ Um destes benefícios deverá ter sido materializado, em 1532, por D. João III, através da concessão de um padrão de tença, dado a Catarina de Mesa, que fora criada da Infanta Santa Joana, de 5000 reais (PT, AUC, MJA (F), Cartas de padrão de tença anual e relações de padrões (153-1715) (SR). Cota: V-3^a D – M6-G6-18).

¹⁹⁴ São disso exemplo que “João de Madaíl e sua mulher Leonor Álvares, por instrumento de escambo, cederam as casas e o quintal que possuíam em Aveiro, junto ao Convento Dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia, a D. Mécia Pereira, viúva de Martim Mendes de Berredo, representada, no acto, por D. Beatriz Leitão, ou Brites Leitoa, recebendo dela outras casas e quintal, sitos na Rua Direita, e 11.000 reais brancos” (1466); Pedro Gonçalves Robalo e sua mulher Leonor Lopes, moradores na Vila Nova de Aveiro, venderam a D. Mécia Pereira, viúva de Martim Mendes Berredo e uma das fundadoras do Mosteiro de Jesus, diversos bens que possuíam” (1461); “o Padre Fernão de Sá vendeu uma marinha de fazer sal, sita no lugar de Pero Maceira, no termo da vila de Aveiro, a D. Mécia Pereira, viúva de Martim Mendes Berredo e uma das fundadoras do Mosteiro de Jesus, pela importância de 110.000 reais brancos (1462). In: *Calendário Histórico de Aveiro*[em linha].

morte, “com velas acesas, perfumes e incenso sobre o túmulo, diante da referida pintura do século XV exposta num altar” (Gaspar, 2010, n.p.) foi um passo e à missa solene e ao culto particular outro, muito curto. Por 1580, correu a notícia da cura miraculosa de uma monja, por sua intercessão e, já no tempo de Filipe II, com um subsídio da coroa, as suas relíquias foram trasladadas para um sepulcro mais monumental. Em 1626, iniciou-se o processo de beatificação. As diligências arrastaram-se em dificuldades e jogos de influência, perturbados, por exemplo, pelo não reconhecimento da Restauração da independência portuguesa, por parte da Santa Sé, o que só veio a suceder em 1669. Em 1686, o processo foi admitido na Sagrada Congregação dos Ritos, em Roma, sendo concluído em 4 de abril de 1693 – mais de um século após o início do culto particular – pelo breve do Papa Inocêncio XII *Sacrosanti apostulatus cura*,

“no qual se confirmava o título de beata e se autorizava a celebração da sua festa, em 12 de maio, em todo o país e na Ordem Dominicana. O ofício e missa próprios foram conseguidos em 1715. D. Pedro II ordenou a renovação e o aformoseamento do coro de baixo, onde Santa Joana havia sido sepultada, e mandou substituir a urna, que continha os seus restos mortais (...) pelo valioso túmulo actual. Precioso trabalho de mosaico de mármore polícromos, formando desenhos geométricos e emblemas sagrados nas faces, a sua traça é do arquitecto real João Antunes” (Gaspar, n.d., n.p.).

O processo de canonização foi, porém, longo e cheio de contratemplos, chegando a Roma só em 1752. Em 1756, já depois do veredito favorável do Promotor da Fé, deteve-se, quase sem explicação plausível, nunca sendo concluído¹⁹⁵.

Porém, sobretudo por ação das religiosas, o culto manteve-se ao longo dos tempos e está ainda hoje arreigado entre as gentes vareiras.

“Facto de extrema importância para a solenização pública das festas anuais foi a posterior provisão régia, com data de 12 de Fevereiro de 1807, onde se determinou que a procissão fosse considerada real. Por isso, nela tomariam parte os membros do Senado da Câmara” (Gaspar, 2010, n.p.).

4.2.2.3. A estabilização da instituição

A D. Maria de Ataíde sucedeu no priorado D. Isabel de Castro (1525-1534), última priora vitalícia. “A partir de 1534 (...) os priorados vitalícios passaram a trienais ou quadrienais. Destacou-se na primeira fase, de priorados com termo, o governo de D. Francisca Doairos (1549-1558) que, eleita e reeleita para novo mandado, empreendeu obras de vulto no convento, nomeadamente a construção do claustro superior” (Sousa, 2005, p. 396). Até ao final do período filipino, foram cerca de três dezenas as que tiveram a honra de desempenhar o cargo (Santos, 1963, pp. 149 e ss.)¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Atentemos, porém, que a conjuntura política mudara profundamente: governava o Marquês de Pombal, as dificuldades entre a corte e a Santa Sé eram recorrentes desde o reinado de D. João V, os jesuítas haviam sido expulsos em 1759, o novo Superior Geral da Ordem dos Pregadores era Frei João de Mansilha, imposto pelo marquês reformador, os recursos financeiros – também essenciais a estas démarches! – eram, agora, muito mais escassos e “filtrados” pelo Duque de Oeiras, que teria outras prioridades... Tudo se conjuga, pois, para aquele desfecho, apenas estranho pelo facto de o processo estar praticamente fechado.

¹⁹⁶ O padre jesuíta Domingos Maurício Gomes dos Santos publicou, em 1963 e 1967, a obra grandiosa “O Mosteiro de Jesus de Aveiro”, suportada em vastíssima documentação e pesquisa exaustiva, embora marcada por

Desde cedo, o convento se tornou “um verdadeiro internato feminino, num mosteiro de clausura”: primeiro providenciando a educação das “meninas, quase de leite” que entraram “no recinto claustral e nele fizeram a sua primeira educação até poderem, mais tarde, quando atingida a idade canónica, professar” e, depois passando a receber outras não sujeitas à clausura para aí serem educadas – como acontecia com vários outros claustros à época. É neste contexto que “se cria a célebre escola de bordados e matizes, que ao longo dos séculos XVII e XVIII havia de afirmar-se, em trabalhos do maior primor e delicadeza, de que o Museu Regional ainda apresenta tão soberbos espécimes” (Santos, 1963, p. 158).

Na segunda metade do século XVI os edifícios foram sendo ampliados e sucessivamente transformados. A rotina beneficente das religiosas faz-se notar sobretudo em épocas das grandes pestes, o papel educativo acentua-se e consolida-se e, a par dos bordados, ganham fama a doçaria, a botica¹⁹⁷ e a iluminura¹⁹⁸. O mosteiro assumira já notável papel na vida da região.

D. Sebastião confirmou “alguns privilégios e dádivas feitos ao convento por seus antecessores” mas, por seu lado, “os Filipes não foram largos em concessões” (Santos, 1963, p.162). A posição predominantemente anti castelhana valeu aos dominicanos um certo “apagamento” sob o domínio filipino; “os Dominicanos ficaram à cabeça dos proscritos do Gran Perdón (...); perderam por muito tempo a Universidade” (Rolo, 2000, p. 84). Mas registou-se a dádiva de água corrente, fundamental para a vida diária, por parte do 1º Duque de Aveiro, a par de outros legados de gente grada. “O património conventual, de 1534 a 1640, não sofre alterações sensíveis, em bens imóveis” (Santos, 1963, p. 166). Os excedentes, provenientes, sobretudo, dos dotes das professoras¹⁹⁹, foram investidos em padrões de juro. Mas, “o movimento de vocações e habitantes do convento aumentou, extraordinariamente, neste período”, incluindo “senhoras da nobreza e alta burguesia”. E dele continuaram a sair “religiosas que, para governo das suas comunidades, outros conventos pediram ao Mosteiro de Jesus” (Santos, 1963, pp. 164-165), o que atesta a sua boa fama e o papel que teve na expansão da nova observância dominicana.

evidentes intuitos doutrinários. Nele têm eco as publicações anteriores e nele foram beber as mais sérias publicações posteriores. Não se estranhará, portanto, que este capítulo desta dissertação remeta, muitas vezes, para citações dessa obra, verdadeiro arquivo dos factos relacionados com a vida do MJA, absolutamente indispensável a quem queira conhecer este tema, nomeadamente no período intermédio entre as fases de nascimento e de declínio/extinção.

¹⁹⁷ Botica que, ainda hoje, se pode admirar, logo à entrada do MA, apesar de nem todos os artefactos serem da época. No catálogo do *Livro Antigo, Museu de Aveiro* (1999), no índice ideográfico, não encontramos nenhum livro especificamente sobre a botica; mas há, porém, um sobre botânica (n.º 152) que tem toda a probabilidade de ter servido para as monjas encomendarem ao hortelão as plantas que serviam naquela. Lamentavelmente não chegou até nós nenhum livro da referida Botica, nem existe, que saibamos, nenhum estudo sobre ela à semelhança de outras boticas conventuais como a do Mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra (Pericão, 2012) ou do Convento de Nossa Senhora do Carmo, de Aveiro (Pita & Pereira, 2012).

¹⁹⁸ Parte significativa dos tombos deste fundo, existentes no AUC, tem magníficas portadas iluminadas e, pela simbologia da iconografia, poderão ter saído das mãos das monjas do *scriptorium* do MJA.

¹⁹⁹ No fundo do MJA encontramos um conjunto de testemunhos escritos, que reunimos intelectualmente, na série documental: contratos e escrituras de dote (1515-1795).

No entanto, o autor que vimos seguindo assinalou também “um ligeiro vislumbre de secularismo”; “os locutórios conventuais tornaram-se, às vezes, salões de visitas, em que nem tudo era digno de casas de oração e de ascese”, o que atribuiu ao “mundanismo do século XVII” e ao “carácter galanteador do elemento espanhol, inserido na sociedade portuguesa”. Nada de grave, porém: em Aveiro estas manifestações foram menos sentidas que noutros e, se as houve, devem-se sobretudo ao facto de o convento desempenhar uma função pedagógica – que se acentuou ao longo dos tempos – e recolher “dentro dos seus muros, não só religiosas professoras e noviças, madres de coro e conversas, mas igualmente pupilas, que os pais, às vezes, desde a mais tenra infância (...) entregavam aos cuidados pedagógicos das religiosas, bem como senhoras que, de sua livre vontade, com licença da Santa Sé, ou por decisão dos tribunais de justiça e aviso régio”, não estando, pois, sujeitas às regras tão restritivas da clausura (Santos, 1963, pp.180-182).

A Restauração teve repercussões na comunidade, até devido ao “grande número de senhoras da primeira nobreza que viviam dentro dos muros de Jesus”. A partir de relatos do Memorial, escrito por madre Margarida Pinheiro, este autor concluiu “a nota de exaltação patriótica que o ambiente conventual devia viver”. Apesar das dificuldades da guerra que se lhe seguiu, empreenderam-se nesses anos “no claustro, obras de restauro e embelezamento, que se entendeu ao dormitório antigo, bem como à igreja e a algumas oficinas, sem descurar a parte patrimonial do convento” pela mão da empreendedora prioresa D. Brites Sotto Maior (Santos, 1963, pp. 263-264).

A partir da segunda metade do século XVII e até finais do século XVIII torna-se difícil traçar a história do convento por falta de dados relevantes nos documentos coevos; “a vida monástica segue na penumbra” (Santos, 1963, p. 253), no dizer daquele padre jesuíta. Sabe-se, no entanto, que remontam a esta época “as maiores transformações do edifício, com remodelação da fachada e acrescento do segundo claustro” (Santos, 1963, p. 253). O mesmo autor refere que o número de professoras situava-se à volta das sete dezenas e estava sujeito a limitação de vagas – facto comum nas comunidades femininas de clausura²⁰⁰. Para além destas, o mosteiro continuou a admitir educandas ou pupilas – que seriam cerca de 20 nesta fase. Como foi já referido, em 1693, concluiu-se o processo de beatificação da Princesa Santa Joana e teve início o seu culto oficial – o espontâneo, popular, remonta à data do seu falecimento – facto da maior relevância para o mosteiro e para a região.

Quanto à vida económica, é curioso verificar que “as novas aquisições patrimoniais são, principalmente, em títulos de juro” (Santos, 1963, p. 256); mas continuou a verificar-se a entrada de senhoras da alta nobreza, cujas heranças revertiam para a comunidade.

“A primeira metade do século XVIII marca, sugestivamente, o auge da prosperidade conventual das Dominicanas de Aveiro (...), o número das religiosas atinge o máximo que o edifício e as suas rendas comportavam [chegando a 80]. A fama da sua escola de bordados

²⁰⁰ “Soror Ana da S. Joaquim, sobrinha de D. Joana da Maia (...) que (...) por 1692, tivera de esperar sete anos para encontrar vaga, apesar de possuir dote” – AUC, Cartório do Convento de Jesus de Aveiro, (Tomo 3, Tombo 1º de Ouca), citado por Santos (1963, p. 254).

continua a afirmar, de forma insofismável, a capacidade de uma ação educativa. As festas mais pomposas em honra de Santa Joana, depois da sua beatificação em 1693, continuam-se na primeira metade do século XVIII, em ritmo crescente, com a solene trasladação das relíquias para o novo túmulo (...) A igreja, o coro e o antecoro, bem como a capela de Santa Joana, enchem-se de talhas reluzentes de ouro. É um sopro vigoroso de renovação material, que tem a sua correspondência na piedade litúrgica e no fervor caritativo das religiosas (...). A parte mais relevante das construções do século XVIII é representada pela fachada, que veio dar ao exterior do convento (...) certa monumentalidade” (Santos, 1963, p. 270-271).

O mosteiro acompanhou, pois, pela mão de sóror Arcângela Maria do Baptista, o afluxo de riquezas ao país, no ciclo do ouro do Brasil, e o apogeu do barroco. A igreja, os coros, os claustros, as escadarias os corredores e antessalas dos dormitórios encheram-se de capelas e oratórios, tabernáculos, nichos e mísulas, cada um deles construído e mantido pelas suas devotas e mordomas. A fama de claustro exemplar enraizou-se.

No cartório, empreendeu-se a obra de tombação de todos os títulos antigos, de que dispomos de alguns exemplares²⁰¹;

“tornou-se possível recuperar e aumentar muitos foros e demarcar, solenemente, todas as freguesias das igrejas do padroado conventual, bem como da Quinta da Ouca, além das demarcações particulares. (...) Alvarás com privilégios de monta (...) viram-se, de novo, actualizados (...) A remodelação da escrituração, naturalmente, fez-se sentir na reconstituição das condições económicas do mosteiro” (Santos, 1963, 270).

O duque de Aveiro, D. Gabriel de Lencastre Ponce de Leão, D. João V e D. Maria I retomaram a tradição de deixar ao mosteiro legados vultuosos e conceder regalias importantes, após um século em que não se registara qualquer doação digna de menção. Contudo, “o maior rendimento, depois dos dízimos do padroado, da Quinta da Ouca, das marinhas e dos foros, sem desprezar o de algumas doações particulares, veio, sobretudo, dos legados, dotes e heranças das religiosas” (Santos, 1963, p. 300).

Porém, a dissolução moral da nobreza e da corte não deixou de ter repercussões na vida das comunidades religiosas: “A muitos outros seduziu a miragem do claustro como refúgio socialmente honesto de vocações dúbias. A disciplina regular relaxou, a crise moral e espiritual desacreditou a pureza do carisma monástico” (Rolo, 2000, p. 86). Porém, assevera Santos, “de Aveiro, felizmente, não se conhece nenhum caso escandaloso” (1963, p. 340).

Sob os absolutismos políticos, a intervenção do poder secular sobre os institutos religiosos era constante, mesmo nos atos que só interessariam à vida íntima das comunidades; nesta conjuntura, “em 1774, Pombal impediu o capítulo de eleger provincial e impôs Fr. João de Mansilha à província por vigário visitador, reformador e superior maior e único” (Rolo, 2000, p. 86)

Este, solicitado pela madre superiora para resolver “problemas de disciplina e administração económica” (Santos, 1963, p. 342) – o que denota, afinal, a grave situação a que a instituição havia chegado – interfere em questões comezinhas, proibindo, até, as doçarias e cozinhados que as

²⁰¹ Das quatro dezenas de tombos existentes neste fundo, quinze são desta época, sendo dos mais aparatosos e, também, os que obedecem a um projeto codicológico mais uniforme.

cozinheiras do convento faziam para a comunidade local. Várias leis restringiram a possibilidade de os religiosos herdarem, limitaram os montantes dos legados aos mosteiros e proibiram a contração de empréstimos por parte das comunidades.

Numa altura em que a decadência das Ordens Religiosas era já profunda e evidente, D. Maria I sentiu necessidade de criar a *Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas*, com a incumbência de proceder ao exame da situação dos mosteiros e conventos que, em 1791, decretou a proibição da aceitação de noviços, que será depois comutada pela soberana para admissão só mediante licença.

Apesar disso, em finais do século XVIII a situação do Mosteiro de Jesus era estável: o número de ingressos continuou sujeito a restrições, tanto no que se refere a religiosas, como a senhoras recolhidas, como a educandas, havendo notícia (Santos, 1963, p. 328) de fortes influências para que fossem admitidas exceções a esta rigorosa limitação. O terramoto de 1755, deixando muitos conventos de Lisboa em ruínas, constituiu um fator mais para esta pressão.

A situação administrativa era, igualmente, estável.

“A vida da comunidade seguia, nos fins do terceiro quartel do século XVIII, o seu trilhar rotineiro de actos litúrgicos e trabalhos de agulha, entrecortados de doçarias para doentes, mimos a pessoas de representação, ou retribuição de serviços prestados à comunidade e a particulares, visitas à grade, sobretudo em dias de festa (...). O culto de Santa Joana e o tesouro das relíquias, encerradas no magnífico mausoléu de mármore embutido, eram um chamadoiro contínuo de visitantes à Igreja, para, através da grade do comungatório, venerarem a gloriosa filha de D. Afonso V. E as religiosas atendiam-nos, em seus pedidos de relíquias, ou recolhendo as ofertas e ex-votos” (Santos, 1963, p. 330).

Tal situação foi abalada pela conjuntura histórica de início do século XIX – um dos períodos mais agitados da história portuguesa, com as Invasões Francesas, a Revolução Liberal e a guerra civil.

Junot lançou impostos e ordenou que os objetos preciosos dos conventos fossem levados à Casa da Moeda. Muitas riquezas do Mosteiro de Jesus se perderam neste esbulho; outras se salvaram pela astúcia das freiras que as enterraram “num canavial da cerca” (Santos, 1963, p. 374). A 4 de julho de 1808, o convento contribuiu generosamente – por sugestão de D. António José Cordeiro, bispo de Aveiro – para a constituição de um batalhão de defesa da cidade. O prelado “entusiasmou as pessoas à resistência e ordenou procissões de penitência até ao túmulo de Santa Joana, «a quem já desde o princípio da nossa consternação havíamos tomado por medianeira para com o Pai de Misericórdias» – escreveu em documento circular de 5 de Agosto de 1808” (Gaspar, 2010, n.p.). Após as vitórias da Roliça e do Vimeiro e a Convenção de Sintra, a calma regressou, por breve período; porém, “os vencidos puderam retirar-se, não só com armas e bagagens (...) mas com grande parte dos roubos de prata e objectos preciosos, saqueados durante a ocupação (...). Aveiro e o mosteiro de Jesus não puderam, em consequência, recuperar os seus tesouros. Bastava-lhe a sorte de não terem sentido a presença dos franceses na cidade, nesta primeira invasão” (Santos, 1963, p. 376).

Na segunda, as lutas chegaram muito perto mas a cidade não foi invadida. Na terceira invasão o perigo tornou-se de tal modo iminente que as autoridades deram ordem de evacuação geral da população e “pela primeira vez, as freirinhas de Jesus, como as de Sá e as Carmelitas, tiveram de abandonar a clausura” (Santos, 1963, p. 378), refugiando-se em S. Jacinto, de onde regressam em setembro de 1810.

Ao sobressalto das invasões seguiram-se as lutas liberais. A cidade aceitou o novo regime e o mosteiro foi o centro das celebrações religiosas e mundanas que se estenderam até 1823. Mas logo sobreveio a reação absolutista e a cidade e o país entraram em guerra civil, de desfecho incerto. O mosteiro procurou sobreviver entre os dois campos adversos, numa cidade em que todos desconfiavam de todos. A maioria do clero, porém, manifestara simpatia pela causa absolutista e não deixará de pagar por isso. A vitória liberal traçará o destino do Mosteiro de Jesus.

4.2.2.4. O fim do Mosteiro Dominicano de Jesus

Após mais de quatro séculos de vida ininterrupta – pontuada, embora, de momentos de menor fulgor, a par de outros de florescimento – foi o Mosteiro de Jesus extinto em 2 de março de 1874 (Madahil, 1939, p. 238), por morte da última monja, Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa Osório ou “D. Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa Prioriza”, como assina²⁰². Cumpriu-se, assim, o disposto na legislação de sucessivos governos liberais que “desmantelou todas as estruturas constitucionais das ordens religiosas” (Rolo, 2000, p. 87). O Decreto de 28 de maio de 1834, publicado a 30 do mesmo mês, lavrado no âmbito da “Reforma Geral Eclesiástica”, empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado Joaquim António de Aguiar – o mata-frades – e executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), determinara a extinção imediata de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas masculinas; quanto às ordens femininas, fora decretada a desamortização dos seus bens e a sujeição aos respetivos bispos, sendo obrigadas a expulsar as noviças e estando proibidas de admitir novas candidatas, de acordo com um decreto já de 1833, de José Silva Carvalho, e definitivamente encerradas após a morte da última freira, conforme decreto já de 1862.

Quanto aos respetivos bens – melhor: àquilo que sobrara deles, após as invasões francesas, os tumultos e as guerras liberais, a anterior evacuação de muitos edifícios, deixando o seu espólio ao abandono, às intempéries, incêndios, roubos, etc. – seriam integrados nos próprios da Fazenda Nacional²⁰³, que procederia ao arquivamento de toda a documentação e à venda em hasta pública das propriedades. Quanto aos vasos sagrados e paramentos de uso exclusivamente religioso, seriam

²⁰² Assinatura em procuração datada de 29 de janeiro de 1873. PT, AUC, MJA (F), Procurações (SR), caixa 11 (UI). Cota: III-1ºD-15-1-29.

²⁰³ A desamortização processa-se em “três grandes etapas: de 1821 a 1823 (...) dos bens da coroa”; de 1834 a 1843 “de quaisquer ordens regulares masculinas”; “na década de 60 (...) dos bens das freiras e das igrejas (...) das paróquias, das irmandades, das confrarias, dos hospitais, dos recolhimentos, das misericórdias e dos demais institutos de beneficência” (Silva, in: José Mattoso, 1993, p. 339).

entregues aos ordinários das dioceses. Na verdade, “os móveis, alfaias, objectos preciosos, roupas e livros, quase tudo desapareceu” (Franco, 2010, p. 148); “muitas jóias e objectos preciosos não foram roubados: extraviaram-se” (Almeida, 1903b, p. 119).

Alguns autores – como Fortunato de Almeida ou Domingos dos Santos – consideraram que esta legislação foi motivada “pelo ódio antimonástico e anti-religioso e pelos apetites gananciosos dos liberais” (Mattoso, 1993, p. 341) sobre os seus bens²⁰⁴ e pela premência de acorrer às necessidades de dinheiro por parte do Estado.

Parece-nos avisado ponderar o concurso de outros fatores, como a “filosofia das Luzes” e as ideias racionalistas e laicizantes dominantes na época revolucionária em que foram elaboradas; mas, também, o momento extremo das já longas lutas do Estado contra o desmesurado poder económico, social e político das ordens religiosas regulares, com episódios de avanço e recuo que remontam praticamente à origem da nacionalidade e cujos passos mais recentes tinham ocorrido no tempo do Marquês de Pombal e de D. Maria I, como foi referido. Em 1814 surgira “um primeiro projecto de extinção das ordens religiosas” (Mattoso, 1993, p. 342); em 1821, as Cortes Constituintes já haviam determinado “a suspensão de admissões de noviços e de noviças (...) e concessão de vantagens e regalias a todos os religiosos e religiosas que pretendessem secularizar-se” e a supressão de “algumas casas de diversos institutos (...) por não terem número suficiente de religiosos” (Franco, 2010, p. 148). Por outro lado, estas medidas visariam “um fim estratégico: dar um golpe decisivo num dos pilares do absolutismo e alargar a base de apoio ao regime liberal” (Mattoso, 1993, p. 340).

O Decreto de 28 de maio de 1834 afigura-se-nos, pois, o culminar de um longo processo, tornado possível pela nova situação política e ideológica – e, também, financeira – que se vivia em Portugal. De qualquer modo, “todos estavam de acordo quanto à constatação da decadência moral e religiosa das ordens, em geral, e da inutilidade de algumas, em particular (...) e (d) a ineficácia das medidas reformadoras” (Mattoso, 1993, p. 341)²⁰⁵.

Nessa data, era priora do mosteiro de Jesus madre Francisca Joana de Jesus e nele havia 29 professoras – número baixo para a tradição do convento mas acima da média na época. Serão apenas 4

²⁰⁴ “Os bens eclesiásticos, e nomeadamente os conventuais, tinham exacerbado a voracidade liberal” (Santos, 1963, p. 396). É “o assalto geral à propriedade monástica; (...) o producto das vendas aproveitou menos ao tesouro nacional do que aos paladinos da liberdade: (...) a hasta pública dava aparência de legalidade e honestidade; (...) a falta de numerário desafiava de concorrentes os próceres dominantes; estes também não tinham metal mas estavam abarrotados de papéis, de valor fictício, que o governo distribuía com mãos largas sob vários pretextos (ex: ‘indenizações dos prejuízos e sacrifícios resultantes das guerras e das perseguições políticas’) e depois recebia em pagamento dos bens nacionais; (...) Era grande o banquete servido aos amigos; (...) uma expropriação dos vencidos pelos vencedores” (Almeida, 1903b, p. 121).

A desamortização dos bens, associada à lei de proibição de admissão de novas candidatas, determinaram que a última profissão no convento se tenha verificado em 26 de setembro de 1832 – irmã Emília do Espírito Santo. (Madahil, 1939, p. 232 e ss.).

²⁰⁵ Os acontecimentos históricos aqui narrados, bem como as razões que os motivaram, por terem tido um impacto a nível nacional, servirão a futuros estudos arquivísticos de fundos de instituições congéneres que temos à nossa responsabilidade, em número próximo da meia centena.

as sobreviventes no início de 1865 e duas em setembro desse ano²⁰⁶. Haveria ainda pupilas (em contravenção com o disposto em Decreto de 5 de agosto de 1833) e senhoras recolhidas, com as respetivas criadas. Todas mantinham a fama de “modelo de observância claustral e como centro de piedade, irradiada à volta do culto de Santa Joana” (Santos, 1963, p. 410).

No aspeto económico, eram visíveis “sintomas graves de finanças abaladas (...), dívidas de vulto contraídas pelo Mosteiro pagas com dificuldade ou, até, nalguns casos, por coação judicial de credores” Em 1823, o convento foi obrigado a apresentar nas Finanças “todos os padrões de juro”; de um total de oito, são cassados cinco (Santos, 1963, pp. 423-424).

Em 1834, os rendimentos do mosteiro provinham, apenas, das terras e imóveis, já que os dízimos haviam sido abolidos por Mouzinho da Silveira e a entrega de dotes proibida. O edifício entrou em estado de progressiva ruína. A aplicação das leis da desamortização (Lei de 4 de abril de 1861) precipitou este declínio e condenou as monjas, tal como antes havia acontecido com os monges, a um destino cruel – qual deles mais desumano: se daqueles que foram obrigados a abandonar abruptamente a sua vida, saindo dos conventos “cobertos com mantas e descalços”²⁰⁷, “muitos egressos, reduzidos à mais triste miséria, viviam da caridade pública” (Almeida, 1903b, p. 125)²⁰⁸, se daquelas que foram deixadas a definharem, “esquecidas e votadas ao maior abandono” (Mattoso, 1993, p. 343). Alexandre Herculano, insuspeito de simpatias pela causa clerical (“Caia em pó o mosteiro, e maldito / o que erguê-lo outra vez intentar” (1838), qualificará mais tarde a extinção das ordens religiosas como “uma das realidades mais torpes, mais ignominiosas, mais estúpida e cobardemente cruéis do século”²⁰⁹, intercedendo repetidamente pelos “mártires” que o processo criara por todo o país – que ele o conhecia bem por o ter percorrido, em 1852 e 1853, recolhendo documentação para a sua *Portugaliae Monumenta Historica*²¹⁰.

O cumprimento das determinações legais teve, no entanto, peculiaridades ao longo do país e do tempo. Em 1840, foram reatadas as relações com a Santa Sé; em 1848 foi celebrada uma Concordata que admitia novamente as instituições e profissões religiosas; e, paulatinamente, pouco legal mas tacitamente aceites pelos governos da Regeneração, as ordens e institutos religiosos, velhos

²⁰⁶ Números recolhidos em Santos, 1963.

²⁰⁷ Oliveira, n.d., n.p..

²⁰⁸ Apesar de a legislação contemplar dotações para os clérigos despojados, que não fossem considerados “indignos de tais merecimentos, por incúria governamental, por dificuldades burocráticas e por falta de dinheiro (...) muitos religiosos ver-se-iam prostrados numa extrema miséria” (Mattoso, 1993, p. 343).

²⁰⁹ Em vários textos incluídos nos seus *Opúsculos I* há apelos lancinantes para que se resolva esta situação vergonhosa. Salientamos *Os Egressos – petição humilíssima a favor de uma classe desgraçada* (1842), do qual são as expressões transcritas, e *As Freiras de Lorvão* (1853), de que transcrevemos algumas das linhas iniciais: “Descendo a examinar o archivo das pobres cistercienses, penetrei no claustro por ordem da auctoridade ecclesiastica. Lá dentro, nesses corredores humidos e sombrios, vi passar ao pé de mim muitos vultos, cujas faces eram pallidas, cujos cabellos eram brancos. Esses cabellos nem todos os distingui o decurso dos annos: a amargura embranqueceu os mais delles. Quasi todas essas faces tem-nas empallidecido a fome. Morrem aqui lentamente umas poucas de mulheres, fechadas n'uma tumba de pedra e ferro”.

²¹⁰ Erdmann (1927, p. 52) classificou esta recolha criteriosa de documentos, feita por Herculano e pelo paleógrafo José Basto, entre 1853 e 1854, percorrendo as instituições religiosas de todo o país, como sendo “o segundo ciclo de incorporações”.

e novos, foram-se reintroduzindo no país. É que os governantes foram verificando que estas leis haviam tido profundas e nefastas consequências para a assistência social e para a educação da maioria dos portugueses de antanho, já que o papel que, nestes campos, os institutos religiosos desempenhavam não fora substituído. “Ninguém se preocupava com as necessidades básicas (...) do povo, que se viu enganado por uns, explorado por outros” (Franco, 2010, p. 385). Em 1854, o insuspeito Almeida Garrett apresentou na Câmara dos Pares um projeto de lei que autorizava

“o governo a permitir a admissão ao noviciado e profissão, em todos os mosteiros e conventos do sexo feminino, cuja instituição tenha actualmente ou venha a ter por objecto a educação de meninas, a educação e instrução primária de crianças de ambos os sexos, ou tratar de hospitais, asilos, prisões, casas-pias e semelhantes”^{211 212}.

Os sucessivos ministérios da Regeneração tomaram, pois, posições contraditórias a este respeito, motivados pela ideologia dominante em cada momento ou por questões bem mais comezinhas. Por exemplo, a década de 60, pela mão de Anselmo José Braamcamp, é pródiga em determinações a insistir na proibição da existência de congregações religiosas e na desamortização dos bens das freiras.

As arremetidas contra os bens dos conventos femininos prosseguiram. Em 1857, nova lei retirou aos conventos femininos os juros dos seus padrões de dívida – um dos poucos rendimentos que lhes restavam. No mesmo ano, o ministério mandou proceder à “inventariação ou descrição e avaliação das alfaias e mais objectos preciosos existentes nas comunidades” (Santos, 1963, p. 437). Em 1859, surgiu o projeto de lei “sobre a redução dos conventos e conversão forçada dos bens das religiosas, ainda existentes, em inscrições de dívida pública” (Santos, 1963, p. 437); assim foi feito em Aveiro: edifícios, propriedades, casas, Quinta da Ouca e outras, títulos de crédito público, empréstimos, etc. tudo foi inventariado. Mas a um ministro outro sucede e nova inversão de política; a reação popular forçou o regresso ao espírito da Concordata de 1848. Em 1861 avançou de novo a desamortização, pelo que, no Mosteiro, foi realizada nova avaliação – que não será a última! – e fixação dos preços para venda pública.

Entretanto, no convento de Jesus prosseguiu a lenta e longa agonia. O número de irmãs sobreviventes foi diminuindo, embora continuasse a receber educandas e senhoras recolhidas. A responsabilidade da festa de Santa Joana foi passando para o município.

Em 1871 faleceu a última monja a professar no mosteiro – a irmã Ana Emília – deixando só a irmã Maria Henriqueta Osório, que sobreviverá até 2 de março de 1874, sendo a única enterrada fora do convento, no cemitério (Madahil, 1939, p. 238) a expensas públicas. É o fim do convento de Jesus, após quatro décadas de agonia.

²¹¹ Obras Completas, vol II, citado por Santos, 1963, p. 433.

²¹² No mesmo sentido será a legislação de Hintze Ribeiro, já nos primeiros anos do século XX, que, aceitando de facto e existência de ordens religiosas, procura disciplinar e regularizar a sua situação, obrigando-as a tornar públicos os seus estatutos, a limitar a sua ação a atos de “beneficência e caridade, educação e ensino, ou propaganda da fé e civilização no ultramar” e a subordinarem-se às autoridades religiosas e às leis do país. (Villares, 1995, n.p.).

Logo se agitaram os poderes locais, civis e religiosos, sobre “o destino a dar às recolhidas que com ela viviam (...) que, “não podem ali conservar-se depois de tomar posse [do edifício] a Fazenda Nacional” (Gaspar, n.d., n.p.), bem como aos próprios imóveis.

Foi neste contexto de avanços e recuos que, em 1868, D. Teresa de Saldanha, “vendo a necessidade de estabelecer na pátria uma Ordem Religiosa activa, que se pudesse ocupar da educação de crianças”, fundou a Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, começando por dirigir uma escola da Associação Protectora das Meninas Pobres, “de modo a começarem o seu apostulado numa instituição que tivesse existência legal (...) A situação das idosas monjas de diversos conventos de dominicanas em vias de extinção preocupou-a profundamente. Conjugou o seu desejo de fazer o bem com a salvação desses conventos, evitando que as monjas morressem abandonadas e que os conventos e igrejas fossem profanados. (...) Reabilitou-os e neles abriu obras de assistência e de educação ao serviço dos mais carenciados” (Franco, 2010, p. 386).

Assim, após um arranque efémero, em 1881, “o colégio de Santa Joana reabriria com novo vigor a 10 de novembro de 1884; as irmãs tomaram simultaneamente à sua guarda a casa e as relíquias da Padroeira de Aveiro” (Gaspar, n.d., n.p.), impedindo a delapidação de uma e outras a que se assistiu em muitos casos semelhantes, e prestando inestimáveis serviços à população de Aveiro durante 25 anos, até à instauração da República. O número de alunas aumenta até às “100 alunas internas, 60 externas e, na aula das meninas pobres, que eram o encanto da priora, 180 rapariguinhas do povo” (Santos, 1963, p. 467).

Em 1911, depois de múltiplas vicissitudes e da passagem pelo edifício de outras tantas atividades, Joaquim de Mello Freitas dirigiu uma exposição ao então Ministro da Justiça, Afonso Costa, intitulada "*Feixe de motivos porque na parte nobre do Convento de Jesus se deve instalar um Museu distrital ou municipal*", (Monteiro, 2014, p. 8) e, logo em agosto do mesmo ano, foi instalado o "Museu Regional de Arte Antiga e Moderna" na parte monumental do extinto MJA, comumente designado Museu de Aveiro.

4.2.3. O “governo” do Mosteiro

A forma e constituição do “governo” do Mosteiro foram já esboçadas em capítulos anteriores. Precisemos, no entanto, em breves palavras, por se nos afigurar "o" responsável pela produção e acumulação do fundo.

O governo conventual, constituído pela priora e pelas monjas suas oficiais²¹³, era o único “órgão” do Mosteiro, e é na própria documentação remanescente que melhor o encontramos

²¹³ A leitura de uma “procuração” transcrita no “Tombo 1º de Grande”, iniciado no ano 1641 (cota atual: III-1º-D-15-1-8), assinada pela priora Mariana de Belém e mais 39 religiosas (sem menção do respetivo ofício), com assinatura autógrafa, faz-nos questionar se apenas as monjas oficiais faziam parte do “governo” ou se todas as professoras integravam este “órgão” responsável pela tomada decisão. De acordo com Gomes (1989, p. 275 e

definido – a “prioresa do Convento de Jesus de Aveiro, e as restantes religiosas do governo”, sendo o documento assinado por todas²¹⁴.

De acordo com o primeiro Capítulo Geral da Ordem, realizado em 1221, no qual foram aprovadas as primeira Regras, estabeleceu-se a eleição²¹⁵ como processo de escolha para todos cargos, do mais alto (mestre-geral) ao mais pequeno, e do próprio capítulo – isto é, das assembleias em que estão presentes, ora os responsáveis hierárquicos das províncias, ora os representantes eleitos dos mosteiros, ora uns e outros – como local e ocasião de tomada das decisões mais importantes mas que logo se extinguem finda a deliberação.

A prioresa é a representante máxima da “câmara capitular” (Sousa, 2005, p. 370) – que, por sua vez, representava a OP dentro do Mosteiro –, a quem é devida obediência, como era prometida no ato de profissão das monjas, e a quem compete tudo o que possa "garantir o adequado funcionamento do seu convento" (Moiteiro, 2013, p. 136), quer ao nível material, quer espiritual, o que na documentação surge materializado, e.g. na redação de petições²¹⁶ dirigidas ao rei ou na nomeação de vigários e reitores para as capelas de seus padroados²¹⁷. D. Brites, "primeira" fundadora do Mosteiro²¹⁸, esteve desde o primeiro instante à frente dos destinos do cenóbio. Contudo, só em 1465, aquando do encerramento da clausura, foi nomeada “[r]egedor principal” (Madahil, 1939, p. 40) dos membros restantes da comunidade, em que:

"uma ficaria como procuradora e encarregue de limpar o pão e mandar amassar e cozer, outra a seria sacristã e hortelã, com o encargo do linho, outra seria enfermeira e tecedeira, outras duas deviam aprender a escrever e ensinar às outras, uma sexta seria vestiária e receiteira, tendo como missão suplementar ensinar a ler a Grácia Alvares, e esta última, juntamente com outra deveriam aprender o canto e o ofício divino" (Branco, 1991, p. 137).

ss), o número de oficiais de um Convento dominicano podiam ir até 30, dependendo da dimensão do cenóbio, não se supondo que pudesse ir mais além. Aqui fica mais um repto a algum investigador da área.

²¹⁴ PT, AUC, MJA (F), Procurações (SR), Procuração datada de 23 de fevereiro de 1822 (DS), caixa 11 (UI). Cota: III-1^aD-15-1-29.

²¹⁵ As “Constituições que no século XV regeram o Mosteiro de Jesus, de Aveiro, da Ordem de São Domingos”, no capítulo XXIII, referem este processo como um dos métodos para a "Eleycam da prioresa" salientando, porém, em parágrafo à parte, que apenas "[a]s freyras' Depoys da ssua profissã / E nõ ante : ssejam metidas na eleycam da prioresa :” (Madahil, 1950, p. 307).

²¹⁶ PT, AUC, MJA (F), Citações, petições e requerimentos (1496-1850) (SR). A alguns documentos em certidão.

²¹⁷ PT, AUC, MJA (F), Processos de nomeação de Vigários e Reitores das Igrejas de seus Padroados (1521.1564) (SR).

²¹⁸ O facto de D. Mécia ter assumido/financiado e acompanhado bem de perto a construção do Mosteiro faz com que, com regularidade, seja apontada como a fundadora do mesmo, tal como está patente no texto - “Fazemos saber que D. Mécia Pereira, mulher, que foi de Martins Mendes de Berredo, fidalgo que foi de nossa casa, que Deus perdoe, nos enviou dizer como para seu suportamento e das religiosas que servem a Deus no Mosteiro que ela ora faz em Aveiro, lhe era necessário ao dito Mosteiro ter alguns bens de raiz”. Pode, ainda, ler-se no sumário - “Alvará de mercê que fez o Senhor D. Afonso quinto, (...) à Sr.^a D. Mecia Pereira fundadora do Convento de Jesus, ...” (PT, AUC, MJA (F), Escrituras diversas (1448-1808) (SR), p. 6). Cota: III-1^a-D-15-1-7, datado de 1464. Julgamos, porém, ter havido um lapso na transcrição da data já que o origina, datado de 1462, está à nossa guarda com a cota: V-3^a D – M6-G1-19. Ou, como está neste texto: “Dona Mecia de Albuquerque, filha de Fernão Pereira do nosso conselho, nos disse que por serviço de Deus ela ordenara fazer um mosteiro de observância dentro em a vila de Aveiro e que para reparo e governação do dito mosteiro ela queria comprar...” (PT, AUC, MJA (F), Escrituras diversas (1448-1808) (SR), p. 5). Cota: III-1^a-D-15-1-7, sendo o original datado de 1474.

Além da diversidade de ofícios, indispensáveis ao funcionamento da comunidade, é de salientar, pois, as preocupações com a elevação do nível de instrução das recolhidas, nomeadamente com a sua competência de leitura, indispensável, aliás, ao cumprimento da missão – o estudo e meditação sobre os textos sagrados, tal como determina os estatutos e definições da Ordem de São Domingos²¹⁹, mas também para uso quotidiano nos registos e toda a escrita do *scriptorium*.

No ano seguinte, D. Brites passou a “vigayra” (Madahil, 1950, p. 41.) e, em 1468, foi eleita por unanimidade como a primeira priora do MJA.

O “governo” aparece, recorrentemente²²⁰, referido em algumas séries documentais e seria, genericamente, o responsável pelo cumprimento de todas as funções que concernem à vida comunitária. Dele faziam parte, além da priora as restantes oficiais²²¹ que eram escolhidas entre as mais velhas, as mais “discretas” ou que inspiravam maior confiança para o exercício específico dos “ofícios”. Assim, dependendo da época, encontrámos (todas ou apenas algumas): uma ou duas subpriora(s)²²², “[c]ujo oficio sera teer diligente cuydado acerca do convêto : E em as outras cousas . quando lhe a p'oressa asynar ou consentir” (Madahil, 1950, p. 307); uma “seleireira”, responsável pelo registo de entrada de cereais como pagamento dos foros e da sua saída para a produção do pão; uma síndica, a quem estava acometida a responsabilidade de zelar pelo abastecimento do mosteiro (averiguadas as “precisões” e as existências, mandava comprar o que se revelasse de maior necessidade – cera, lenha, papel, panos, açúcar, entre outros – tudo devendo anotar nos registos do “deve e haver”); uma procuradora, escolhida, uma vez mais, entre as “mays maduras e discretas” da casa que “fiel e devotamente procure os beês tenporaes” dando “conta cada mes perante a p'oressa E soprioressa” e, pelo menos, uma vez por ano perante o provincial, zelando de modo a que as “possissoês nom sse possam enhalhear ou mjngoar : sem cõsentimento do conuento” (Madahil, 1950, p. 308); uma escritã²²³, encarregada de toda a escrita oficial da comunidade; uma “depositária”, responsável pelas chaves do mosteiro, quer fossem do dormitório

²¹⁹ A regra de São Domingos tem como “principal objectivo a pregação apologética e defesa da fé” (Sousa, 2005, p. 369), que se processa através da leitura, meditação e pregação (esta última exercida, apenas, pelo ramo masculino) sobre a vida de Jesus. Além deste, a regra segue os princípios da pobreza, castidade, obediência, caridade, abstinência, desapego das “coisas” do mundo, a repartição do trabalho, entre outros.

²²⁰ Citações, petições e requerimentos (1496-1850), procurações (1543-1873), Tombos e documentos de preparação (1641-1790), entre outros.

²²¹ Perante a escassez de informações relativas às responsabilidades inerentes a diversos ofícios e à ausência de séries documentais que materializem a sua concretização, deduzimos as suas atribuições, por similitude, com a descrição do “organograma dum mosteiro dominicano” (Gomes, 1989, p. 287), apresentado no livro «O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV» e em reunião de orientação com o seu autor.

²²² A subpriora assumia as competências da priora, na sua ausência, quer fosse por morte, até que uma nova priora fosse eleita e confirmada, quer por qualquer impedimento.

²²³ A ausência de uma cartorária entre as oficiais do mosteiro faz-nos crer que a priora ou a subpriora, coadjuvadas pela escritã, poderiam igualmente assumir essas atribuições, zelando pela preservação em boa forma e pela ordem dos livros e títulos do cartório, mantendo-os acessíveis, sem que, no entanto, até à data tenhamos encontrado disso prova documental incontestável. O facto de a “Crónica da Fundação e Memorial da Infanta” ter sido escrito, segundo a tese de Madahil, pela irmã Margarida Pinheira – que foi subpriora, antes da sua saída para fundar a comunidade de Setúbal, em 1529 (Madahil, 1939, p. 201) – parece comprovar esta hipótese. No fundo encontram-se livros e documentos avulso, anotados com recomendações de preservação da boa ordem e integridade do cartório (Cf.: Tombo com a cota: III-I^a-D-14-5-2).

ou de dependências/móveis que exigiam maior recato, como o cofre do dinheiro que, regra geral, tinha três chaves diferentes indispensáveis à sua abertura, ficando as restantes entregues à priora e a uma religiosa que inspirasse maior confiança. Todas as oficiais assinavam autografamente os documentos já referidos. Com grande probabilidade, o cumprimento de alguns destes ofícios teriam sido materializados na produção de séries documentais, trazendo luz às dúvidas que agora nos assaltam; contudo, ter-se-ão perdido no transcorrer dos séculos, no desmembramento do fundo ou nas deambulações após a extinção do MJA. O seu exercício seria de tal modo relevante ao ponto de, nas *Constituições*²²⁴, ser considerada a possibilidade de a priora conceder "licenças gerais de falar . aa procuradeyra . celereyra . coznheyra ou outros officiaes : segundo vir que cõuem por Razom de seus officios" (Madahil, 1950, p. 300); ainda assim, nem nas *Constituições* nem na documentação encontrámos algum ofício ao qual estivesse atribuída explicitamente a responsabilidade ou o controlo e organização do cartório ou da biblioteca.

4.2.4. O cartório, a biblioteca e o scriptorium

Se, como já foi referido em nota, a escassez de documentação que chegou a este Arquivo não nos permite um conhecimento fundamentado da data da criação nem da verdadeira dimensão do cartório, já a sua existência, desde o primeiro "sopro de vida" do Mosteiro, é inquestionável; como refere Madahil (1967), este "não tardou a ser organizado, pois numerosos documentos dos primeiros tempos chegaram até nossos dias" (p. 82). Aliás, "[a] igreja mostra-se cuidadosa, desde as origens, no recolher da documentação concernente às suas distintas actividades" (Abreu, 2000, p. 130). "Todas as congregações religiosas observaram o costume de registar os momentos importantes da vida dos seus membros: entrada na congregação, realização/celebração dos votos perpétuos, (...) morte" (Fernando de Lasala, 2000, p. 225) [tradução nossa].

Este arquivamento dos documentos era movido por diversos interesses, nomeadamente: "cautela jurídica dos interesses (...) pela gestão de um património ou pela orgânica administrativa das instituições" (Gomes, 2007, p. 255), entre outras.

A primeira referência que encontrámos relativa à existência do cartório está inscrita numa "provisão para fazerem a demarcação", datada de 1535, na qual se pode ler: "pera fazerem dous tombos hum pera plantar no cartório do mosteiro e outro na torre do tombo", autenticada pela

²²⁴ Além destes "ofícios", de que tomámos conhecimento por intermédio das *Constituições* e do fundo do MJA, a documentação traz à luz a existência de outras que seriam muito provavelmente exercidas por leigos, de que são exemplo: um físico (designação a esta data atribuída ao médico), pela carta de venda ao "Mestre Luís, seu físico"; (PT, AUC, MJA (F), Escrituras de compra e venda (1400-1856) (SR). Cota: V-3ª D – M6-G5-27); um carneiro, pela carta de confirmação de D. João III, confirmando privilégio concedido por D. Manuel I (cota: V-3ª D – M6-G6-8); ou, ainda, um "hortelão, um carreteiro e um almocreve", de que nos dá conta o alvará de 1527 que confirma os benefícios concedidos em 1502 (PT, AUC, MJA (F). Cota: V-3ª D – M6-G6-9) – estes dois últimos pertencentes à série com a seguinte referência: (PT, AUC, MJA (F), Alvarás, autorizações, mercês e provisões régias (1415-1834) (SR) – porém, também não temos a materialização documental do exercício dessas funções.

assinatura “El Rei”²²⁵, e corresponde ao que julgamos ser o primeiro momento de organização do dito cartório, o que poderá comprovar a sua "longa" existência e complexidade²²⁶.

Presumimos a sua boa arrumação pela forma sustentada como o “governo” do mosteiro pugna pelos seus direitos e privilégios, presente numa alegação²²⁷ fundamentando meticulosamente a legitimidade dos seus direitos, com referência a títulos que remontam à época da fundação, identificados e datados de forma precisa e inequívoca – logo, claramente acessíveis e cumprindo a sua função na defesa e salvaguarda dos interesses do cenóbio.

O intitulado “*Livro do índice geral do cartório e da Fazenda deste Real convento*”²²⁸ (...) é, até à data, o documento que melhor nos elucida a respeito da existência do *cartório*. Além do título que lhe faz alusão, as suas primeiras páginas proporcionam-nos uma visita guiada pelo cartório como ele existia em 1749. Este índice²²⁹, feito "conforme o tomo mandado fazer pela priora Arcângela Maria do Baptista", deixa transparecer a preocupação da recuperação eficaz da informação aí existente, tal como é perceptível no seu primeiro parágrafo: “Clareza para se buscarem no cartório os títulos que neste livro se apontam”; e faz uma apresentação sucinta de vários conjuntos de livros, o número de volumes que o constituem, identificando-os pela uniformidade do seu aspeto exterior, e descrevendo sumariamente a tipologia dos documentos incluídos em cada um dos conjuntos relativos aos lugares a que o cartório dedicou maior atenção, pela sua importância económica para o mosteiro, motivando a tombação dos títulos.

Pela leitura do texto, ficamos a saber que os pergaminhos estavam distribuídos em dois grupos, um com quatro maços e outro de oito, cada um destes últimos identificados por fora pelos "títulos das terras a que pertencem" e numerados de acordo com a sequência da ordenação dada no livro. Ficamos ainda a saber que estavam colocados “em uma meia travessa de cima do cartório”, daqui se depreendendo que, a esta data, o cartório seria uma arca, armário ou *escanino*, como era uso na época, onde estariam guardados os documentos. O primeiro grupo é constituído por maços reunidos por critérios muito menos rigorosos: um tem inscrito por fora "estes pergaminhos são de pouca importância"; outro "casas que não vão no indes e razão porque não vão no indes" (por se tratar de títulos relativos às casas que foram adquiridas para a construção do Mosteiro e cerca e que, na atualidade, já não existiam)²³⁰; o outro "Títulos diversos (...) nada do que contêm estes

²²⁵ PT, AUC, MJA (F), Escrituras diversas (1448-1808) (SR). Cota: III-I^a-D-14-5-37, p. 504.

²²⁶ De acordo com Saul Gomes (2007), um "tomo monástico é pois uma evidência da preexistência de uma estrutura de arquivamento de dados e pressupõe a gestão (renovada) de uma memória documental que se acumula e envelhece dentro do cartório da instituição" (p. 249).

²²⁷ PT, AUC, MJA (F), Alegações, recursos e pareceres jurídicos (SR), caixa 9 (UI). Cota: III-I^a-D-15-1-27.

²²⁸ PT, AUC, MJA (F), Apontamentos de mercês régias e índices de títulos do cartório (SR), caixa 9 (UI). Cota: III-I^a-D-15-1-27.

²²⁹ Mais do que um índice, este livro configura-se praticamente como um catálogo do cartório, já que é constituído por uma relação de breves sumários dos quais, regra geral, constam as seguintes informações: localidade, tipologia documental, data de celebração, intervenientes e compensações.

²³⁰ Presumimos que poderiam pertencer a este grupo dois pergaminhos que, no decurso deste estudo, tivemos o privilégio de analisar; num consta uma escritura de venda, feita em 1488, através da qual a infanta D. Joana compra a Álvaro Fernandes e a sua mulher, Inês Lopes, "um chão que possuíam dentro da cerca do Convento

pergaminhos possui o convento"²³¹; e, por último, o quarto maço com a inscrição "escrituras e mais papéis de pouca importância"²³².

Do índice do livro ressalta uma aparente classificação híbrida. Começando por uma classificação ideológica – capelas e igrejas – (que, obrigatoriamente, tinham de ter a primazia, tratando-se de instituições regulares), é logo seguida por uma classificação topológica e, dentro desta, uma ordenação numérica (no caso dos pergaminhos) ou alfabética, pelo nome do prazo ou do “cabeça de casal”. Não sabemos, contudo, se este aparente sistema de classificação apenas traduz a sequência dos títulos no livro ou se, de algum modo, reflete a organização do cartório em si mesmo.

No referido livro, há ainda a seguinte anotação, que bem denuncia a importância atribuída aos documentos preservados no cartório: “Não convem que se tire titullo algum do cartório se não

de Jesus", entre outros bens e rendas (cota: VI-3^aD-M6-G4-4), bens que, de acordo com Moiteiro (2013, p. 14), "haveriam de integrar a casa monástica"; no outro, uma escritura da mesma tipologia documental, através da qual “Álvaro Fernandes, sapateiro, e Inês Lopes sua mulher, vendem à Infanta D. Joana um chão com nora de tirar água para a cêrca do Convento, e outro chão e rua ao longo da dita cêrca, datado de 1489 (cota: V-3^a D – M6-G4-3), ambos pertencentes à série documental com a referência: (PT, AUC, MJA (F), Escrituras de compra e venda (1400-1856) (SR).

Esta aparente "classificação", que revela algum critério de "avaliação" da importância que era atribuída aos documentos, não deixa de ser curiosa, na medida em que nos pode alertar para a importância capital do processo de "avaliação" dos documentos nos arquivos correntes. Extravassando largamente o âmbito da presente dissertação, não poderemos, contudo, deixar de atentar para este facto. Estes documentos, que à data se afiguravam de pouca importância, por já não constituírem prova de posse de bens, na atualidade são um verdadeiro manancial de informação preciosa para todos os que se dedicam ao estudo do mosteiro, da constituição do seu património, mas também do estudo da proteção Real de que gozou e das famílias dos seus benfeitores, entre muitas outras. Concluímos, desta feita, que os critérios de avaliação de documentos podem ser mutáveis no tempo (particularmente evidentes, quando transcorridos vários séculos); daí deverem ser definidos com o rigor científico de avaliação – de que dispomos na atualidade –, não vá uma série ser eliminada por perda de valor primário (probatório, jurídico, legal, etc.), esquecendo o precioso valor secundário (histórico, informacional, etc.).

²³¹ É bem provável que pertencessem a este grupo uns pergaminhos que atualmente se encontram no AUC e que, estando a sua proveniência associada ao MJA pela data da sua produção (1338, 1359, entre outras) ou conteúdo, em nada se reportam ao referido mosteiro. Ainda assim, ousamos alvitar duas hipóteses que possam justificar a sua pertença a este fundo: ou os pergaminhos estão associados à constituição do património do cenóbio (herança, propriedade de instituições que foram anexas ao mosteiro) ou – a que se nos afigura mais verosímil pela localização geográfica dos bens a que se reportam (Évora, por exemplo) – num momento em que os títulos tenham saído do cartório para cópia ou reconhecimento de propriedades ou por outra qualquer razão se tenham misturado com pergaminhos pertencentes aos dominicanos do Convento da Nossa Senhora da Misericórdia, costumeiros procuradores do MJA e, por lapso, se tenham juntado os pergaminhos dessa instituição aos do MJA. Esta hipótese ganha alento pela conhecida presença de, pelo menos, um dominicano de Évora no dito convento, Fr. Pedro Dias, que foi mestre da arte de iluminar das primeiras monjas, não excluindo, contudo, outras razões que só estudos mais aprofundados poderão trazer à luz.

²³² Deveria pertencer a um destes maços um pergaminho do séc. XV a “escritura de partilha entre os filhos menores de Martim Esteves Belorim, feita em 1468, que encontramos no AUC e que, no verso, numa letra cursiva, provavelmente num momento de classificação feita nos séculos XVIII - XIX, recebeu a seguinte anotação “Isto não se pode ler e nem eu me canso com tal, por ser cousa pertencente a Évora ou a seu distrito” e conclui com um expressivo, “Nada valle” (PT, AUC, MJA (F), Escrituras de demarcação, destrição e partilhas (1468-1742) (SR). Cota: VI-3^aD-M6-G2-2). Ou um outro do séc. XVI que, no verso, a duas mãos, por altura de outras tantas tentativas de leitura tem inscrito: “Isto ñe año, ñe mes, ñe dia, ñe era tem, ñe eu ho entendo” e, na linha abaixo, a outra mão, continua “nem eu me canso com elle porque he trabalho inútil.” (PT, AUC, MJA (F). Aforamentos, arrendamentos e empraçamentos (1338-1865) (SR). Cota: VI-3^aD-M6-G1-1). Mas, contrariamente à análise feita, este “Instrumento de aforamento” seria de tal modo importante que voltou a ser transcrito, para um livro de escrituras diversas que tem a cota: III-1^aD-14-5-33, fl 444 v.º a 447.

por traslado²³³, com as circunstâncias que adverte a provisão (...) e no caso que seja preciso apresentar o próprio deve ficar memória no cartório – dia, mês e ano em que se tirou – dizendo qual papel é, a qual causa se juntou e quem é o escrivão dela e, quando se tornar a receber, por verba à margem, dando memória de como fica no seu lugar”²³⁴.

Apesar deste zelo evidente, e como menciona Gomes (2007) para instituições congêneres, a perda de livros ocorria frequentemente, motivada por “[a]cidentes naturais, condições de guarda excessivamente húmidas, mau acondicionamento dos volumes, exposição a roedores e outros bibliófagos, incêndios e inundações” (p. 189), bem como por situações de guerras, perda²³⁵ ou extravio, decorrentes de empréstimos não recuperados, mudanças, entre outros. Mais adiante, o mesmo autor refere, ainda, que alguma documentação apenas se conservava “graças a sucessivas campanhas de cópias dos actos originais²³⁶, quando se procurava acautelar manuseamentos indevidos, de perdas involuntárias” ou pela imperiosa necessidade de substituição decorrente da “deterioração natural” (Gomes, 2007, p. 243).

Este cartório regista sucessivas campanhas dessa natureza, sempre que a dispersão dos documentos ou o seu mau estado faziam perigar a manutenção de herdades ou privilégios ou minguar a cobrança de foros ou outras razões. Na documentação identificamos, pelo menos, cinco momentos distintos, ora pela cópia fiel dos títulos, ora, como sucede em 1685²³⁷, pela reunião dos

²³³ Certamente em resposta a petição feita pela priora e “mais governo” do mosteiro, D. João V, por alvará de 27 de setembro de 1746, havia ordenado que os títulos e documentos que se tirassem do cartório, por certidão, valessem como se fossem os próprios originais, de acordo com anotação feita num documento intitulado: “Notícias antigas de vários Reis de que fizeram mercê a este convento e compras que fizeram a várias pessoas” (PT, AUC, MJA (F). Apontamentos de mercês régias e índices de títulos do cartório (1461-819) (SR), caixa 9 (UI). Cota antiga: III-I^aD-15-1-29, cota atual: III-I^aD-15-1-27.

²³⁴ PT, AUC, MJA (F), Apontamentos de mercês régias e índices de títulos do cartório (SR), caixa 9 (UI), fl. 3. Cota: III-I^aD-15-1-27.

²³⁵ A propósito de uma situação de perda, na documentação encontramos a cópia de uma “Escritura de declaração da verdade”, cujo original é datado de 30 de abril de 1474, redigida para acautelar quaisquer dúvidas que pudessem sobrevir, pela qual é confirmada a venda de parte da quinta de Ouca ao falecido marido de D. Brites Leitoa, sendo justificada a execução da citada escritura nos seguintes termos: “[porque] que não mantinha dúvida acerca da dita venda [porém] não achava a escritura que fora feita”. PT-AUC-MJA (F), Confissões e declarações (1477-1625) (SR), caixa 10 (UI). Cota antiga: III-I^aD-15-1-29, cota atual: III-I^aD-15-1-28.

²³⁶ São disso exemplos as campanhas levadas a efeito pela priora Ângela do Sacramento, por volta de 1705, definindo no auto de abertura para “meterem no tombo todas as propriedades que pagam noveas ao dito convento sem foro algum” (PT, AUC, MJA (F) Tombos e documentos de preparação (1641-1790) (SR). Cota: III-I^aD-14-4-44), ou da priora Arcângela Maria do Baptista, cerca de meio século depois, de que resultaram alguns Tombos das localidades onde detinham propriedades de vulto. No AUC há 15 tombos deste priorado.

²³⁷ A prova documental desta iniciativa encontra-se num livro que foi intitulado “Livro 6^o dos prazos”, que tem inscrito na portada: “Jesus ¶ Sexto livro dos prazos e diverssas escrituras, que se achãrão soltas, neste anno de [1]685 ese puseram neste tomo, p^a se não perderê, como as que ate apresente faltas e p^a serem citadas por folhas como se acharã nos L.^{os} da arrecadação; que sem titulo valem pouco; pois nem com elle se pode arrecadar tudo sem justissa.” E acrescentam, ainda, os “pergaminhos de prazos antigos, títulos, doações das igrejas e padrões dos juroes que se não podiam encadernar estão no cartório do mosteiro em maços, com números e hum caderno como alfabeto [índice] que por ele se podem achar facilmente tudo o que há no cartório.” PT, AUC, MJA (F), Livros de escrituras diversas (SR), (1474-1808) (UI). Cota: III-I^aD-14-5-36. Estes livros, intitulados “Livros de Prazos”, que, no seu todo, fizeram parte de um mesmo “projeto” de preservação da memória, encerram no seu interior documentos das mais diversas tipologias documentais. Além dos prazos, que serão a tipologia predominante, encontramos alvarás régios, autos de posse, autos de reconhecimento,

"títulos soltos" em livros, ora, ainda, pela elaboração de reconhecimento e nova demarcação das propriedades e dos deveres e obrigações dos rendeiros; mas outros nos escaparam, com toda a certeza. No verso dos pergaminhos, por exemplo, encontramos diversas anotações que indiciam esse facto. Além da inscrição "traslado"²³⁸ encontramos, ainda, sucessivas numerações de diversas épocas, letras, tintas e punhos, provavelmente associadas a outros tantos arrolamentos ou processos de classificação. Encontramos ainda a inscrição de vários sumários, além do coevo ao próprio título, numa tentativa constante de tornar perceptível e acessível à leitura o que a memória, só por si, não conseguia preservar. A prova deste facto está bem patente no local escolhido para a inscrição do sumário de cada época, ora numa dobra, ora na outra, expondo para o exterior o sumário legível que lhe correspondia.

Como refere Gomes (2007, p. 254), os cartórios assumiam-se, pois, como "espaços de garantia de preservação dos espécimes, da memória dos factos e das acções que cumpria nunca esquecer".

Apesar da dispersão a que já aludimos, o cartório parece deixar antever alguma modéstia²³⁹. Contudo, a necessidade de sustento da comunidade e o apoio financeiro de que necessitavam para as obras de caridade impunham uma administração patrimonial e financeira diligente e rigorosa, função desempenhada em conjunto pela celeireira e pela escritã, sendo, a partir de 20 de outubro de 1696, esta última auxiliada pelo escrivão privativo, que tinha como função primordial lançar escrituras novas nos livros.

breves, cartas de arrematação, cartas, régias (ex: carta de D. Afonso V, datada de 1477, autêntica), cartas testemunháveis (a respeito de documentos falsos), concertos, correspondência, declarações de louvados, doações, escrituras de agravo, escrituras de compra e venda, escrituras de dote, escrituras de encabeçamento, escrituras de obrigação, escrituras de posse, escrituras de trespassação, inquirições de testemunhas, notificações de apresentação, procurações, provisões régias, quitações, reconhecimentos, sentenças, testamentos, entre outras. Encontramos, também, instrumentos secundários ou de descrição, como sendo cadernos com a transcrição de diversos títulos. No que respeita à tradição, estes livros são constituídos por documentos autênticos, certidões, públicas formas ou simples cópias sem valor jurídico, mas todos com subido valor informacional. Alguns destes documentos são atos simples e outros compostos, como é o caso dos processos de pedido e emissão de certidão autêntica de documentos da mais diversa tipologia. São ainda visíveis em alguns documentos as marcas de dobragens próprias da época em que se encontravam "soltos" no cartório, bem como de um sumário inscrito numa das faces exteriores da dobragem do documento, indiciando as preocupações inerentes à expedita recuperação da informação. Curiosamente, este projeto, ter-se-á prolongado pelos anos subsequentes, facto comprovado pela presença de títulos de data posterior.

²³⁸ Não se trata de um documento traslado já que a escrita é de época muito posterior à do próprio documento que, frequentemente, até mantém indícios da sua autenticidade e originalidade; é, isso sim, a anotação dando conta de que o documento já foi transcrito em algum destes momentos de tombamento de originais.

²³⁹ Não pretendo daqui tirar nenhuma outra conclusão que não seja a carência de recursos do mosteiro – pelo menos em alguns períodos menos prósperos – este foi, entre os das diversas instituições monásticas e conventuais que tivemos oportunidade de organizar, o primeiro fundo em que, com frequência, surgiram declarações de pedido de dinheiro a terceiros e recibos de pagamento de dívidas contraídas, em oposição a outros que, mesmo com votos de pobreza, assentavam parte substancial da sua economia em empréstimo de dinheiro a juros. Aliás, esta forma de vida parcimoniosa era extensiva aos hábitos alimentares das monjas, referidos por Maria José Azevedo Santos (1998, p. 146), a partir da transcrição da crónica feita por Margarida Pinheiro.

Assim como existiu o cartório, também existiu uma biblioteca, já que, como refere Gomes (2007, p. 187), "elas eram comuns em todos os cenóbios para apoiar a formação espiritual dos religiosos", acompanhar os ofícios litúrgicos e cumprir com elevação o lema da Ordem de São Domingos – "Contemplar e dar aos outros o que foi contemplado"²⁴⁰. Assim sucedeu desde os alvares do MJA. Passados os primeiros tempos, em que "tudo escasseava" (MA, 1999, p. 19), logo a biblioteca se começaria a constituir, crescendo ao ritmo da produção interna²⁴¹, da oferta de benfeitores, ou, ainda, pela entrada de monjas que traziam consigo os seus livros²⁴², ou os encomendavam, como os que foram adquiridos pela filha do Rei Africano.

Uma vez mais, é por intermédio da Crónica que ficamos a saber que, por altura da morte da Infanta Joana (1490), já existia²⁴³ a "casa da lyvraria" (Madahil, 1939, p. 163) e a sua diversidade e dimensão deduzem-se pelas palavras da própria Infanta: "[f]yca vos muita e boa lyvraria cõ que poderees tomar cõssollacõ e prazer spirtual" inscritas na mesma Crónica (Madahil, 1939, citado por Sobral, 2007, p. 172).

Sabemos também que, *ab inicio*²⁴⁴ ou muito próxima da fundação, o cenóbio terá tido o seu próprio scriptorium, desde logo pelo conhecimento da existência dos processionários²⁴⁵ quatrocentistas, feitos no MJA pela copista "Isabel Luys"²⁴⁶, religiosa do Mosteiro, e pela "*Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana, Filha Del Rei Dom Afonso V*" – escrita pela "diligente irmã Margarida Pynheira" (Madahil, 1950, p. 282), o melhor testemunho do quotidiano daquele cenóbio, registado por quem viveu e presenciou o dia-a-dia da comunidade – que refere, em múltiplas passagens, a existência, utilização e produção de livros com diversos fins²⁴⁷.

²⁴⁰ Às monjas não competia a pregação – ao contrário dos monges, em que era o múnus principal desta ordem – mas não deixavam de divulgar "o que foi contemplado", através do exemplo de vida austera, da caridade para com os mais necessitados, da oração, etc.

²⁴¹ A "produção de livros no mosteiro já se verificava em 1466" (Cardoso, 2013, p. 75).

²⁴² A título de exemplo, Moiteiro (2013, p. 178) faz referência à "livraria mui syngular" que D. Leonor de Meneses havia levado para Aveiro.

²⁴³ Após a extinção do mosteiro, à semelhança da grande maioria das instituições congéneres, a sua biblioteca foi dispersa por várias entidades, existindo atualmente dois núcleos principais: um que se encontra na Biblioteca Nacional, cujos códices iluminados até 1500 se encontram publicados em catálogo: (Cepeda & Ferreira, 1994, p. 17-26) e outro que se encontra no atual MA, igualmente publicado em catálogo (MA, 1999), havendo outros núcleos menos significativos, em quantidade, mas de igual riqueza documental.

²⁴⁴ Os livros eram de tal modo importantes para a comunidade que, ao entrarem como noviças, logo lhes era ensinado "que os lyvros . vestidos . E outras cousas do Mosteyro" deviam ser guardadas "cõ diligência", tal como previam as *Constituições* no capítulo "Das nouicas . E da sua insynãca" (Madahil, 1950, p. 302).

²⁴⁵ O processionário é um "coletário" que, regra geral, obedecia à seguinte estrutura: "preces - capitula - antiphonas - orationes - benedictiones" (Pierre-Marie Gy, citado por Gomes, 2007, p. 195). Mais adiante, este autor caracteriza-os como sendo "[c]ódices de dimensão reduzida, classificáveis como de bolso" (2007, p. 224), já que seriam destinados a acompanhar os ofícios litúrgicos, nomeadamente as procissões à volta do claustro.

²⁴⁶ Seguindo de perto Cardoso (2013, p. 74), no MA há oito processionários cuja cópia está associada à monja Isabel Luís, uns por estarem identificados pela copista – "screveu Isabel Luys" – e os outros por evidenciarem pertencer ao mesmo projeto codicológico dos primeiros. Porém, um deles, em letra gótica, destaca-se pelo aparato e "grande esmero e solenidade de execução" (Santos, 2000, p. 101), encontrando-se a evidente razão desse facto no *ex-libris* "da Madre prioresa". Além de copista, Isabel Luys exerceu também funções de mestre das noviças.

²⁴⁷ Além destes livros, no Museu de Aveiro, pertencentes ao extinto Mosteiro de Jesus, existem, ainda, os seguintes títulos: saltério, antifonário, gradual, "Ordem de São Domingos (forma de lançar o hábito das

A própria origem social de grande parte das ingressas – aristocracia, embora de diversos graus – e o relacionamento que a comunidade manteve com as elites políticas, sociais e culturais, incluindo a corte, não admitem quaisquer dúvidas quanto à capacidade para a leitura e aos gostos requintados, para a época, de grande parte das professoras, nomeadamente na fase inicial da vida comunitária. Moiteiro (2013, p. 41) refere:

“um conjunto de materiais escritos, recebidos e criados no interior do Mosteiro de Jesus, como suportes de uma estratégia identitária, capaz de produzir e definir a própria comunidade. Nesta aceção, as dominicanas de Aveiro formam uma comunidade textual. Recorrem a suportes textuais de natureza ao mesmo tempo normativa e memorialística para se reconhecerem enquanto sociedade, agregando-se em torno de um corpo de valores que as vinculam, via memória, à comunidade pretérita, criando uma identidade que funciona como alicerce e argamassa do edifício humano que habita o espaço da clausura”.

Ou seja: a existência e produção de materiais escritos era condição *sine qua non* para a coesão e identidade de uma comunidade com estas características. Desconhecemos, contudo, se as funções que aqueles livros desempenhavam se destinavam exclusivamente a suprir as necessidades do Mosteiro ou se havia uma produção librária sistemática “que satisfiziam não apenas as suas necessidades como as dos próprios conventos dos frades menores, para além da procura dos benfeitores leigos”, comum em algumas comunidades religiosas, como refere Roest (2004), citado por Moiteiro (2013, p. 161).

Além destes, sabemos da existência de um missal²⁴⁸ e de vários breviários e antifonários (próprios da missa temporal e sazonal), dos finais do século XV a XVI, estes últimos atualmente existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra²⁴⁹, que para ali foram trazidos aquando da extinção das instituições religiosas, por iniciativa de Alexandre Herculano.

Além dos que chegaram aos nossos dias ou ao nosso conhecimento, não deixaria de existir a Bíblia que “era verdadeiramente o livro indispensável em qualquer mosteiro” (Gomes, 2007, p. 202), mas de que não encontrámos a referência a qualquer exemplar. Ao invés de outras livrarias de extintos mosteiros de Aveiro, do MJA não chegou ao AUC nenhum livro ou documento que comprovasse a sua existência.

É este o contexto histórico e cultural – de indícios de um fomento da literacia adentro da comunidade das monjas do MJA – em que a documentação foi produzida.

Enriquecidos com estas informações, olhemos mais atentamente o que temos perante nós – os documentos.

monjas), “Orden dos Pregadores” – da copista Margarida Pinheira – entre outros, apenas para referir livros iluminados, copiados no mesmo século da fundação. Ao todo, na posse do MA, há uma “coleção constituída por 155 títulos” (MA, 1999, p. 19), entre manuscritos e impressos, produzidos entre 1519 a 1796, que outrora foram parte integrante da livraria do MJA.

²⁴⁸ Este missal, datado de 1481, também foi copiado por Isabel Luís e está, atualmente, na Biblioteca Pública de Évora, com o código de referência: Col. Manizola, cód. 115. Muito provavelmente proveniente do *scriptorium* do MJA, por razões que desconhecemos surge nesta instituição como parte integrante de uma coleção, mas felizmente preservado e acessível à consulta e investigação.

²⁴⁹ Estes livros estão na Secção dos Reservados da referida Biblioteca e inscritos no respetivo catálogo.

4.3. A metodologia e proposta de organização da informação do fundo do MJA

Como já referimos, a abordagem à documentação de um fundo – especialmente a um que não tenha vindo diretamente do seu produtor e que, indubitavelmente, não se encontra já organizado de acordo com os critérios definidos pela entidade produtora – não pode (ou deve) ser feita sem muitas cautelas.

“Archivists not only attempt to acquire primary (or original) sources, or records, which are thus thought to have special (even unique) integrity as means of access to the past; they believe that providing information about the records’ origin and respecting the original order of their creation are essential to ensure that archiving is a neutral means of communication of the recorded past” (Nesmith, 2002, P. 27)²⁵⁰.

4.3.1. A identificação da documentação

Este procedimento, por ser primordial no tratamento documental, é de capital importância para todo o processo de organização e comunicação da informação. A identificação²⁵¹ não é mais que a análise interna e externa dos documentos, de modo a “recolher” os elementos para registo na folha de recolha de dados (FRD),²⁵² possibilitando a inequívoca identificação, compreensão e recuperação da unidade arquivística que está a ser descrita²⁵³ (figura 1).

²⁵⁰ “Os arquivistas não só tentam aceder a fontes primárias (ou originais), ou documentos de arquivo, que são, portanto, pensados para ter especial integridade (mesmo única) como meios de acesso ao passado; eles acreditam que o fornecimento de informação sobre a origem dos documentos de arquivo e o respeito pela ordem original da sua produção são essenciais para garantir que o arquivamento é um meio neutro de comunicação do passado registado” [tradução nossa].

²⁵¹ Cf. Nota 69.

²⁵² Folha de Recolha de Dados (FRD) – Este é um dos modelos proposto pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, disponíveis em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/informacoes-uteis/formularios/>. Dependendo do nível de descrição e da política da instituição, a folha pode ser adaptada a um número variável de campos – recomendando-se, pelo menos, os campos de preenchimento obrigatório, aconselhados pelas ODA (Portugal. DGARQ, 2007) para o correspondente nível de descrição.

²⁵³ Almeida (2007), citado por Rodrigues, 2012, p. 20) apresenta-nos a proposta de uma "Ficha de Identificação de Tipo Documental" que, apesar de estar vocacionada para as fases ativas do processo de gestão documental, também poderá ser utilizada em arquivos definitivos, prescindindo dos campos relativos à avaliação e seleção, nomeadamente prazos de arquivamento e destino final. A configuração da ficha permite uma identificação da estrutura orgânica e funcional da entidade produtora do fundo, auxiliando o entendimento do documento de arquivo como um todo orgânico.

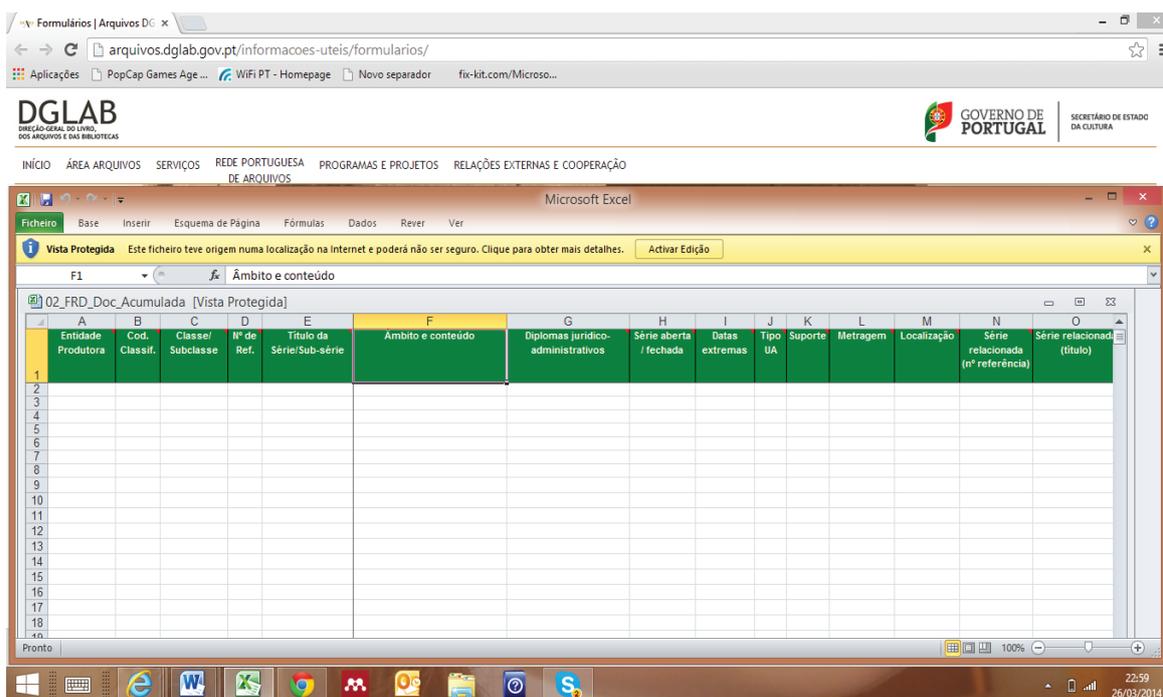


Figura 4: Vista (parcial) de Folha de Recolha de Dados (FRD)²⁵⁴.

A análise documental é, pois, o “conjunto de operações necessárias para extrair a informação contida nos documentos e acondicioná-la para facilitar o seu armazenamento e a sua recuperação posterior” (Álvarez Osorio, 1988, citado por Bonal Zazo, 2001, p. 161) [tradução nossa], operações, *grosso modo*, semelhantes às adotadas em biblioteconomia e documentação²⁵⁵.

De acordo com Rodríguez (2011, p. 70), a identificação tipológica processa-se em cinco passos consecutivos, a saber:

- 1º - Determinação da origem / proveniência;
- 2º - Vinculação do documento à competência e às funções da instituição que criou ou acumulou o fundo;
- 3º - Associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- 4º - Identificação da especificidade e da unicidade do documento que materializa uma ação única e irrepetível;
- 5º - Determinação da datação, de modo a identificar o tempo em que a função foi exercida mas, também, posicionar os documentos relativamente aos seus congéneres.

Tal como salienta Rodrigues (2006, p. 108), o “documento corporifica a ação e, portanto, o que o identifica é a ação que o gerou” e esta é uma das razões pelas quais, especialmente nesta fase, sobrevém a necessidade de o arquivista deter um background cultural sólido, verdadeiramente transdisciplinar. A análise documental em arquivos definitivos é alicerçada em conhecimentos do

²⁵⁴ Fonte: DGLAB.

²⁵⁵ Porém, como adverte Cunningham (2007, p. 77), nunca devemos esquecer que “[o] que distingue os arquivos de outras formas de informação é que [o] seu significado e valor derivam de sua proveniência” e da organicidade da sua informação.

domínio de outras ciências, nomeadamente a Diplomática²⁵⁶, a Paleografia²⁵⁷, mas também o Direito²⁵⁸, entre outras,²⁵⁹ para poder proceder à análise tipológica, averiguando as relações que o documento estabelece com as atividades institucionais e pessoais, como refere (Bellotto, 2002, p. 21).

Bonal Zazo (2001, p. 162) menciona a existência de várias classificações, começando por referir a grande divisão tradicional: a análise física ou formal e a análise do conteúdo exposto (assuntos, temas, matérias...), havendo outras correntes que chegam a subdividir a análise em quatro tipos distintos²⁶⁰, acrescentando às já referidas a análise contextual e a análise externa. Bellotto (2002, p. 19), por seu turno, sugere a análise documental de cinco elementos: “proveniência; relação com a atividade que o gerou; tipo documental; conteúdo; datação”. E, mais adiante, citando Delmas (1996), refere:

“o conjunto dos elementos externos e internos é o que dá ao documento – seja aquele sobre papel, seja o eletrónico – o aspecto que corresponde à sua natureza diplomática e jurídica, isto é, à sua função, segundo as regras e os usos da instituição que o estabelece.” (Bellotto, 2002, pp. 24-25).

Sabendo agora o que devemos identificar nos documentos, relembremos o conceito de arquivo, apresentado por Silva (1999, p. 10): um “conjunto orgânico de documentos produzidos por uma entidade pública ou privada, colectiva ou singular” (sublinhemos, por **uma** entidade); essa entidade, única, dá-nos a proveniência²⁶¹ dos documentos. Identificamos, deste modo, o produtor, isolando os documentos dos demais que pertençam a outros produtores.

Concluimos que é, portanto, fundamental saber a proveniência dos documentos para os entender na sua génese e para que, relacionando-os com os restantes documentos do mesmo fundo, ganhem valor informacional e espelhem a estrutura, a missão, as funções e as atividades desenvolvidas pela entidade que os produziram. Como refere Cunningham (2007, p. 77), “[s]e não se sabe a proveniência de um documento, então o documento não pode ser mais do que uma fonte descontextualizada de informação”. Assim, sendo tão importante, deveremos começar, desde logo, por determiná-la.

Regra geral, a proveniência é uma das informações mais fáceis de reconhecer. Habitualmente está expressa nos cabeçalhos dos documentos timbrados, ou em rodapé, ou no carimbo de registo de entrada ou, ainda, nos metadados associados aos documentos eletrónicos. Referimo-nos, concretamente, aos documentos contemporâneos. Porém, os documentos que temos em mão remontam aos séculos XV a XIX, não sendo frequente encontrar os elementos referidos. Perante a

²⁵⁶ Para compreender a estrutura formal do documento.

²⁵⁷ Para conseguir ler e entender a escrita de documentos antigos.

²⁵⁸ Nomeadamente na análise de documentação jurídica, normativa e legislativa.

²⁵⁹ Conhecimentos de administração, gestão, ciências sociais e humanas, entre outras, em estrita colaboração mas/e sem qualquer subserviência.

²⁶⁰ A análise consentânea com as normas do CIA.

²⁶¹ Para Rousseau e Couture, este é, apenas, o 1º grau do princípio da proveniência, por permitir “isolar e circunscrever” as unidades constituintes de um fundo (1998, p. 83).

sua ausência, deveremos procurar a intitulação do documento ("Eu, madre priora e..."), o nome "das partes configurantes no acto" (Gomes, 2002, p. 486), quer seja administrativo ou jurídico, o selo de validação dos documentos, as marcas de autoridade, como a assinatura, o nome a quem é dirigido o documento, as propriedades/lugares a que faz menção, entre outros mais ou menos explícitos²⁶².

Ao analisarmos a documentação que constava da lista atribuída ao MJA, identificámos, através do método anteriormente descrito, não uma mas várias entidades produtoras de documentação: o MJA, o Convento da Madre de Deus de Sá, o Convento de Nossa Senhora da Misericórdia, também de Aveiro, a Comenda de São Tiago do Lobão e o Convento de Santo António do Porto, sem que tivéssemos identificado qualquer tipo de relação com o fundo do MJA; e da Repartição da Fazenda do distrito de Aveiro, dos quais apenas um poderia ter alguma relação com o mosteiro. Muito provavelmente, terão sido indevidamente reunidos quando foram integrados na Fazenda, após a extinção destas instituições. Como recomendam Müller, Feith e Fruin (1973, p. 29) "os vários arquivos colocados num repositório devem ser cuidadosamente separados" e descritos separadamente, em estrito cumprimento do princípio da proveniência. Foi o que começámos por fazer.

Ainda assim, questionámos se o documento da Repartição da Fazenda, com alguma relação com o MJA, não poderia ter sido recebido por esta entidade no decurso das suas atividades, constituindo, desse modo, parte integrante do fundo. Contudo a resposta foi negativa, pelas razões que expomos em seguida:

1^a – Foi assinado pelo escrivão da Fazenda de Vagos, razão ainda insuficiente já que podia ter sido recebido pelo MJA;

2^a – Tem data posterior à extinção do Mosteiro, sendo esta já uma razão assaz suficiente para a conclusão extraída;

3^a – Foi, naturalmente, elaborado para materializar a atividade desenvolvida pelo escrivão no cumprimento da sua função de controlo e administração dos bens móveis e imóveis do "Extinto Mosteiro"²⁶³.

²⁶² Por vezes, perante a inexistência, no códice ou no documento, de elementos que, inequivocamente, identifiquem a proveniência, esta só é identificada em associação a outros documentos relativos ao mesmo ato ou ao mesmo fundo, confirmada por outros elementos, como sendo os de natureza codicológica, tais como: a regragem (dimensão, técnica e sistema - ponta seca, plumbagina e tinta), "as proporções entre a base e a altura em relação à empaginação ou *mise en page*" (Gomes, 2007, p. 224), o número de colunas, a forma de união dos cadernos e dimensão dos códices, verificação da regra de Gregory (Caspar Renatus Gregory), características particulares da grafia, marcas de água de identificação do fabricante do papel, tintas usadas, iconografia; ou, ainda, aspetos de natureza diplomática, tais como: formulário, invocação, forma de validação, fecho, entre outros.

²⁶³ Inventário dos documentos encontrados na "Quinta das freiras de Ouca". Cota antiga: III-1^aD-14-5-49, cota atual: III-1^aD-15-3-50, integrado no fundo da Direção de Finanças de Aveiro (F). A documentação relativa ao processo de extinção do MJA é muito escassa comparativamente com a de outras instituições similares, não tendo sido localizados os tradicionais e consecutivos inventários de bens com a descrição dos objetos encontrados nas dependências do mosteiro que, frequentemente, servem de fonte documental para a reconstrução da arquitetura do cenóbio, nem a relação exaustiva da documentação existente no cartório, o

Concluímos, desta feita, que há documentação da Fazenda que está relacionada²⁶⁴ com o MJA, mas pertence ao fundo da Direção de Finanças de Aveiro, em respeito pelo princípio da proveniência.

Dissipadas todas as dúvidas e definida, inequivocamente, a proveniência dos documentos, damos por concluída aquela que Mendo Carmona (2004) designa como a primeira fase do método de análise – “a identificação do organismo produtor do fundo documental” (p. 42) [tradução nossa].

Esta foi a primeira operação de divisão do núcleo documental – a autonomização do MJA como entidade produtora; a restante documentação foi (re)integrada nos respetivos fundos. Como recomendam Pérez Ortiz e Vivas Moreno (2009, p. 38), “no caso de concentração de arquivos conventuais noutros Arquivos, o quadro de organização da entidade recetora deveria incluir, em separado, os quadros de classificação dos diferentes conventos ali custodiados” [tradução nossa]. É o que iremos fazer, começando pelo MJA.

Pelo exposto, podemos, desde já, alertar para algumas precauções a ter no tratamento documental, a saber:

1ª – O facto de a documentação ser entregue ao arquivista como pertencendo a um único produtor não o exime do dever de confirmar a proveniência dos documentos, até porque – ditam a nossa prudência e experiência – com regularidade, aquela não foi organizada de acordo com os atuais princípios arquivísticos,²⁶⁵ pelo que não respeita, sequer, o princípio basilar da proveniência.

2ª – Os documentos devem ser examinados metodologicamente – analisando, avaliando, questionando, pondo em causa as primeiras evidências, verificando todos os aspetos relevantes à sua inequívoca identificação. Num processo em tudo semelhante ao método científico – em que só partindo de premissas verdadeiras se podem atingir resultados verdadeiros – também só a seriedade e a cientificidade na análise dos documentos podem garantir o sucesso das fases subsequentes da organização e descrição da informação.

Indo ao encontro da convicção de Ribeiro (1996, p. 13) e de vários outros autores, “[a] proveniência é, portanto, o elemento mais importante a identificar num conjunto de documentos, pois é com base nela que se estruturam e organizam os fundos arquivísticos.” E esta é a essência do princípio do respeito pelos fundos.

Concluímos, desta feita, que a determinação da proveniência pode constituir mais uma das já muitas dificuldades a enfrentar pelo arquivista.

Conhecida a proveniência dos documentos e a história administrativa do produtor, o ideal seria identificar (no organograma, nos documentos normativos e na própria organização da

que permite saber, de forma inequívoca, a real dimensão da documentação perdida, quando a comparamos com a documentação ora existente.

²⁶⁴ Neste caso concreto, estamos perante uma relação “genérica”, de acordo com as tipologias propostas nas ODA (Portugal. DGARQ, 2007, p. 115).

²⁶⁵ Frequentemente, a documentação não era organizada por profissionais de arquivo ou estes respeitavam outros princípios/metodologias em voga na época, como Erdmann (1927) bem evidencia no seu estudo.

documentação) a estrutura orgânica e funcional²⁶⁶ que nos permitisse reconhecer, sem equívocos, o(s) órgão(s) que a entidade produtora do fundo tinha para dar cumprimento à sua missão e, por seu turno, saber a(s) função(ões) que cada órgão teria atribuída(s) e através do exercício de que atividades²⁶⁷ se concretizavam. E, por último, identificar qual era a prova testemunhal da realização/cumprimento das funções – que, produzidas natural e continuamente, constituíam as séries documentais. Como refere Duranti (1994a, pp. 54-55), “[o]s registos [isto é, os documentos] conferem transparência às ações”.

Mas, neste caso em concreto, tal não é inteiramente possível²⁶⁸.

O desmembramento do fundo, a praticamente inexistência de séries com funções-fim²⁶⁹, a escassez de documentos normativos, a fragmentação das séries remanescentes e a completa desorganização em que a documentação chegou até nós apenas nos permitem vislumbrar uma estrutura orgânica muito elementar²⁷⁰. Aliás, estas estruturas eram as mais comuns neste tipo de instituições, onde as funções eram desempenhadas por pessoas que se iam sucedendo no exercício dos diversos ofícios. Tal como já antes referimos a respeito do “governo” do mosteiro, identificamos, em alguns documentos²⁷¹, alguns desses “ofícios próprios de uma comunidade feminina” (Gomes, 2010, p. 69), tais como: a priora, a subpriora, a procuradora, a “seleireira”, a depositária²⁷² e a síndica.

²⁶⁶ Perante a completa desorganização, a fragmentação e a impossibilidade de reconstituir a estrutura orgânica do fundo – alguns autores alegam, inclusivamente, tratar-se de um artificialismo intelectual criar uma estrutura “orgânico-funcional” já que, à data, tão pouco existia essa estrutura – com regularidade a análise processa-se apenas a dois níveis: fundo e séries documentais. Essa é a classificação mais frequente que encontramos nas descrições de fundos de instituições religiosas extintas (Fundos fechados), como a que analisamos, e é a mais utilizada na instituição que custodia o fundo em estudo. Ainda assim, tentaremos identificar, se a documentação o transmitir, uma estrutura com os três níveis de análise, como propõe Bellotto (2004a): fundo, secções e séries.

²⁶⁷ As atividades podem subdividir-se em tarefas ou fases de tramitação.

²⁶⁸ Relembramos que esta instituição não tinha organograma (existindo, apenas um genérico para as casas da OP) e a documentação não veio acompanhada de um documento que espelhe a estrutura nem, tão pouco, os órgãos, funções ou as séries que produziram.

²⁶⁹ No fundo identificamos, apenas, duas séries com funções-fim – Breve de admissão de educandas (1695) e Bulas, breves e cartas apostólicas (1477-1652) – associadas ao cumprimento da função “Administração eclesiástica”, documentos produzidos por papas, mestres-gerais, bispos ou outra autoridade eclesiástica e que eram recebidos no mosteiro e preservados para que se cumprisse o que aí viesse determinado.

²⁷⁰ Relembramos que a (re)constituição desta estrutura foi essencialmente coligida a partir do único documento normativo que chegou ao nosso conhecimento – as *Constituições* – e por fontes indiretas, havendo fundada probabilidade de não corresponder, na íntegra, à realidade, que nos pode ter escapado até pelo desmembramento do fundo e consequente perda de organicidade.

²⁷¹ Estes “ofícios” aparecem recorrentemente referidos na série documental “procurações”, documento através do qual “a priora e as restantes religiosas do governo do mosteiro” concediam poderes a um frei da ordem de S. Domingos para que as representasse nos atos que se realizavam no exterior do cenóbio.

As procurações, e a sua transcrição em outras séries, permitem identificar a sucessão e/ou alternância de ocupação dos diversos cargos. As procurações originais que estão neste fundo têm, praticamente todas, um selo em papel laboriosamente recortado e colado com uma pasta de farinha, em tom rosa, alguns bastante danificados com galerias, pela ação de agentes biológicos (muito provavelmente caruncho, pela morfologia). Além do selo que confere autenticidade ao documento, a originalidade das procurações está ainda confirmada pela assinatura autógrafa das responsáveis pelo exercício dos “ofícios” e de outras monjas.

²⁷² Nem o número nem os ofícios eram fixos, pelo que se deduz pela documentação que consultámos. Por vezes, surgem duas subprioras, duas depositárias, desaparecendo outros cargos ou, simplesmente, não

Em estrita observância das determinações superiores, zelavam pela manutenção da ordem interna e pela administração patrimonial e financeira do mosteiro, à qual estaria associada a acumulação/produção de algumas séries documentais, que exemplificamos com duas bem representativas: Sr.: bulas, breves e cartas apostólicas; Sr.: procurações, respetivamente. Há ofícios que estão bem descritos nas *Constituições*, trazidas até nós por Rocha Madahil, mas de que, na sua grande parte, não encontrámos ecos em séries documentais, muito provavelmente ou pela fragmentação do fundo ou pelo cumprimento da sua subfunção dispensar o registo escrito.

Podemos, desta feita, identificar duas fases distintas no que respeita à "estrutura funcional" do Mosteiro, que esquematizamos do seguinte modo (figura 2 e figura 3):

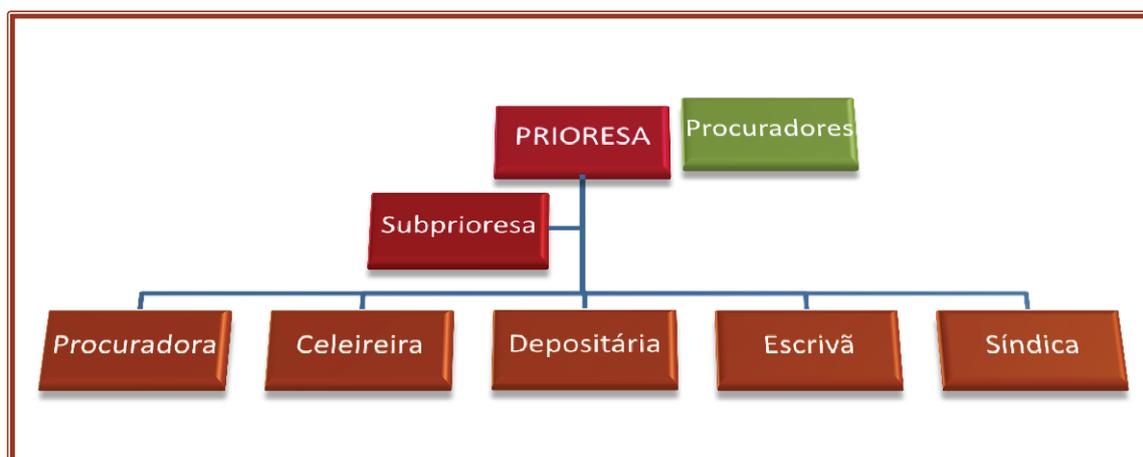


Figura 5: 1ª Fase (1461-1696) - Estrutura funcional do Mosteiro²⁷³.

Tal como observamos na figura 2, de acordo com o processo previsto nas "*Constituições*", os vários ofícios eram atribuídos a sucessivas monjas que, no seu conjunto, constituíam o único "órgão" de administração conventual, designado por "governo". Em última instância, toda a documentação terá sido produzida, recebida e acumulada pela priorosa e suas oficiais, de acordo com atividades desenvolvidas no cumprimento das respetivas funções. Os procuradores externos eram, regra geral, freis da ordem de S. Domingos, que representavam o governo do mosteiro, mediante procuração, nos atos "fora de portas" – devido ao condicionalismos da clausura – nomeadamente na celebração de escrituras, representação em atos judiciais, demarcação de propriedades, mas também de arrecadação de dízimos, foros ou outros rendimentos. Exerciam, ainda, a função de "conselheiros privados"²⁷⁴ da priorosa do mosteiro²⁷⁵, além de confessores, pregadores e orientadores espirituais.

surgindo referidos nos documentos. Porém, na nossa análise, não conseguimos apurar o móbil destas alterações.

²⁷³ Fonte: Elaboração própria.

²⁷⁴ Gomes, nos organogramas de representação da organização dos dominicanos (Ordem e mosteiro) faz referência à influência destes conselheiros em, praticamente, todos os níveis da hierarquia (1989, pp. 252 e 275).

²⁷⁵ Mesmo antes da instituição do mosteiro já os freis de S. Domingos exerciam a sua influência, aconselhando Brites Leitoa, como é patente nesta "notícia": "Esta quinta de Ouca foi o primeiro património deste Real

A partir de 1696, por “provisão por decreto especial”, datada de 20 de outubro, o “governo” passou a ser coadjuvado por mais dois agentes externos, um de apoio notarial e o outro judicial, passando a ter escrivão privativo e juiz (executor) privativo, este último desempenhado pelos Juízes de fora da vila de Aveiro²⁷⁶ (figura 3).

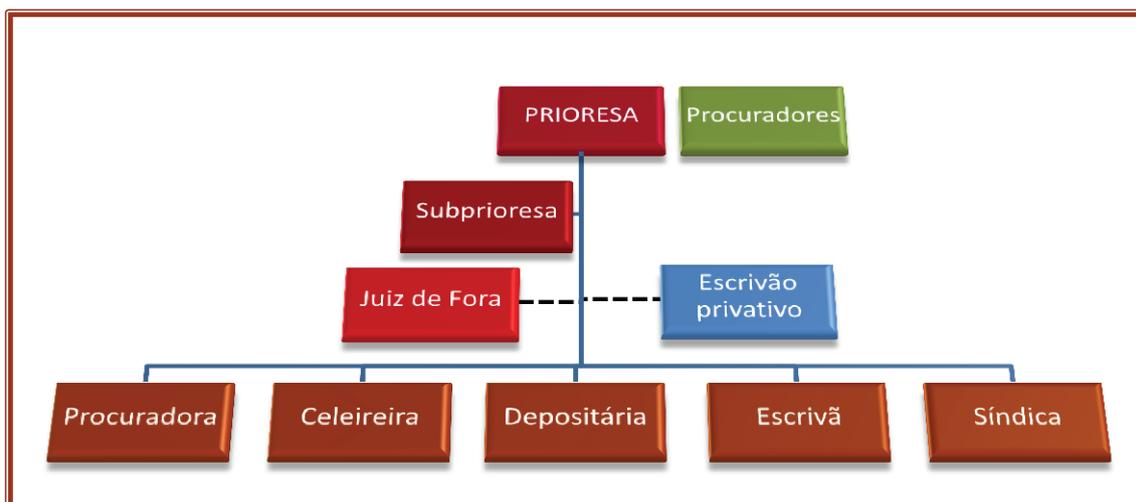


Figura 6: 2ª Fase (1696-1874) - Estrutura funcional do Mosteiro²⁷⁷.

Não pertencendo diretamente à estrutura funcional do mosteiro, eram parte integrante deste, enquanto colaboradores externos, sendo relativamente fácil associar-lhes algumas atividades, tais como a criação de “mecanismos de controlo da vida económica do mosteiro [os quais] impõe[m] a concretização de tombos onde são arrolados os bens imóveis, os foros e as rendas”²⁷⁸, no primeiro caso, e a administração patrimonial, materializada na produção e registo de diversas escrituras, no segundo. Porém, esta alteração não tem expressão na produção documental, dado que as funções já eram anteriormente cumpridas, apenas se evidenciando um aumento desta, o que pode indiciar o incremento do exercício destas atividades ou, apenas e só, a melhor conservação destes registos em detrimento de outros.

A recomposição da estrutura reveste-se de particular importância, na medida em que, ao reconstituirmos a hierarquia do fundo e a posição do documento nessa hierarquia, restabelecendo as relações existentes entre os documentos e a função exercida pelo seu produtor, estamos a honrar o princípio do respeito pela ordem original (estrutura interna), restituindo ao documento a sua razão de existir; como afirma Rodrigues (2006, p. 107), “[c]onsiderando-se o respeito à proveniência do

convento depois do falecimento de Diogo de Atayde marido da S^{ra} Brites Leitoa, e nella viverão até o falecimento do dito Diogo de Atayde, e depois por conselho do virtuoso Fr. João de Guimaraes veio a dita S.^{ra} com suas filhas (...) aonde fundou o convento (...)”. Sr.: Apontamentos de mercês régios e índices de títulos do cartório (1461-1819) inf.

²⁷⁶ PT, AUC, MJA (F), Alvarás, autorizações, mercês e provisões régios (1415-1834) (SR). Cx. 9 (UI). Cota: III-1^aD-15-1-27.

²⁷⁷ Fonte: Elaboração própria.

²⁷⁸ Por similitude com o que é referido por Gomes (2002, p. 485), relativamente a Santa Cruz ou, no dizer do autor, ao “Mosteiro coimbrão.”

conjunto documental e à ordem original (proveniência de cada documento) como imprescindíveis para o tratamento dos arquivos”. Freitas (2003, p. 51) e outros autores comungam deste pressuposto, ora pela manutenção da ordem original – quando o arquivo chega íntegro ao destino final –, ora pela sua (re)organização, de modo a “restabelecer, tanto quanto possível, a ordem original”, espelhando a estrutura funcional da entidade produtora preconizada no Manual dos Arquivistas holandeses²⁷⁹.

Neste estudo em concreto, porém, tal não é possível, na sua plenitude, pelas razões já aduzidas²⁸⁰. Assim, não conseguimos associar algumas séries documentais do fundo do MJA a algumas subfunções identificadas, sem risco de cometermos algum equívoco. Desta feita, cingimos a associação das séries apenas às funções primordiais exercidas pela priora e suas oficiais: Direção, Administração eclesiástica, Administração patrimonial e financeira e Justiça, até pela maior constância dessas funções²⁸¹ ao longo dos séculos de vida do MJA. A distribuição das séries pelos diversos ofícios poderia, ainda, por desconhecimento dos investigadores, ocasionar alguma sombra na recuperação da informação.

Nesta conformidade, é, pois, “evidente que a dispersão de documentos pode comprometer a inteligibilidade do arquivo” (Rodrigues, 2006, p. 107), a ponto de inviabilizar a sua (re)organização, mantendo-se a estrutura, a classificação e a ordenação dada pela entidade produtora.

Verificada, neste caso, a aplicabilidade dos princípios fundamentais da Arquivística – apesar de, como vimos, nem sempre estarem reunidas as condições indispensáveis à sua plena e ideal concretização, pelo que propugnamos por uma adaptação à realidade em causa como, de resto, é legítimo²⁸² – avancemos agora para outros aspetos da análise documental – a segunda fase, referida por Mendo Carmona (2004, p. 42) do seguinte modo: “a identificação centra-se na análise de cada uma das séries documentais geradas” [tradução nossa].

Definida a proveniência, as competências e as funções da entidade produtora do fundo, a tipologia documental deverá ser o seguinte aspeto a identificar, dada a sua grande relevância.

Começemos por definir o que se entende por tipologia documental.

²⁷⁹ Cf. Müller, Feith e Fruin (1973); os autores, no ponto 18, não deixam, contudo, de referir as circunstâncias em que este princípio pode cair.

²⁸⁰ Nomeadamente, a desorganização do fundo e posterior reorganização com fins fiscais, a escassez de documentos normativos e a própria exiguidade da documentação do fundo incorporada no AUC.

²⁸¹ Como salienta Silva (2013, p. 2), citando Cruz Mundet (2006), “a classificação baseada nas funções é claramente o critério mais estável”

²⁸² Esta inevitabilidade encontra ecos teóricos no Manual dos arquivistas holandeses (Müller, Feith & Fruin, 1973, p. 49), no seu ponto 17, ao referir que: “no arranjo do arquivo, portanto, urge, antes de mais nada, restabelecer quanto possível a ordem original”. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, “se deve dela distanciar”, apresentando, no ponto 18, as restritas circunstâncias que justificam esse afastamento. A este respeito, anos mais tarde, Duchein (1986) questiona-se sobre, “até que ponto o princípio do respeito aos fundos implica obediência à ordem original dos documentos (citado por Freitas, 2003, p. 54), considerando, mesmo, a sua restituição inoportuna nas situações em que esta tenha deixado inteiramente de existir, tal como, praticamente, sucedeu ao fundo do MJA.

De acordo com Heredia Herrera, tipologia documental “é a soma da tipologia diplomática e da tipologia jurídico-administrativa (...) formulário, características externas e informação (1991b, p. 56) [tradução nossa], e.g. auto de posse, bula, escritura de dote, inventário de bens imóveis, procuração, sentença, entre outros. Sousa (2006, p. 131), realçando o caráter orgânico da documentação, define-a como sendo "a configuração assumida pela espécie documental de acordo com a atividade que a gerou”.

Seguindo de perto Heredia Herrera (2011, p. 6), o documento é testemunho e prova de uma atividade efetuada por um indivíduo, no exercício das funções que lhe foram atribuídas pelo produtor do fundo. Produzidos um a um, com o passar do tempo, formam séries documentais, havendo séries constituídas por documentos simples (que contêm um só ato informacional) e outras por documentos compostos (reunião/sucessão de vários atos informacionais), e.g. alvarás e tomo, respetivamente. A tipologia deve, obrigatoriamente, ser determinada com rigor e exatidão já que, com grande frequência, a série documental é intitulada pela(s) tipologia(s) do(s) documento(s) e os títulos constituem os pontos de acesso privilegiados na recuperação da informação.

Desta análise resultou termos identificado 39 séries documentais remanescentes no fundo do MJA, representadas no quadro de classificação em conformidade com a função a que davam cumprimento, na altura da atividade do mosteiro.

Segue-se a fixação das datas como outro dos aspetos relevantes a analisar, já que este elemento é fundamental para concretizar o respeito pela ordem original e proporcionar a organicidade. É um dos elementos que não deve ficar por preencher em nenhum dos níveis de descrição. Ela é fundamental para entender a sequência dos acontecimentos e posicionar um documento relativamente ao outro, no que respeita à sua ordem de produção²⁸³. Quando está expressa, a data é um dos elementos mais facilmente localizáveis já que, regra geral, se posiciona no início, logo depois da invocação ou da identificação do documento, ou no final, dependendo do formulário adotado para cada tipo documental. Quando, por qualquer razão²⁸⁴, esta não é visível no documento, torna-se indispensável a sua datação crítica, mediante a determinação aproximada da data – à década ou, até mesmo, ao século –, tentando recolher informações indiretas a partir do documento, como são o tipo de escrita, a referência a um acontecimento de data conhecida ou a relação com outros documentos/ informações, pertencentes, ou não, ao mesmo fundo. Frequentemente, estimamos a data aproximada de um documento pelos limites temporais do cargo

²⁸³ Porém, nem sempre a data de produção será aquela a considerar para os fins de ordenação. A correspondência recebida, por exemplo, ao chegar ao destinatário é, regra geral, registada e aposto o carimbo de entrada, sendo esta a data a ter em conta, já que é a partir desta que o documento passa a existir para a instituição que o recebe. Quando este registo está ausente, considera-se, por defeito, a data de produção como data aproximada. Os processos com tramitações longas têm igualmente procedimentos distintos de registo da data: ou se considera a data do início do processo, ou de conclusão, ou ambas, sendo, neste caso, referidas como datas extremas. Cada série deve ser analisada de *per se*, assumindo particular relevância na gestão da documentação jurídica.

²⁸⁴ Pode ocorrer, entre outras razões, por esquecimento na inscrição, inelegibilidade do documento, tipo de documento, degradação do suporte.

exercido pelo seu autor ou algum dos seus intervenientes. São disso exemplo, os documentos régios, os papais ou os do exercício do cargo de priora²⁸⁵. Quando aproximada, a indicação *c. (circa)* antecede a data estipulada, devendo esta figurar dentro de parêntesis retos, dando conta de que se trata de uma informação que não está expressa no próprio documento mas que foi inferida²⁸⁶.

Quando as séries estão completas e os documentos estão ordenados cronologicamente, a data do documento mais antigo e a do mais recente dão-nos as datas extremas da série e indicam-nos o arco temporal em que determinada função foi desempenhada²⁸⁷. Tal não acontece em nenhuma das séries existentes neste fundo. Assim, referiremos as datas extremas de cada série, cientes de que estas podem não corresponder nem ao início nem ao termo do exercício da atividade que testemunharam. Correspondem tão-somente, no caso em apreço, à materialização das ações realizadas nas datas dos documentos que chegaram até nós.

Para obter a necessária normalização, a data deve ser inscrita no formato: ano, mês, dia, já que constitui o principal elemento ordenador²⁸⁸ em muitas séries.

Há, ainda, outras características dos documentos que deverão ser identificadas, e.g. a originalidade ou a tradição documental²⁸⁹.

O original é o documento que mais se aproxima da origem, quer da intenção subjacente à sua criação, quer da vontade do seu criador que o autenticou com assinatura autógrafa ou a rogo. Segundo Duranti (1994a, p. 61), o "original é dotado de três qualidades: é o primeiro, é completo e é efectivo". Uma vez mais, a Diplomática assume aqui um papel primordial, evidenciando as "interações" entre os documentos e as pessoas que os geraram, como materialização de ações. As cópias podem assumir diversos valores documentais, devendo este facto ser referido, de modo a que o utilizador avalie a pertinência, ou não, da consulta do documento, tendo em conta as suas

²⁸⁵ No caso do MJA, algumas prioras exerceram vários mandatos intercalados com o de outras, o que constitui uma limitação a este sistema de inferência de datação.

²⁸⁶ Cf. outros exemplos de representação de datas incertas inscritos nas ODA (Portugal. DGARQ, 2007, p. 53 e ss), bem como os diversos tipos de datas (produção; acumulação; entre outros).

²⁸⁷ Excetua-se os casos em que, por questões de simplificação ou de desburocratização, determinadas séries são substituídas por outras mais eficazes, do ponto de vista da gestão documental (produção, gestão), ainda que as funções se continuem a desempenhar. Neste caso, de acordo com a ISAD(G) (2002, p. 40), a descrição da série cessante deve ter, no campo da documentação associada, a série que lhe sucede, e vice versa, para que não haja qualquer perda de informação por parte de nenhum dos potenciais utilizadores.

²⁸⁸ Na redação do sumário de um documento, num catálogo, a data deve ser composta por dois elementos, o cronológico e o topográfico, separados por uma vírgula, com a seguinte sequência e grafia: ano, MÊS, dia, Local – Sumário. (Cf. Costa, 1993, pp. 19 e ss). Contudo, há que ter especial atenção ao sistema de datação, já que em "Portugal se usou o estilo de datação por Era Hispânica ou de César (38 anos avançada sobre o ano do nascimento de Cristo), reformando-se tal sistema por decreto de D. João I, datado de 22 de Agosto de 1422" (Gomes, 2001, p. 634) sendo, nestes casos, recomendável a conversão da data para a Era Cristã (Cf. Costa, 1993).

Na descrição arquivística, a inscrição da data deve ser feita de acordo com NP EN 28601: 1996 - Dados e formatos de troca. Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1996.

²⁸⁹ "Tradição documental – caracterização de um acto segundo a sua autenticidade ou originalidade, a partir da análise de elementos formais determinantes" (Portugal. DGARQ, 2007, p. 307).

expectativas. A tradição documental influencia, ainda, a determinação da data a constar da descrição do documento – a data da realização da cópia ou a data do documento original²⁹⁰.

Os documentos cuja proveniência está associada ao MJA inserem-se num arco temporal que vai de 1338 a 1873. Contudo, há que distinguir as datas²⁹¹ de “produção” das datas de “acumulação”, quando as primeiras não estão compreendidas dentro do período de existência da própria instituição descrita (24 de novembro de 1458 - 2 de março de 1874), como é o caso.

Perante este facto, logo nos questionámos relativamente à razão da existência de documentos de datas que extravasam a existência do produtor do fundo, podendo haver diversas explicações que, no momento de concretização da descrição, deverão de ser apuradas caso a caso²⁹².

Depois de ter a documentação inequivocamente identificada, entendido o contexto da sua criação ou receção, clarificadas as relações que se estabelecem entre os documentos e o seu produtor e as que se estabelecem entre os próprios documentos, aclarada a posição de cada documento na estrutura do fundo – garante do seu valor documental²⁹³ –, estão reunidas as condições necessárias à prossecução das fases subsequentes de organização e descrição da informação – que, na presente dissertação, se cingirá ao primeiro caso, com a apresentação da proposta do quadro de classificação²⁹⁴.

Como refere Duranti (1994a, p. 59), análise e descrição permitem “redescobrir a relação entre os documentos e os actos, eventos, procedimentos e processos dos quais resultam, isto é,

²⁹⁰ A este respeito (Cf. Portugal. DGARQ, 2007, p. 49): "Existem diferentes tipos de cópias (Cf. apêndice 2 - Glossário). Salienta-se que as cópias autênticas, de substituição e em pública, forma têm valor de originais e devem ser descritas enquanto tal. As cópias de consulta valem pelo conteúdo informativo da documentação que reproduzem, pelo que, quando se descreve documentação acessível num suporte alternativo para facilitar o acesso ou preservar os originais (fotocópia, fotografia, microfilme, digitalização), as datas pertinentes são as da documentação reproduzida".

Pelas naturais razões, os documentos identificados neste fundo são originais ou têm este valor.

²⁹¹ Cf. ISAD(G) (CIA, 2000, p. 23 e ss); ODA (Portugal. DGARQ, 2007, p. 48 e ss).

²⁹² Habitualmente esta situação pode ocorrer por diversas razões, nomeadamente:

- a) - documentos que foram juntos indevidamente, de outras proveniências ou por colecionismo – não havendo, nestes dois casos, qualquer tipo de relação com o fundo descrito;
- b) - documentos de constituição de património que servem de prova à legitimidade da posse de bens;
- c) - documentos pertencentes a instituições que foram anexadas ao produtor e que, conseqüentemente, trouxeram o seu próprio fundo;
- d) - documentos pertencentes ao arquivo pessoal/familiar de alguma noviça/monja que, ao entrar no mosteiro, os tenham trazido consigo;
- d) - documentos de gestão de património dos bens após a instituição ter sido extinta, sendo, nestes casos, considerada documentação relacionada com o fundo, por explicarem a presença de outros documentos do fundo, mas não lhe pertencendo.

As ODA (Portugal. DGARQ, 2007, p. 115) apresentam a tipificação das relações que se podem estabelecer entre documentos relacionados.

²⁹³ Seguindo Núñez Fernandez (1999b, p. 45), os valores documentais são: a autenticidade, o valor testemunhal e o valor informativo.

²⁹⁴ Referimo-nos, muito concretamente, aos arquivos definitivos e não aos correntes. Nestes últimos, “a metodologia de elaboração do plano de classificação” (que extravasa o âmbito desta dissertação) é substancialmente diferenciada, “já que não se trata de uma tentativa de uma aproximação ou reconstituição do passado, mas de um plano de ação decalcado no presente e virado para o futuro da organização” (Freitas, 2014, n.p.). Nestes casos, a mediação do gestor de informação deverá ser exercida, desde logo, no processo mais a montante da gestão documental – a produção.

entre os documentos e seu contexto operacional”. Apesar de a autora apontar esta necessidade de análise e descrição para os documentos eletrónicos, ela é também fundamental para a (re)organização de um fundo que sobreviveu às vicissitudes já aludidas.

4.3.2. A organização: classificação e ordenação

Como refere Mendo Carmona (2004, p. 45):

"Portanto, a identificação nas suas duas fases, análise do produtor e análises das séries geradas, permitem desenvolver todo o tratamento que hão de receber os documentos nas diferentes etapas do seu ciclo de vida. Portanto, o objetivo do método analítico arquivístico é múltiplo e suporta todo o tratamento documental posterior. (...) Organização: consiste em estabelecer a estrutura que corresponde ao fundo, uma vez feita a análise do mesmo. Compreende a classificação e a ordenação. A identificação possibilita a elaboração do quadro de classificação, elemento imprescindível da organização de um fundo” [tradução nossa].

4.3.2.1. A classificação

Tal como já anteriormente referimos, a classificação é um processo que se aplica a todo o fundo, agrupando os documentos em grandes classes; *grosso modo*, consiste em agrupar o que está relacionado e separar o que não está.

Este processo deve começar dos níveis de classificação superiores para os inferiores e ser aplicado a todos os níveis intelectuais, *i.e.* até ao nível da série e suas subdivisões.

Primeiramente, começámos por identificar e individualizar os documentos do fundo do MJA, separando-os dos documentos pertencentes a outros fundos²⁹⁵. Seguidamente, identificámos, o único “órgão” administrativo conhecido que foi responsável pela sua produção/acumulação – que já apresentámos anteriormente – constituído pela priorosa e mais religiosas incumbidas de “ofícios” específicos, definidos, alguns, nas *Constituições*. Cremos que, numa terminologia mais atual, poderíamos definir estes “ofícios” como sendo subfunções/atividades em que se subdividem as funções genericamente atribuídas à administração do mosteiro e que, em alguns casos particulares, materializavam o seu exercício em séries documentais, corroborando o que é afirmado por Silva (2013, p. 2), quando diz que “[t]endo por referência as funções, a classificação consiste em identificar e agrupar os documentos e a informação de âmbito arquivístico em classes e ou categorias de acordo com a estrutura funcional e respectivas subfunções ou actividades.” As classes são, portanto, fixadas no quadro com base nesta estrutura pré-identificada de funções.

Averiguemos, mediante a apresentação de alguns testemunhos documentais, a validade desta classificação intelectual proposta para o fundo do MJA.

A priorosa, a “pedra angular” do mosteiro, em estrita colaboração com as restantes oficiais do “governo”, teria a subida missão de manter a unidade da comunidade – o que pressupunha

²⁹⁵ Esta etapa não é frequente, apenas ocorrendo quando tiver havido uma indevida junção de diversos fundos, o que é de evitar, de todo.

garantir a harmonia interna indispensável ao cumprimento da missão da instituição e dos votos proferidos na ordenação, acima dos quais, a obediência – e as funções de direção da comunidade, dentro da observância, bem como de controlo da administração financeira e patrimonial dos bens do mosteiro. Em manifesta expressão de autoridade, a priora, representando as demais, materializava esse exercício de poder nas intitulações de petições dirigidas aos reis, nomeadamente solicitando e execução de Tombos de bens²⁹⁶, nas procurações que delegava, a terceiros, o seu poder de pôr e dispor dos bens do mosteiro²⁹⁷ e na defesa dos direitos e privilégios alcançados pela recolha e preservação de alvarás e provisões, que zelosamente seriam ordenados e preservados, a seu mando, pela monja que exercia o “ofício” de escritã²⁹⁸ no seu governo.

A "(...) priora do convento de Jesus de Aveiro, e as mais religiosas do governo"²⁹⁹ seriam ainda investidas das funções de "administração eclesiástica", nomeadamente na observância das diretrizes emanadas superiormente, tais como: as condições de entrada de educandas ou a obtenção de indulgências, que encontramos materializados nas séries: Breve de admissão de educandas (1695) ou Bulas, breves e cartas apostólicas (1477-1652).

Como testemunho da faceta mais económica deste processo de ingresso, encontramos os “Contratos e escrituras de dote” (1515-1795), associadas ao cumprimento das funções de "administração patrimonial e financeira", por enriquecerem o património do cenóbio³⁰⁰.

Esta última função estaria subdividida por ofícios, nomeadamente, o de celeireira, a quem competia controlar a entrada de cereais como forma de pagamento de foros, materializando o exercício da sua atividade através do registo do referido pagamento no chamado “Livro do celeiro” ou “Livro de registo e de pagamento de foros à Celeireira³⁰¹”, num dos quais encontramos a seguinte inscrição “[L]ivro dos foros de trigo milho³⁰² (...) que se recebem no celeiro do convento de Jesus de

²⁹⁶ A anteceder a génese de cada tomo há uma petição dirigida ao rei solicitando a sua execução e as razões do pedido, um alvará através do qual o rei autoriza a sua realização e nomeia um juiz para o executar; regra geral, estes documentos encontram-se transcritos no início de cada tomo.

²⁹⁷ Como está documentado pela "Licença para vender um bacelo em Ouca", cedida em 1493 pela priora Maria de Ataíde, do Convento de Jesus de Aveiro, transcrita numa carta de venda. PT, AUC, MJA (F), Escrituras de compra e venda (1400-1856) (SR). Cota: V-3ª D – M6-G5-7.

²⁹⁸ Presumimos que o cartório estaria ao cuidado da escritã já que, nas fontes que consultámos, não encontramos qualquer referência à “cartorária”, nem a nenhum “encarregado do *scriptorium*”, referido por Saul Gomes (1989, p. 275) no organograma do Convento de Santa Maria da Vitória.

²⁹⁹ PT, AUC, MJA (F), Declarações de dívida e recibos de pagamento a credores (1816-1861) (SR), caixa 10 (UI). Cota: III-Iª-D-15-1-28.

³⁰⁰ Tal como já referimos, a documentação em posse deste Arquivo é, essencialmente, de administração e controlo patrimonial e financeiro.

³⁰¹ PT, AUC, MJA, Registo de foros, de pagamentos e de dívidas de foreiros (1681-1873) (SR), Livro de registo e de pagamento de foros à “Celeireira” (1759-1819) (UI). Cota: III-Iª-D-15-1-4.

³⁰² Abertura do livro. PT, AUC, MJA (F), Registo de foros, de pagamentos e de dívidas de foreiros (1681-1873) (SR), Livro de registo de pagamento de foros de trigo e milho que se recebem no celeiro do Convento (1807-1835) (UI). Cota: III-Iª-D-14-5-47.

Aveiro, feito no ano de 1807, sendo celeireira M.^e Soror Michaela Ritta”; e, ainda, no ofício de síndica, a quem competia zelar pelo registo do “deve e haver”³⁰³.

Numa fase posterior, como já anteriormente foi referido, o “governo” do mosteiro foi coadjuvado por um juiz e por um escrivão privativo, a quem competia, no essencial, a elaboração de tombos e a gestão judicial de conflitos, o primeiro, e o registo de escrituras em livros próprios, o segundo.

Julgamos pois que, tendo em conta as peculiaridades do MJA e a simplicidade da sua estrutura interna, a classificação que melhor traduz o contexto produtor do fundo será uma classificação funcional³⁰⁴, o que se poderá traduzir na seguinte estrutura (quadro I):

Quadro I – Estrutura orgânica e funcional do MJA (1458-1874)³⁰⁵

Mosteiro de Jesus de Aveiro (1458-1874)

Órgão capitular:	Prioressa e restantes oficiais - “governo”
Funções:	Direção; Administração eclesiástica; Administração patrimonial e financeira; Justiça.

Identificadas as funções atribuídas, torna-se menos complexa a tarefa de associar-lhe as séries documentais, já que estas materializam a realização das respetivas funções, no exercício das atividades/ofícios. Desta feita, a documentação foi classificada em 39 séries documentais,

³⁰³ Como materialização desta subfunção encontramos uma folha de registo de compras, de valores em dívida e anotações de pagamentos, acompanhados das somas e subtrações características dos registos do deve e haver. PT, AUC, MJA (F), Registo de receita, de despesa e de pagamentos (1815-1823) (SR), caixa II (UI). Cota atual: III-1^a-D-15-1-29.

³⁰⁴ Pela descrição sucinta que já fizemos do cartório, fundamentada na própria documentação, este não seria o critério de classificação adotado no mosteiro, sendo os critérios hierárquico, topográfico e os diferentes suportes materiais dos documentos os mais utilizados, os dois primeiros para uma classificação intelectual e o último para o acondicionamento no cartório. Estes critérios não foram constantes ao longo do tempo, tendo havido sucessivas vagas de reorganização e descrição, identificadas nas sucessivas inscrições numéricas que os documentos apresentam e nas reordenações patentes nos instrumentos de cópia e descrição.

Neste caso concreto, afastamo-nos, conscientemente, do conceito de “ordem original”, no seu sentido mais estrito, pela impossibilidade de, por um lado, reconstituir a classificação original na íntegra, por outro por não ter havido um único critério adotado para todo o fundo e não ter sido usado o mesmo ao longo do tempo.

Nesta medida, julgamos mais eficaz, do ponto de vista da recuperação e comunicação da informação, a eleição de um “novo critério” que traz luz à génese e ao contexto de produção dos documentos, corroborando a proposta de Leopoldo Galeotti, ao sugerir que o “arquivo bem ordenado deve apresentar, no arranjo dos documentos, a imagem exterior da estrutura orgânica [da instituição produtora do fundo] (citado por Müller, Feith, & Fruin 1973, p. 49).

³⁰⁵ Fonte: Elaboração própria.

naturalmente produzidas e recolhidas (com maior ou menor zelo do produtor), materializando o exercício das atividades que cumprem as funções/subfunções previamente identificadas. No fundo do MJA, a designação de cada série foi, sempre que possível, "recolhida" diretamente da documentação e correspondendo à tipologia formal dos atos, para nos aproximarmos, tanto quanto possível, dos títulos³⁰⁶ formais atribuídos pelo próprio produtor.

O objetivo que assim perseguimos foi, como conclui Ketelaar (citado por T. Cook, 1997, p. 45), dar a conhecer que “apenas através de uma interpretação funcional do contexto da criação dos documentos se pode entender a integridade dos fundos e as funções dos documentos de arquivo no seu contexto original”³⁰⁷ [tradução nossa].

4.3.2.2. A ordenação e a cotação

A ordenação, como já referimos, aplica-se a todos os níveis da classificação.

Pelas características da instituição³⁰⁸, na ordenação das funções sugerimos a adoção do critério hierárquico/ideológico e propomos que as séries, dentro de cada função, sejam ordenadas alfabeticamente³⁰⁹ por nos parecer, neste caso em concreto, o critério mais expedito para a recuperação da informação; e face às características das mesmas, dentro de cada série os documentos deverão ser ordenados cronologicamente, por ser o critério que melhor respeita a ordem natural da produção destes tipos de documentos.

³⁰⁶ De acordo com as ODA, o "título", que define como sendo "palavra, frase, caracter ou grupo de caracteres que designa uma unidade de descrição" (Portugal. DGAARQ, 2007, p. 306), pode assumir diversas tipologias, nomeadamente: atribuído, controlado ou formal, mediante a sua forma/critério de determinação.

³⁰⁷ Ainda assim, a organização aqui apresentada suscita-nos algumas dúvidas, no que concerne ao fiel respeito pelo princípio da ordem original que espelha o contexto de produção. Na verdade, cremos mesmo que dele se afasta. A adoção de um critério de organização mais orgânico, associado aos diversos ofícios, com fundada certeza, traduziria com maior rigor a criação original do fundo. Contudo, a ausência de grande número de séries que materializem as funções-fim e o desconhecimento das competências de alguns ofícios poderiam trazer algumas limitações à eficaz recuperação da informação pelos seus atuais utilizadores. Se, à data da produção, os utilizadores da informação conheciam toda a estrutura orgânica do produtor, a sua missão e as atividades que davam cumprimento a cada função, muito escapará aos investigadores que agora recorram a esta informação. Assim, só estudos futuros que, porventura, permitam uma análise arquivística-diplomática mais detalhada e holística (incidindo sobre as diversas parcelas dispersas deste fundo e sobre fundos com ele relacionados) permitirão, possivelmente, uma maior aproximação à realidade, mediante a distribuição das séries pelas diversas oficiais.

³⁰⁸ Na impossibilidade de, na documentação, reconhecermos a ordenação original, no ponto 4.2.4. já foram referidos os critérios que, presumimos, terão presidido à ordenação dos diversos documentos, nomeadamente: numérico, ideográfico e alfabético, partindo da descrição do cartório.

Porém, a reorganização que agora efetuamos – cientes de que nos poderemos estar a afastar da ordem original, dada pelo produtor – é a que melhor se nos afigura do ponto de vista da recuperação e comunicação da investigação, até por ser a mais comum entre fundos congéneres.

³⁰⁹ Quando na presença de fundos íntegros, o critério que se nos afigura mais adequado de ordenação das séries dentro de cada órgão/função é o da sequência cronológica de aparecimento de cada série, já que nos dá a "ordem original" do início das atividades que concretizam o cumprimento das funções; e havendo séries que principiam ao mesmo tempo, como segundo critério utilizaríamos o alfabético. Porém, sabemos que não é este o caso e, por essa razão, o critério alfabético torna-se o mais imediato na recuperação da informação.

Ainda a respeito da ordenação dos documentos dentro de cada série – o que aparentemente não suscita dúvidas de maior monta – ao organizar um fundo há ainda que definir alguns critérios que devem ser fixos e, no caso de não estarem previamente definidos na política da instituição detentora, deverão ser estabelecidos para aplicação em cada fundo e ser referidos num texto introdutório ou na descrição arquivística, quando esta se realizar, no campo *Sistema de organização*, especialmente se não forem intuitivos ou carecerem de algum tipo de explicação para o seu cabal entendimento. Referimo-nos, neste caso particular, à ordem dos documentos, no que respeita à sua data de produção (direta ou inversa), mas também à ordem de colocação dos documentos sem data³¹⁰ (início ou fim da série) e à ordenação de cópias.

No que respeita à cotação, julgamos haver vantagens em adotar, sempre que possível, uma cotação topográfica, cuja ordem espelhe a organização dos níveis de descrição intelectuais e físicos do fundo, por se nos afigurar a mais expedita em termos de recuperação da informação e de controlo do arquivo. Porém, no fundo do MJA, a cotação não irá refletir a organização intelectual pelos condicionalismos que passamos a expor:

1º - A necessidade de manter os diversos suportes (pergaminho e papel) fisicamente separados (armários/estantes), por razões de preservação³¹¹;

2º - A necessidade de manter os livros e as caixas de documentos separados para que a diferença de volumetria dos suportes não acelere a sua deterioração;

3º - A vantagem de manter a cota topográfica³¹² anteriormente atribuída aos pergaminhos e livros, reduzindo a perda de referências à documentação feita em anteriores investigações.

Perante estas opções, a cotação a adotar continuará a ser a topográfica, iniciada pelos livros, a que se seguirão as caixas com documentos avulsos³¹³. Dentro destas, as séries serão ordenadas alfabeticamente e, dentro de cada uma, os documentos serão ordenados cronologicamente, tal como já foi *supra* descrito.

³¹⁰ Os documentos de data indeterminada, regra geral, são colocados no final da série.

³¹¹ Neste caso em concreto, respeitamos a organização física que terá existido no cartório do MJA (adotada, provavelmente, por razões de preservação), onde também já mantinham os documentos separados por suporte. Aliás, encontramos na documentação provas quer de iniciativas de preservação, quer, mesmo, de restauro. Nos intitulados “livros de prazos” encontramos documentos com vestígios de restauros (para restituir a integridade das folhas), aparentemente coevos à data da encadernação ou, pelo menos, à da numeração das páginas, sendo uns feitos com recurso a papel e outros a tecido de animal, aparentemente tripa, pela sua textura. PT, AUC, MJA (F), Escrituras diversas (1448-1808) (SR), “Livro 8º dos Prazos” (1461-1735) (UI). Cota: III-1ª-D-14-5-38.

³¹² Sempre que a organização de um fundo obrigue à alteração da cota preexistente, o arquivista deverá elaborar uma tabela de correspondência (cota antiga - cota atual) para que não se percam referências feitas em estudos publicados anteriormente. Esta tarefa torna-se substancialmente mais exigente quando se organizam maços de documentos, havendo a necessidade de inscrever a cota antiga na descrição de cada documento, independentemente de se tratar de documento simples (DS) ou de documento composto (DC).

³¹³ Os documentos em pergaminho conservam a mesma cota, apesar de esta também não espelhar qualquer critério de organização. A recuperação da informação pode fazer-se através do inventário e do catálogo, entretanto elaborados.

Contrariamente ao que seria desejável, neste caso em concreto a ordenação física não espelhará a ordenação intelectual, por este critério se nos afigurar mais expedito na preservação e recuperação da informação deste fundo já fechado.

4.3.2.3. A proposta do quadro de classificação

Definidos os critérios de classificação e ordenação, respeitando e adaptando – sempre que foi necessário – os princípios da Arquivística, avançamos para o cumprimento da subida missão do arquivista, referida por Nougaret (2003, p. 337) – “o arquivista tem por missão dar a conhecer os fundos³¹⁴ [de que é responsável] através de instrumentos de pesquisa” (p. 337) [tradução nossa] – apresentando a seguinte proposta de quadro de classificação³¹⁵ do fundo do MJA, existente no AUC (quadro 2)³¹⁶.



Figura 7: Breve do mestre-geral da OP, datado de 1481, autorizando as religiosas a ter criadas e escravas. Cota: III-I^a-D-14-5-37, p. 522) [foto da nossa autoria].

³¹⁴ Concluídos os processos de classificação e ordenação, a documentação foi acondicionada, estando agora distribuída por 103 unidades de instalação, nomeadamente: 85 livros, duas capas, 10 caixas de documentos avulsos e seis pastas com 166 pergaminhos, devidamente descritos no campo “Dimensão e suporte”, conforme: (CIA, 2002, pp. 22-23).

³¹⁵ Pela similitude entre as instituições desta natureza, esta nossa proposta encontra semelhanças com o quadro de classificação apresentado por Pérez Ortiz e Vivas Moreno (2008, p. 170 e ss) partindo, naturalmente, das especificidades identificadas na análise do fundo do MJA e não o inverso.

³¹⁶ Para facilitar a consulta e a sua visualização integral, o quadro é apresentado em anexo (anexo 1).

Quadro 2 – Proposta de quadro de classificação dos documentos do fundo do MJA existentes no AUC³¹⁷

Priora e oficiais - “governo” (1458-1874)
A. Direção:
A-001 – Alvarás, autorizações, mercês e provisões régios (1415-1834)
A-002 – Apontamentos de mercês régias e índices de títulos do cartório (1461-1819)*
A-003 – Cartas de legitimação ³¹⁸ (1527-1549)
A-004 – Cartas de padrão de tença anual e relações de padrões (1532-1715)
A-005 – Citações, petições e requerimentos (1496-1850)*

³¹⁷ Fonte: Elaboração própria.

³¹⁸ Não passaremos adiante sem confiar ao papel as dúvidas deixadas no nosso espírito:

1ª – Sabemos que série documental, de acordo com a própria definição proposta pela ISAD(G) (CIA, 2002, p. 14) – é um “conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma actividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização. É também designada como série documental (records series)” e que, desde logo, pela definição, deve conter mais do que um documento.

Cientes de todos estes pressupostos, ousamos adotar uma metodologia diferente na classificação dos documentos em séries. Este procedimento que se afasta das prescrições normativas, por um lado, é justificado pela prática comum na nossa instituição e, por outro, por julgarmos que a junção de certos documentos – únicos da sua tipologia que, naturalmente, materializam atividades distintas – não devem ser reunidos se não identificarmos, entre eles, alguma afinidade de entre os critérios de classificação. Julgamos mais pertinente do ponto de vista de respeito pelos princípios da classificação e para a própria eficácia na recuperação e, especialmente, na comunicação da informação, criar “séries” que aqui no AUC apenas estão representadas por um exemplar único (apesar da nossa firme convicção de existência ou, pelo menos, da produção/acumulação de muitos mais) ao invés de os juntarmos constituindo “coleções” de documentos sem relação aparente além da proveniência.

Estamos, pois conscientes, de que este critério, adotado por nós e, genericamente, pela instituição que custodia este fundo, seja suscetível de apreciações críticas divergentes que, certamente, constituirão uma oportunidade de reflexão a respeito.

Reafirmamos, porém, que assumimos esta opção conscientemente, até pela nossa firme convicção de que esta é a mais eficaz do ponto de vista da comunicação de informação pertinente ao investigador, muito mais do que se cada um destes documentos “únicos da sua tipologia/ação” se diluísse nas séries documentais, associados indiretamente – “miscelânea”; “vária”; “misto”; entre outras designações – em que o conteúdo informacional dos documentos se perde irremediavelmente, a este nível de descrição, e cuja recuperação se torna praticamente inviável. Já nos basta, vermo-nos forçados a incluir a série “Escrituras diversas (1448-1808)” pela consciência que temos do quão vaga, imprecisa e, diria, quase inútil é esta designação. Porém, apenas o fazemos por se tratar de livros ou cadernos com diversas escrituras reunidas pelo produtor sem um critério aparente, motivado pela já citada necessidade de “reunir os títulos para que se não perdessem”. Cremos, contudo, que, neste caso em concreto, apenas uma descrição ao nível do ato (catálogo) permitirá o cabal cumprimento da missão do Arquivista de comunicar a informação existente no fundo. Muito provavelmente, essa descrição permitirá aumentar a duração temporal de algumas séries documentais e, quem sabe, o aparecimento de outras, quiçá acrescentando informações inéditas.

Mas as nossas dúvidas não se ficam por aqui.

2ª - A existência da série: “Cartas de legitimação”. Trata-se de uma carta (e respetiva certidão) dada por D. João III, através da qual confere legitimidade a um indivíduo “António” para este poder gozar de todas as honras e privilégios como se fosse de legítimo matrimónio e herdar os bens de seus pais e outras pessoas, que possa ter nobreza, não obstante as disposições legais. De que modo é que este documento se relaciona organicamente com os demais do fundo? Podemos tentar equacionar algumas hipóteses que relacionem, ou não, o documento ao fundo do MJA. Pode tratar-se de carta de legitimação que pertencesse ao arquivo pessoal de uma noviça ou ter-se misturado, indevidamente, com a documentação organicamente produzida e recebida pelo mosteiro. Mas ficamos pelas hipóteses. Esta é uma dúvida que, por ora, fica por esclarecer, podendo constituir um repto para que algum investigador lance novo olhar sobre este fundo.

A-006 – Correspondência (1774-1826)
A-007 – Escrituras de perdão (1821)
A-008 – Escrituras diversas (1448-1808)*
A-009 – Iluminura/gravura (s. d. - C. séc. XVIII)
A-010 – Procurações (1543-1873)
B. Administração eclesiástica:
B.001 – Breves de admissão de educandas (1695)
B.002 – Bulas, breves e cartas apostólicas (1477-1625)*
B.003 – Processos de nomeação de Vigários e Reitores das Igrejas e de seus Padroados (1521-1564)
C. Administração patrimonial e financeira:
C.001 – Aforamentos, arrendamentos e emprazamentos (1338-1865)*
C.002 – Confissões e declarações (1477-1625)*
C.003 – Contratos e escrituras de dote (1515-1795)
C.004 – Contratos e escrituras de transação, pagamento, quitação e composição amigável (1468-1782)
C.005 – Declarações de dívida e recibos de pagamento a credores (1816-1861)
C.006 – Dinheiro a juros (1515-1795)
C.007 – Doações e confirmações da anexação de padroados e suas igrejas (1412-1521)*
C.008 – Escrituras de cedência e trespasse (1523-1849)
C.009 – Escrituras de compra e venda (1400-1856)*
C.010 – Escrituras de demarcação, destriça e partilhas (1468-1742)
C.011 – Escrituras de desistência e renúncia (1477-1710)
C.012 – Escrituras de doação (1466-1544)
C.013 – Escrituras de escambo e troca (1580-1526)
C.014 – Escrituras de posse (1477-1710)
C.015 – Escrituras de censo e pensão (1477-1710)
C.016 – Escrituras e licenças de fiança, obrigação e reconhecimento (1670-1848)
C.017 – Inventários da Igreja de S. João de Loure (1399-1468)*
C.018 – Registo de foros, de pagamentos e de dívidas de foreiros (1681-1873)
C.019 – Registo de receita, de despesa e de pagamentos (1815-1823)
C.020 – Relações de devedores e recibos de pagamentos (1665-1854)
C.021 – Testamentos e escrituras de execução de testamentos (1458-1848)*
C.022 – Tombos e documentos de preparação (1641-1790)
D. Justiça:
D.001 – Ações, autos e sentenças (1359-1865)*
D.002 – Alegações, recursos e pareceres jurídicos (1668-C. séc. XIX)
D.003 – Cartas citatórias e precatórias (1764-1842)*
D.004 – Cartas de arrematação (1713-1763)

* - Data da informação dos documentos³¹⁹.

Tratando-se de funções genéricas, comuns a instituições desta natureza, permitem, com alguma segurança, traduzir o contexto de produção da documentação do MJA, lançando luz à razão que presidiu à criação/acumulação de cada documento que, com o tempo e a sucessão das ações, se foram constituindo em séries documentais.

Poderíamos, talvez, ter ousado um pouco mais, atribuindo a alguns outros ofícios a criação de outras séries documentais. Contudo, a segmentação das grandes funções em subfunções, associadas aos respetivos ofícios, poderia criar limitações à recuperação eficaz da informação, por parte do utilizador, por desconhecimento integral da estrutura/contexto de produção. Na elaboração do quadro, optámos pelo esquema de maior eficácia, reconhecendo e aplicando o princípio da simplicidade na sua estruturação, seguindo a proposta de Simões e Freitas (2013, p. 103).

³¹⁹ Datas extremas de realização dos atos, independentemente da tradição documental. Assim, podem encontrar-se: originais, certidões, públicas formas ou cópias. Quer na descrição ao nível do fundo, quer ao nível da série, na plataforma de descrição arquivística serão devidamente identificadas as datas de produção e as datas de acumulação.

A organização do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro incorporado no AUC

Archevo BackOffice

Registos Editar Ver Ferramentas Relatórios Ajuda

Código de referência PT/AUC/MC/MJA Localizar

Código de referência MC/MJA*

001*
0001*
0002*
0003*
0004*
0005*
0006*

002*
0001*
0002*
0003*
0004*

003*
0001*
0002*
0003*

004*
0001*

005*
0001*

006*
007*

B*
001*
002*
003*

C*
001*
0001*
0002*
0003*
0004*
0005*

002*
003*
004*
005*
006*
007*
008*
009*
010*

D*
001*
002*
003*

Utilizador: Gracinda Guedes

Mosteiro de Jesus de...

Identificação

Nível de descrição Fundo

Código de referência PT/AUC / MC/MJA

Código da entidade detentora AUC

Código do país PT

Tipo de título Controlado

Título Mosteiro de Jesus de Aveiro

Datas de produção 1338-06-03 1873-00-00

Autorizar inferência de datas extremas Sim

Datas de acumulação 1458-1874

Dimensão e suporte 103 u.l. (10 cx., 2 cp., 85 liv., 6 pt); pergaminho e papel.

Extensões

10	Caixas
2	Capas
85	Livros
6	Pastas

Autorizar inferência de extensões Sim

Entidade detentora Arquivo da Universidade de Coimbra

Contexto

Editar Duplicar Imprimir Gravar Cancelar

Figura 8: Descrição do fundo do MJA na plataforma de descrição arquivística - Archevo [nossa autoria].

Conclusão

O decurso do presente estudo evidenciou vicissitudes e contingências – algumas inexpectáveis – do trabalho do arquivista, nomeadamente nos processos de identificação, organização e descrição de fundos fechados.

Porém, no decurso da análise e organização do fundo do MJA, confirmámos a existência de um conjunto de princípios e metodologias científicas em que assenta a Arquivística que respondem positivamente às dúvidas e apresentam soluções para ultrapassar as dificuldades destes processos.

Concluimos que, quando o arquivista se confronta com fundos desorganizados (nomeadamente por fragmentação do arquivo, com perda de séries – especialmente de funções-fim – e séries incompletas), dos quais não dispõe de instrumento de descrição que traduza o contexto e a estrutura do produtor, a resposta não pode ser outra que não a pesquisa de fontes de informação fidedignas e uma criteriosa identificação documental, de modo a, através das informações obtidas, (re)organizar o fundo para que este revele o seu contexto e a sua estrutura, em estrita observância dos princípios da Arquivística e da Diplomática arquivística, que, através da análise das características internas e externas dos documentos, evidenciem as condições da sua génese e a sua finalidade.

De igual modo, concluimos que a formação do arquivista nem sempre o dotou de conhecimentos científicos capazes de o ajudarem a equacionar e solucionar os problemas com que se depara no seu quotidiano, o que, no nosso entender, decorre da existência de diversas “correntes”, tanto a respeito do objeto de estudo da Arquivística, como acerca da sua metodologia, o que constitui o primeiro entrave ao processo de organização e comunicação da informação. Igual discrepância se nota no uso da terminologia, quer em relação aos conceitos fundamentais da Arquivística, quer à designação das diversas unidades de descrição.

Concluimos, pois, que a uniformização seria indispensável à boa comunicação interpares e à comunicação dos profissionais com os investigadores; para tal, recomendaríamos a adoção dos termos propostos pela norma ISAD(G) para, inequivocamente, clarificar os processos de identificação, organização e comunicação.

Quanto à organização da documentação, nomeadamente a eleição de critérios eficazes para proceder à correta classificação e ordenação, recomendamos e utilizámos aqueles que assentam nos princípios basilares da Arquivística ou, na impossibilidade da sua aplicação, critérios de simplificação e eficiência para a recuperação da informação prescritos pelos documentos técnicos emanados do CIA e da DGLAB e dos grandes manuais de referência.

Também em relação à descrição da informação, testámos as metodologias aí propostas garantidas da criação de instrumentos de descrição rigorosos e autoexplicativos que aumentam a eficiência na comunicação da informação.

Salientamos o facto de a resolução para a grande maioria das dificuldades práticas do presente estudo – muito comuns nos arquivos definitivos – ter sido encontrada no aprofundamento

das teorias arquivísticas, podendo, mesmo, afirmar que os princípios e a metodologia nos foram “guiando”, de forma quase intuitiva, ao encontro das soluções mais eficazes do ponto de vista da comunicação da informação. Citamos, a título de exemplo, a importância do princípio da proveniência para classificar a documentação que foi organicamente produzida, recebida e acumulada pelo MJA, separando-a de outras com a qual não tinha qualquer relação ou mantinha apenas uma relação genérica.

A estrutura que agora conferimos a este fundo, outrora desorganizado, foi-se revelando pela análise documental, dando-nos conta do contexto em que cada um dos documentos terá tido a sua origem e as relações existentes entre ele e o seu produtor.

Uma análise interna posterior, mais aprofundada, revelará, quiçá, as razões pelas quais determinados documentos de data anterior à da fundação do cenóbio se encontravam no fundo. Noutros casos, a análise também não foi viável pelo avançado estado de degradação dos documentos, ora por falta de contraste entre o suporte e a tinta, ora por estarem danificados por rasgão, corte, ação de roedores ou deteriorados por bolores e fungos. Apesar disso, temos a convicção de que o fundo do MJA, na posse do AUC, está agora mais acessível à consulta e à comunicação.

A apresentação do inventário, atualmente em fase de descrição na plataforma Archeevo, permitirá aditar informações às apresentadas, nomeadamente:

- As datas de produção e as de acumulação, que não são coincidentes;
- A maior ou menor longevidade das séries, indiciando o arco temporal da realização de certas atividades;
- A ocorrência de "picos" de maior atividade económica, em contraste com outros de maior estagnação;
- A mais próxima ou a mais distante relação do mosteiro com a realeza, manifestada na concessão de privilégios ou na limitação dos benefícios;

E muitas outras que a motivação individual dos investigadores poderá explorar.

Mas este trabalho permitiu-nos, igualmente, infletir e propor alterações de procedimentos a quem de direito. Assim, na instituição onde exercemos a nossa atividade iremos propor que, sempre que possível, o tratamento de fundos congéneres seja alvo de idêntica classificação – substituindo a habitual, feita apenas em dois níveis (fundo e séries) –, de modo a que os registos se tornem mais completos e mais uniformes ao nível interno, melhorando a eficácia da comunicação da informação aos pares e aos investigadores.

Recomendaremos, ainda, que a elaboração dos de descrição na plataforma Archeevo seja realizada na estrita observância das normas e das orientações que as clarificam e uniformizam (quer ao nível formal, quer de conteúdo informacional), na sua aplicação à nossa realidade. Deste modo, criaremos registos normalizados, facilitando a interoperacionalidade e a permuta, nomeadamente ao

nível dos registos de autoridade, e potenciaremos uma maior acessibilidade à informação dos arquivos.

Pelos benefícios visíveis que aportam, por nós, estamos convictos, a não deixar de adotar metodologias rigorosas, sustentadas nestes sólidos princípios científicos, universalmente aceites, que apoiem as nossas opções ante o leque de dificuldades que se manifestam no processo de organização da informação.

Em relação ao arquivo do MJA – e também a todos os fundos que se encontram dispersos por diversos Arquivos – gostaríamos de aqui deixar algumas recomendações a futuros estudiosos e a quem os tutela; nomeadamente:

– A adoção de critérios idênticos – ou, pelo menos, que se baseiem nos mesmos princípios arquivísticos – na organização e descrição normalizada do fundo por todas as entidades que custodiam as suas dispersas parcelas, alicerçando as descrições nas orientações adotadas em Portugal – feitas em conformidade com as normas internacionais. Tal procedimento traria vantagens inegáveis à recuperação mais eficaz da informação e à comunicação.

– A digitalização das frações do fundo do MJA dispersas por diversas instituições, associada à descrição normalizada, disponibilizadas na Web, o que constituiria uma mais-valia para promover a reunião virtual do fundo, facilitando a comunicação, a investigação e potenciando o seu cabal entendimento.

Desta investigação concluímos, pois, as vantagens do respeito dos princípios e da adoção da metodologia normalizada e científica na análise e organização mas, acima de tudo, a sua imperiosa implementação, potenciando uma maior eficiência e eficácia na comunicação e recuperação da informação.

E, de caminho, esperamos ter incentivado a curiosidade sobre a vida da instituição que produziu a documentação, cujas singularidades bem o justificam.

Fontes documentais e bibliográficas

- Abreu, J. P. (2000). A igreja e os seus arquivos: história e normas, até 1983. In: M. L. Rosa, & P. F. O. Fontes (Eds.), *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão* (pp. 127-162). Lisboa: CEHR-UCP.
- Almeida, F. de (1903a). *História da igreja em Portugal* (Vol. 2). Porto: Portucalense Editora, Livr. Civilização Editora.
- Almeida, F. de (1903b). *História da igreja em Portugal* (Vol. 4). Porto: Portucalense Editora, Livr. Civilização Editora.
- Antunes, L. M. V. (2010). *Para uma nova arquitetura dos edifícios de arquivo em Portugal*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação (Arquivística), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Barbedo, F., Gomes, E., & Henriques, C. (2002). *Recomendações para a gestão de documentos de arquivo eletrónicos*. (Vol. 2). Modelo de requisitos para a gestão de arquivos eletrónicos. Lisboa: IAN/TT & Instituto de Informática.
- Bellotto, H. L. (1998). A especificidade da informação arquivística. *Revista Contracampo*, (2), 21 - 29.
- Bellotto, H. L. (2002). *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. A. do Estado (Ed.). Arquivo do Estado.
- Bellotto, H. L. (2004a). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Bellotto, H. L. (2004b). O arquivista na sociedade contemporânea. In *Arquivos permanentes: tratamento documental*. (Cap. 2, pp. 299-306). (2.ed.). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Bellotto, H. L. (2007). A Terminologia das áreas do saber e do fazer: O caso da arquivística. *Revista Acervo*, 20(1/2), 47-56.
- Bonal Zazo, J. L. (2000a). La normalización: base del análisis documental en los archivos. *Scire: representación y organización del conocimiento*, 6(1), 55-75.
- Bonal Zazo, J. L. & Generelo Lanaspá, J. J., de Diego, C. T., & León, J. C. (Eds.). (2000b). *Manual de descripción multinivel: Propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística*. Salamanca: Junta de Castilla León, Consejería de Educación y Cultura.
- Bonal Zazo, J. L. (2001). *La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Trea.
- Branco, M. J. V. (1991). *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- Bresslau, H. (1998). *Manuale di diplomatica per la Germania e l'Italia* (Vol. 10). Ministero Beni Att. Culturali.
- Calendário histórico de Aveiro. (n.d.). Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/calendaveiro/cronologico/1460.htm>
- Cardoso, P. F. (2013). Os processionários quatrocentistas de Isabel Luís: Dos modestos livros das irmãs ao livro dourado da priora. *Cadernos de História da Arte*, (1), 74-88.
- Cepeda, I. V., & Ferreira, T. A. D. (Eds.). (1994). *Inventário dos códices iluminados até 1500: Distrito de Aveiro* (Vol. 2). Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal.

- Champagne, M. & Chouinard, D. (1987). Le traitement d'un fonds d'archives: ses documents historiques. *La Pocatière: Documentor*. Montréal: Université de Montréal.
- Coelho, M. H. D. C., Santos, M. J. A., Gomes, S. A., & do Rosário Morujão, M. (2001). *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN, 972-772.
- Cook, M. (2011). Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. *Revista Acervo*, 20(1/2), 125-132.
- Cook, T. (1997). What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, 43, 17-63.
- Cook, T. (2001). Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *InCID*, 3(2), 3-27.
- Cook, T. (March 2007). Electronic Records, Paper Minds: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research* Cartagena: Archivo Municipal de Cartagena. 1 (0). 399-443.
- Cortés Alonso, V. (1986a). Formación para la información. *Boletín de la Anabad*, 35(2), 31-44.
- Cortés Alonso, V. (1986b). Nuestro modelo de análisis documental. *Boletín de la Anabad*, 36(3), 419-434.
- Cortés Alonso, V. (1990). Integración de las Tres Edades: Corriente, Intermedia y Permanente. *Boletín de la Anabad*, 4(2-3), 7-19.
- Costa, A. D. J. (1993). *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: FLUC.
- Cruz Mundet, J. R. (1994). *Manual de arquivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide.
- Cunningham, A. (2007). O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). *Revista Acervo*, 20(1/2), 77-92.
- Duchain, M., & Favier, J. (1985). *Les bâtiments d'archives: construction et équipements*. Paris: Archives Nationales de France.
- Duchain, M. (2007). Os arquivos na torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. *Revista Acervo*, 20(1/2), 13-22.
- Duranti, L. (1993). Origin and development of the concept of archival description. *Archivaria*, (35), 47-54.
- Duranti, L. (1994a). Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*, 7(13), 49-64.
- Duranti, L. (1994b). The concept of appraisal and archival theory. *American Archivist*, 57(2), 328-344.
- Duranti, L. (1995). Reliability and authenticity: the concepts and their implications. *Archivaria*, 39(10), 5-10.
- Duranti, L. (1998). *Diplomatics: new uses for an old science*. Lanham, Md: Scarecrow Press.

- Erdmann, C. (1927). A Secularização dos arquivos da Igreja em Portugal. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Vol. 8. Lisboa: Biblioteca Nacional, 48-57.
- Fernando de Lasala, S. I. (2000). Actualidade de la diplomática eclesiástica: importância socio-cultural e histórica de los documentos eclesiásticos. In: M. L. Rosa, & P. F. O. Fontes (Eds.), *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão* (pp.163-188). Lisboa: CEHR-UCP.
- Fidalgo, M. J., & Ucha, P. C. (2007, March). Projecto de Tabela das “Funções-Meio”. In *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (9).
- Fox, M. (2007). Por que precisamos de normas. *Revista Acervo*, 20(1/2), 23-30.
- Franco, J. E. (Ed.). (2010). *Dicionário histórico das ordens: institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Freitas, C. V. de (2011). *A autenticidade dos objectos digitais*. Coimbra: FLUC.
- Freitas, M. C. V. (2003). *Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a Arquivologia no contexto de uma ciência da informação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Freitas, M. C. V. de. (2009). *A Arquivística sob o signo da mudança: cenários arquivísticos (re) desenhados pelo documento eletrônico*. Tese de doutoramento, Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha.
- Freitas, M. C. V. (2013). *Investigação qualitativa: contributos para a sua melhor compreensão e condução*. *Indagatio Didactica*, 5(2). 1080-1101.
- Fuster Ruiz, F. (1999). Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. *Anales De Documentación*, 2, 103-120. doi:10.6018/2631
- Galende Díaz, J. C., & Garcia Ruipérez, M. (2003). El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. *Revista General de Información y Documentación*, 13(2), 7-35.
- Gallego Domínguez, O., & López Gómez, P. (1989). Introducción na Archivística. *Vitoria: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco*. Anabad Galicia I, 9-85.
- Garcia, M. R. (2003). *A Princesa Infanta Joana: (1452 – 1490)*. Goiás: Universidade Federal de Goiás.
- Gaspar, Mons. J. G. (2010). Relance sobre a iconografia da padroeira de Aveiro: de 1470 (?) a 2008. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 27, 121-142.
- Gaspar, Mons. J. G. (n.d.). Os bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana. In: *Aveiro e o seu distrito*.
- Gauchi Risso, V. (2012). Aproximación teórica a la relación entre los términos gestión documental, gestión de información y gestión del conocimiento. *Revista española de Documentación Científica*, 35 (4), 531-554. doi: 10.3989/redc.2012.4.869
- Gedeão, A. (1956). *Movimento Perpétuo*. Coimbra: Imp. nas Oficinas da Atlântida.
- Gomes, S. A. (1989). *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*. Dissertação de Mestrado, em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Ed. A..

- Gomes, S. A. (1998). As Ordens Mendicantes na Coimbra medieval: notas e documentos. *Lusitania Sacra* (2ª série), 10, 140-215.
- Gomes, S. A. (2001). Anotações de Diplomática eclesiástica portuguesa. Coelho, Maria Helena da Cruz –*Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Gomes, S. A. (2002). *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. *Lusitania Sacra* (2ª série), 13-14, 477-490.
- Gomes, S. A. (2003). Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em tempos medievos. *Revista Portuguesa de História*, (1), t. XXXVI (2002-2003), pp. 141-160 .
- Gomes, S. A. (2007). *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimagem editores, Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- Gomes, S. A. (2010). Castas Donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, (10).
- Guedes, G. (2012). Santa Clara de Coimbra: Inventário do acervo documental. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 25, 41-67.
- Herculano, A. (1838). *A Harpa do crente*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- Heredia Herrera, A. (1981). *Clasificación y ordenación*. En *Archivística: estudios básicos*. Sevilla.
- Heredia Herrera, A. (1991a). *Archivística General. Teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.
- Heredia Herrera, A. (1991b). Descripción y normalización. *Boletín de la Anabad*, 41(2), 51-59.
- Heredia Herrera, A. (1995). La norma ISAD (G) y su terminología: análisis, estudio y alternativas. Madrid: Arco Libros.
- Heredia Herrera, A. (1999). La identificación y la valoración documentales en la gestión administrativa de las instituciones públicas. *Boletín de la ANABAD*, 49(1), 19-50.
- Heredia Herrera, A. (2007). *¿Qué es un archivo?*. Gijón: Ediciones Trea.
- Heredia Herrera, A. (2008). Gestión de documentos y administración de archivos. *Códices*, 4(2), 43-50.
- Heredia Herrera, A. (2011). ¿Permanencia, renovación, invención, desvirtuación de conceptos archivísticos?. *Conferencia magistral na XXXIII Reunión Nacional de Archivos*. Manzanillo: Colima.
- Hernández Quintana, A. R. (2003). Esbozo de las bases teóricas y metodológicas de la normalización archivística y su proyección en Cuba. Primera parte. *Ciencias de la Información*, 34(1), 3-16.
- Herrero Montero, A. M., & Díaz Rodríguez, A. (2011). *La clasificación archivística: Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. (cap. 4.2, p. 133-163). Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archivero.
- Ibáñez Montoya, J. (2008). *Los archivos: cómo construirlos*. Gijón : Trea.

- ISAD(G). (2002). *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo.- 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Jardim, J. M. (1995). A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da informação*, 25(2), 1-13.
- Jiménez González, G. (2003). *Ordenación documental*. Bogotá: Sistema Nacional de Archivos, División de Clasificación y Descripción
- Lanes Padrón, D. (2009). *La representación de los documentos y la nueva generación de normas nacionales de descripción archivística: trabajo para optar a la memoria de grado*. Salamanca: Universidad de Salamanca, Facultad de Traducción y Documentación.
- Lodolini, E. (1993). *Archivística: principios y problemas*.
- Lodolini, E. (1995). El Archivo de ayer al mañana: la archivística entre tradición e innovación. *Boletín de la ANABAD*, 45(1), 39-50.
- Lopez, A. P. A. (2000). *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. São Paulo: FFLCH-USP.
- López Gómez, P. (1998). Identificación y valoración de documentos en España a partir de 1975. In *Anales de documentación* (Vol. 1).
- López Gómez, P. (2002). La evolución de los estudios de Archivística en el último cuarto de siglo. *Documentación de las Ciencias de la Información*, (25), 129-146.
- MacNeil, H. (1994). Archival theory and practice: between two paradigms. *Archivaria*, 37, 6-20.
- Madail, A. G. R. (1937). Breve notícia da crónica da fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e a Infanta St.ª Joana filha del Rei D. Afonso V. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, (3). 209-220.
- Madahil, A. G. da R. (1939). *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e memorial da infanta santa Joana: filha del Rei Dom Afonso V (códice quinhentista)*. Aveiro. Edição do Prof. Francisco Ferreira Neves.
- Madahil, A. G. R. (1950). Constituições que no século XV regeram o Mosteiro de Jesus de Aveiro da Ordem de São Domingos. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, (16). 282-316.
- Madahil, A. G. R. (1951). Constituições que no século XV regeram o Mosteiro de Jesus de Aveiro da Ordem de São Domingos. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, (17). 67-79.
- Madail, A. G. R. (1967). A Bula de Pio II, de 16 de Maio de 1461 – “Pia Deo et Ecclesia Desideria”. *Arquivo o Distrito de Aveiro*, (33). 81-93.
- Martinez García, L. (1999). Los principios de la descripción archivística. *Boletín de la Anabad*, 49(1), 51-108.
- Mendo Carmona, C. (2004). Consideraciones sobre el método en Archivística. *Documenta & Instrumenta-Documenta et Instrumenta*, 1, 35-46.
- Moiteiro, G. C. (2013). *As dominicanas de Aveiro: c. 1450-1525: memória e identidade de uma comunidade textual*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH.

- Monteiro, S. M. D. A. (2014). *O espólio de António Gomes da Rocha Madahil e a sua importância para a História do Museu de Aveiro*. Coimbra: FLUC.
- Müller, S., Feith, J. A. & Fruin, R. (1973). *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil. (Originalmente publicado em 1898).
- Museu de Aveiro (1999). *Livro Antigo: Museu de Aveiro*. Aveiro: IPM.
- Neves, F. F. (1958). A fundação do convento de Jesus, de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 24, 6-22.
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus.
- Nougaret, C. (2003). Les sources archivistiques: production organique ou invention de l'archiviste? *Hypothèses I* (7), 331-339.
- NP 4041 (2005). *Norma Portuguesa para Informação e documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.
- NP 4438-1-2 (2005). *Norma portuguesa para informação e documentação: Gestão de documentos de arquivo*. Instituto Português da Qualidade.
- Núñez Fernandez, E. N. (1999a). Los archivos como sistemas de información. *Boletín de la Anabad*, 49(1), 109-124.
- Núñez Fernandez, E. (1999b). *Organización y gestión de archivos*. Gijón: Trea.
- Núñez Fernandez, E. (2007). El camino hacia la normalización y la excelencia: la implantación de las normas ISO en los sistemas de gestión de documentos y en los servicios de archivo. *Lligall: revista catalana d'Arxivística*, 26, 243-262.
- ODA (2007). *Orientações para a descrição arquivística*. 2ª V. Lisboa: DGARQ.
- Oliveira, M. de. Padre (s.d.). Extinção das Ordens religiosas. In *História Eclesiástica de Portugal*. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=9837>
- Oliveira, M. de. Padre. (s.d.). História Eclesiástica de Portugal [em linha], citado por: *Extinção das Ordens religiosas*. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=9837>.
- Ordem Pregadores (2013). *Portugal dominicano*. Disponível em: <http://portugaldominicano.blogspot.pt/2007/05/jesusde-aveiro.html>.
- Penteado, P. (2000). Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística. In: M. L. Rosa & P. F. O. Fontes (Eds.), *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão* (cap. 7, pp. 163-188). Lisboa: CEHR-UCP.
- Pérez Ortiz, M. G., & Vivas Moreno, A. (2008). Ensayo de organización de la documentación conventual: propuesta de cuadro de clasificación. In *Anales de Documentación* (cap. 2, pp. 165-182). Murcia: Servicio de Publicaciones. Universidad de Murcia.
- Pericão, M.G. (2012). A biblioteca da botica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, (14.1), 27-43.

- Pinto, M. M. A. (2014). *Gestão e Preservação da Informação: o impacto do pensamento sistémico. Encontro Internacional de Arquivos. Da Produção à Preservação Informacional: Desafios e Oportunidades. Évora: Universidade de Évora.*
- Pinto, M. M. A. (s. d.). *Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: uma abordagem sistémica. 1-7.* Disponível em: http://dspace.esta.ipt.pt/dspace_esta/bitstream/1234/2230/1/3088.pdf.
- Pita, J. R., & Pereira, A. L. (2012). A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, (14.1), 227-268.
- Portugal. Arquivo da Universidade de Coimbra (n.d.). *Mosteiro de Jesus de Aveiro. Código de Referência: PT/AUC/MC/MJA.*
- Portugal. Direcção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas (2008). *Mosteiro de Jesus de Aveiro.* Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4380642>
- Portugal. Direcção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas (n.d.). Ministério das Finanças. *Processo de extinção do Mosteiro de Jesus de Aveiro.* Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224346>.
- Portugal. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (1997). *Manual para a Gestão de documentos.* Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Potvin, S. N. J. M. L. (2000). Contribution pour la définition d'une politique des archives religieuses. In: M. L. Rosa, & P. F. O. Fontes (Eds.), *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão* (pp.53-98.). Lisboa: CEHR-UCP.
- Queirós, Abílio (1999). Coleção de pergaminhos. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 17-18, 153-169.
- Reino Unido. Concelho Internacional de Arquivos (2008). *ISDIAH – International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings.* Londres: CIA.
- Ribeiro, F. (1996). *Indexação e controlo de autoridade em arquivos.* Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Ribeiro, F. (1998). *O acesso à informação nos arquivos: o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ribeiro, F. (2002). Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 1, 97-110.
- Ribeiro, F. (2005). Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. 1 Série*, 4, 83-100.
- Riesco Terrero, A. (2000). La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación. *Cuadernos de Documentación multimedia*, (10), 9, 79-102.
- Rodrigues, A. C. (2008). *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.* Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rodrigues, A. C. (2011). *Identificação: uma nova função arquivística?. Marília: EDICIC (Associação de Educação e em Ciência da Informação Ibero-americana e do Caribe)*, 1(4), 109-129.

- Rodrigues, A. C. (2012). *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1-20.
- Rodrigues, A. C. (n.d.). Identificação: um modelo de pesquisa em arquivística sobre o órgão produtor e sua tipologia documental. 1-18. Disponível em: http://apalopez.info/ivcoindear/45rodrigues_txt.pdf
- Rodrigues, A. M. L. (2006). A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 11(1), 102-116.
- Rolo, R. A. (2000). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rousseau, J. Y. & Couture, C. (1998). *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Runa, L. (2007, March). Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar. In *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (No. 9). Lisboa: BAD.
- Santos, D. M. G. D. (1963; 1967). *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Vol. I/I, II e III. Lisboa: Companhia dos Diamantes de Angola.
- Santos, M. J. A. (1992). O "ornamento literário" em documentos medievais: o preâmbulo ou arenga (773 -1123). *Biblos*, 68, 307-323
- Santos, M. J. A. (1998). O azeite e a vida do homem medieval. In *Actas do Colóquio Santarém na Idade Média*, (pp. 127-144). Santarém: Câmara Municipal.
- Santos, M. J. A. (2000). *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri.
- Schellenberg, T. R. (1956). *Modern archives. Principles and techniques*. Chicago: University of Chicago Press.
- Schellenberg, T. R. (1982). *Principios archivísticos de ordenación* (Vol. 6). Mexico: Archivo General de la Nación.
- Sierra Escobar, L. F. (2011). Consideraciones generales sobre cuadros de clasificación documental. *Códices: Revista De La Facultad De Ciencias Económicas Y Sociales* 2 (2), 83-96.
- Silva, A. M. (1999). A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In *Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*. Rio de Janeiro: CONARQ, ALA. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/22537>.
- Silva, A. M. D., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (2002). *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento.
- Silva, C. G. (2013). A classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada. (1-16). *Comunicação apresentada nas Jornadas Ibéricas de Arquivos Municipais: Políticas, sistemas e instrumentos*. Lisboa: Universidade Lusófona.
- Simões, M. G., & Freitas, M. C. V. (2013). A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência. *PontodeAcesso*, 7(1), 81-115.
- Sobral, C. (2007). Santo Agostinho em Aveiro: estudo de fontes. *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, 8, 171-196.

- Sousa, B. V., Pina, I. C., Andrade, M. F., & Santos, M. L. F. O. S. (Org.) (2005). *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Sousa, R. T. B. D. (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: G. M. Rodrigues, & I. L. Lopes (Org.), *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. (cap. 2, p. 240-269). Brasília: Thesaurus. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/1439>
- Sousa, R. T. B. D. (2006). Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.
- Tognoli, N. B., & Guimarães, J. A. C. (2009). A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso*. (pp. 38-47). Valencia: ISKO.
- Villares, Artur (1995). *As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX*. Porto: FLUP. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6363.pdf>.
- Vivas Moreno, A. (2003). *El Archivo Histórico de la Universidad de Salamanca: Historia y clasificación de sus fondos documentales*. Gijón: Trea

Índice de figuras e quadros

Figura 1:	Portada do Tombo II de Ouca (1703-1705).....	8
Figura 2:	Fotografia de parte do fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro incorporado no AUC.....	35
Figura 3:	Detalhe de uma procuração – formas de autenticação: selo de chapa e assinaturas autografadas..	42
Figura 4:	Vista (parcial) de Folha de Recolha de Dados (FRD).....	80
Figura 5:	1ª Fase (1461-1696) - Estrutura funcional do Mosteiro.....	85
Figura 6:	2ª Fase (1696-1874) - Estrutura funcional do Mosteiro.....	86
Figura 7:	Breve do mestre-geral da OP	96
Figura 8:	Descrição do fundo do MJA na plataforma de descrição arquivística – Archeevo	99
Quadro 1:	Estrutura orgânica e funcional do MJA (1458-1874).....	93
Quadro 2:	Proposta de quadro de classificação dos documentos do fundo do MJA existentes no AUC.....	97

Anexo - I

Proposta de quadro de classificação do fundo do MJA (1458-1874) incorporado no AUC

Prioresa e oficiais “governo”
A. Direção:
A-001 – Alvarás, autorizações, mercês e provisões régios (1415-1834) A-002 – Apontamentos de mercês régias e índices de títulos do cartório (1461-1819)* A-003 – Cartas de legitimação ³²⁰ (1527-1549) A-004 – Cartas de padrão de tença anual e relações de padrões (1532-1715) A-005 – Citações, petições e requerimentos (1496-1850)* A-006 – Correspondência (1774-1826) A-007 – Escrituras de perdão (1821) A-008 – Escrituras diversas (1448-1808)* A-009 – Iluminura/gravura (S. d. - C. séc. XVIII) A-010 – Procurações (1543-1873)
B. Administração eclesiástica:
B.001 – Breves de admissão de educandas (1695) B.002 – Bulas, breves e cartas apostólicas (1477-1625)* B.003 – Processos de nomeação de Vigários e Reitores das Igrejas e de seus Padroados (1521-1564)
C. Administração patrimonial e financeira:
C.001 – Aforamentos, arrendamentos e empraçamentos (1338-1865)* C.002 – Confissões e declarações (1477-1625)* C.003 – Contratos e escrituras de dote (1515-1795) C.004 – Contratos e escrituras de transação, pagamento, quitação e composição amigável (1468-1782) C.005 – Declarações de dívida e recibos de pagamento a credores (1816-1861) C.006 – Dinheiro a juros (1515-1795) C.007 – Doações e confirmações da anexação de padroados e suas igrejas (1412-1521)* C.008 – Escrituras de cedência e trespasse (1523-1849) C.009 – Escrituras de compra e venda (1400-856)* C.010 – Escrituras de demarcação, destriça e partilhas (1468-1742) C.011 – Escrituras de desistência e renúncia (1477-1710) C.012 – Escrituras de doação (1466-1544) C.013 – Escrituras de escambo e troca (1580-1526) C.014 – Escrituras de posse (1477-1710) C.015 – Escrituras de censo e pensão (1477-1710) C.016 – Escrituras e licenças de fiança, obrigação e reconhecimento (1670-1848) C.017 – Inventários da Igreja de S. João de Loure (1399-1468)* C.018 – Registo de foros, de pagamentos e de dívidas de foreiros (1681-1873) C.019 – Registo de receita, de despesa e de pagamentos (1815-1823) C.020 – Relações de devedores e recibos de pagamentos (1665-1854) C.021 – Testamentos e escrituras de execução de testamentos (1458-1848)* C.022 – Tombo e documentos de preparação (1641-1790)
D. Justiça:
D.001 – Ações, autos e sentenças (1359-1865)* D.002 – Alegações, recursos e pareceres jurídicos (1668 - C. séc. XIX) D.003 – Cartas citatórias e precatórias (1764-1842)* D.004 – Cartas de arrematação (1713-1763)